

OBERDAM DE CARVALHO PESSOA

A FAMÍLIA HOMOPARENTAL E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

DESINFORMAÇÃO E PRECONCEITO

OBERDAM DE CARVALHO PESSOA

A FAMÍLIA HOMOPARENTAL E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

DESINFORMAÇÃO E PRECONCEITO

2026 Uniedusul Editora - Copyright da Uniedusul
Diagramação e Edição de Arte: Uniedusul Editora
Revisão: autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P474f	<p>Pessoa, Oberdam de Carvalho. A família homoparental e sua relação com a escola [livro eletrônico] : desinformação e preconceito / Oberdam de Carvalho Pessoa. – 1. ed. – Maringá, PR: Uniedusul, 2026.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5418-088-7</p> <p>1. Família homoparental – Brasil. 2. Educação escolar – Preconceito e desinformação. 3. Direitos humanos – Diversidade e inclusão. 4. Ciências humanas e sociais. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.85</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

DOI: 10.51324/54180887

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos os créditos aos autores, mas de nenhuma forma utilizá-la para fins comerciais.

www.uniedusul.com.br

Dedicatória

À minha amada filha, Eliza Sofia Pessoa, fonte inesgotável de amor e alegria. Dedico esta pesquisa a você, minha filha, que inspira e me fortalece a cada dia.

À minha querida mãe, Maria Augusta (*in memoriam*), cuja memória e ensinamentos me guiam a cada passo; ao meu pai, Pedro Ferreira, por seu apoio incondicional; aos meus irmãos, Dagoberto, Robespierre, Maria Marlene e Bruna de Carvalho, e aos meus sobrinhos, por serem meu porto seguro e fortaleza.

Dedico também este trabalho a todas as famílias homoparentais, que lutam por reconhecimento, respeito e igualdade, e a todos os professores, em qualquer canto do mundo, que se dedicam à construção de uma educação mais justa e inclusiva.

Agradecimentos

À minha amada mãe, Maria Augusta (*in memorian*), com saudade e amor. Sua resiliência, bondade e fé inabalável me inspiram a cada passo, e sua lembrança me guia na busca por um mundo mais justo e acolhedor. Ao meu pai, Pedro Ferreira, agradeço pelo apoio incansável e pelo exemplo de dedicação e trabalho. Aos meus irmãos, sobrinhos e familiares, meu carinho e gratidão pela união, pelo conforto e pela segurança que me proporcionam.

À minha filha, Eliza Pessoa, razão do meu viver e fonte inesgotável de inspiração. Você é a minha maior alegria e motivação, e compartilhar com você a jornada do conhecimento é um privilégio sem igual.

Agradeço aos amigos que me acompanharam nesta trajetória, compartilhando conhecimentos, dúvidas e incentivos. A Jerryvaldo Martins, Jailson Gomes e Aline Correia pelas longas conversas sobre o universo acadêmico e pela amizade que me impulsiona a crescer e por incentivarem a transformar o sonho do mestrado em realidade. A Trycia e Renato (*in memorian*), pela companhia e pelas trocas de experiências na caminhada acadêmica.

À minha orientadora, Profa. Dra. Livia Alessandra, meu profundo agradecimento pela dedicação, pela confiança depositada em mim. Sua orientação precisa, seu conhecimento vasto e sua generosidade foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

Aos queridos professores, meu sincero agradecimento pelos ensinamentos e pela contribuição para a minha formação acadêmica e pessoal. À Profa. Dra. Gilca Carrera, mestra inspiradora que desperta a paixão pelo conhecimento. À Profa. Dra. Sinara, pela dedicação e pelo incentivo à pesquisa. Ao Prof. Dr. José Luis, pelas valiosas contribuições e pelo apoio nesta jornada. Ao Prof. Dr. Rafael Fornasier, pela atenção e pelo compromisso com a ciência. À querida Profa. Dra. Elaine Rabinovich, por compartilhar seu conhecimento com ternura e sensibilidade. Ao Prof. Dr. Giancarlo Petrini, que me abriu as portas para o universo da família contemporânea. E à Profa. Dra. Sumaia Sá, sempre solícita e disposta a contribuir com a pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

Resumo

Este livro propõe uma reflexão necessária sobre um dos temas mais urgentes da educação e do direito contemporâneo: a relação entre as famílias homoparentais e o ambiente escolar. Em um cenário onde as configurações familiares se diversificam, a obra investiga como a escola, tradicionalmente moldada por padrões heteronormativos, tem lidado com a presença e a participação de pais e mães LGBTQIA+.

A partir de uma pesquisa profunda, realizada na cidade de Santa Inês, no Maranhão, o autor analisa o impacto da desinformação e do preconceito no cotidiano das instituições de ensino. O livro revela que, embora existam avanços legais significativos, a realidade nas vivências escolares ainda é marcada por barreiras invisíveis que comprometem o acolhimento dessas famílias e, conseqüentemente, o desenvolvimento integral dos estudantes.

Com uma abordagem que une fundamentação teórica sólida e escuta ativa de profissionais da educação e membros de famílias homoparentais, a obra identifica as lacunas na formação de educadores e as deficiências nas políticas públicas de inclusão. Mais do que um diagnóstico de exclusão, este livro é um convite à transformação, oferecendo caminhos para que a escola se torne um espaço de respeito à pluralidade e de valorização das diversas formas de amar e cuidar.

Trata-se de uma leitura essencial para professores, gestores escolares, psicólogos, pesquisadores das ciências sociais e todos aqueles comprometidos com uma educação verdadeiramente democrática e humanizada.

Sumário

1. Introdução.....	08
2. O que sabemos sobre famílias?.....	10
3. O que a escola tem dito?.....	25
4. Metodologia.....	40
5. Análise e discussão dos dados.....	51
Considerações Finais.....	99

1. Introdução

A instituição familiar, pilar essencial da organização social, atravessa um período de transformações profundas. O que antes era compreendido sob uma ótica rígida e imutável, hoje se revela como um mosaico de configurações que refletem as mudanças econômicas, culturais e sociais da contemporaneidade.

Historicamente, o modelo de família patriarcal, caracterizado pela autoridade masculina centralizada e uma hierarquia rigorosa, dominou o imaginário e as leis até o século XX. No entanto, o advento da modernidade, impulsionado pelas revoluções industriais e, crucialmente, pelas lutas feministas e a chegada dos métodos contraceptivos, abalou essas estruturas. Reformas legais, como a instituição do divórcio e o reconhecimento de direitos civis às mulheres, permitiram que a família fosse repensada não apenas como unidade biológica, mas como um espaço de interações simbólicas e afetivas.

A partir da década de 1960, novas composições familiares passaram a desafiar os padrões tradicionais. Entre elas, as famílias homoparentais surgem como um campo privilegiado para observar como as dinâmicas de poder e as percepções de gênero são reformuladas. Embora o reconhecimento legal do casamento homoafetivo tenha avançado em diversas nações, a transição do direito no papel para a aceitação no cotidiano social, especialmente no ambiente escolar, permanece repleta de obstáculos.

Nesse sentido, as escolas são instituições centrais na socialização e enfrentam o desafio urgente de se adaptarem a essa pluralidade, pois historicamente, currículos e políticas educacionais foram moldados para espelhar o modelo nuclear heteronormativo. Além disso, quando a escola ignora a existência de famílias homoparentais em seus materiais didáticos ou discursos, ela não apenas perpetua a invisibilidade, mas também o estigma.

Este livro nasce de uma interseção entre a vivência pessoal e a experiência profissional. Minha motivação com este tema remonta à adolescência, quando me percebi como um jovem gay em um contexto de formação sacerdotal em um seminário católico (1997-2001). Naquele período, o imaginário era povoado por sentimentos de culpa e medo da reação familiar.

O desligamento da vida religiosa ocorreu sob o peso de acusações sobre minha sexualidade, um momento de ruptura onde o apoio e o acolhimento incondicional da

minha família foram o alicerce para que eu me tornasse um homem emocionalmente seguro.

A questão da paternidade ganhou corpo em 2013, com a chegada da minha filha, quando decidi pela adoção e, desde o primeiro banho até os primeiros poemas, vivenciei a construção de uma família que se confunde com o meu objeto de reflexão. Somado a isso, minha trajetória de mais de duas décadas como docente na rede pública me permitiu observar como os jovens hoje discutem sexualidade e gênero com uma abertura antes impensável.

O Horizonte desta Obra

Diante dessa mudança de paradigmas, cabe questionar: a escola está preparada para dialogar sobre essas novas realidades? Ela possui autorização legal e preparo pedagógico para superar situações de desinformação e preconceito?

As páginas a seguir dedicam-se a explorar as tensas relações entre as famílias homoparentais e a instituição escolar. O ponto de partida é o argumento de que o desconhecimento e a persistência de preconceitos resultam na invisibilidade dessas famílias, gerando processos de exclusão que afetam tanto os pais quanto o desenvolvimento das crianças.

A intenção deste trabalho é ir além do diagnóstico. Propõe-se uma investigação sobre como a capacitação de educadores e a implementação de políticas públicas podem transformar a escola em um ambiente de genuíno acolhimento, onde a diversidade familiar seja celebrada como parte integrante da formação social do indivíduo.

2. O que sabemos sobre famílias?

No contexto contemporâneo, a estrutura familiar experimentou um panorama diversificado e multifacetado, refletindo as mutações socioeconômicas e culturais, como afirmam Wieczorkiewicz e Baade (2020). Holanda (1963) em *Raízes do Brasil*, postula a primazia das relações interpessoais estabelecidas no âmbito familiar como um paradigma fundamental para a estruturação das relações sociais mais amplas. Ele sugere que as interações familiares, caracterizadas por laços consanguíneos e afetivos, servem como um modelo essencial para a organização e compreensão das dinâmicas sociais entre os membros de uma comunidade.

Por conseguinte, observa-se uma gama variada de configurações familiares, abarcando desde os arranjos nucleares tradicionais até as famílias monoparentais, recompostas e homoparentais (SOARES, 2021). Esta diversificação denota uma maior flexibilidade nas relações familiares, bem como uma crescente valorização da individualidade e da diversidade. Além disso, as tecnologias modernas têm exercido um papel crucial na dinâmica das famílias contemporâneas, introduzindo novos modos de interação e comunicação, ao mesmo tempo em que apresentam desafios distintos (CASTRO, 2020).

Bourdieu (1989), na obra “O poder simbólico”, coloca a família vista como uma entidade histórica ativa capaz de influenciar eventos e tomar decisões, assim como outras instituições mencionadas. Isso sugere que a família é mais do que uma simples estrutura social, mas um agente significativo na história, moldando a sociedade ao longo do tempo.

A instituição família, como hoje a conhecemos em diversas configurações, já passou por diversas modificações ao decorrer do tempo, em que projetava-se nos filhos uma ponte entre mortalidade e imortalidade, na tentativa de ter continuidade nas gerações familiares e em uma situação que “Morrer sem filhos significava nunca ter construído uma ponte como essa” (Bauman, 2004, p. 43), projetando a ideia de uma família longínqua. Atualmente, temos famílias com menor expectativa de vida que seus membros e que, de acordo com Bauman (2004), os filhos se tornam objetos de consumo emocional.

Nesse sentido, a família, como uma das instituições mais controversas da sociedade, se adapta e se redefine sob a influência dessas transformações, preservando suas influências fundamentais na história cultural, religiosa e linguística, enquanto responde aos desafios e oportunidades do mundo contemporâneo.

2.1 As Famílias brasileiras: a história de uma moralidade que começa no período colonial

O desejo de formar uma família na contemporaneidade, entre parceiros do mesmo sexo, caracterizando o que chamamos de homoafetividade, é acompanhada de obstáculos legais e morais que têm suas raízes na nossa história de formação da sociedade brasileira (DIAS, 2016). Neste sentido, faz-se extremamente relevante realizarmos uma incursão na história do Brasil colonial a fim de compreendermos de onde nasce o preconceito da sociedade em geral.

Traçando uma linha histórica de família, partimos do contexto delineado por Gilberto Freyre em sua obra “Casa-Grande & Senzala”, com sua primeira edição em 1933, onde o autor revisita o contexto do Brasil colonial caracterizado pela predominância da família patriarcal. Freyre (2003) descreve a casa-grande como o epicentro do poder, governada pelo patriarca, figura central detentora de autoridade não apenas sobre os membros familiares, mas também sobre os escravizados e outros dependentes.

Apesar das críticas direcionadas à obra de Freyre, seu pioneirismo na observação de questões sociais e raciais do Brasil é inegável. Ao se debruçar sobre as dinâmicas subjacentes da sociedade brasileira, ele desempenhou um papel basilar na construção do arcabouço teórico que permeia os estudos sobre a identidade nacional e as relações de poder.

Embora sua escrita abra diversas lacunas para diversas interpretações e assim tenha sido objeto de contestação por suas simplificações e idealizações, suas contribuições inauguraram um debate crítico e profundo sobre a formação histórica e cultural do Brasil. Reconhecer o legado de Freyre, portanto, implica não apenas em contextualizá-lo historicamente, mas também em reconhecer sua influência contínua no pensamento social brasileiro.

Nessa estrutura, as relações familiares eram marcadas por uma rígida hierarquia e pela divisão de papéis de gênero, com o patriarca exercendo controle absoluto (FREYRE, 2003).

Partindo de um diálogo com o pensamento de Bourdieu, Nogueira e Nogueira (2002) destacam que:

A partir de sua formação inicial em um ambiente social e familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporariam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição (um *habitus* familiar ou de classe) e que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 6)

Os autores abordam como os indivíduos adotam um conjunto de inclinações para comportamentos típicos. Esse diálogo destaca a importância das instituições familiares na reprodução e perpetuação das estruturas sociais existentes.

No contexto colonial brasileiro, ao rememorar a família patriarcal freyriana, percebe-se que ela representava uma instituição conservadora e estamental, cujas normas sociais e culturais eram intrínsecas à manutenção da ordem social e do *status quo*. Embora esse modelo não predomine mais na contemporaneidade, sua influência histórica ressoa em certos aspectos das relações familiares e da cultura brasileira.

Ainda observando a reprodução de estruturas sociais, a introdução da obra de Mauss, Lévi-Strauss (1974), entra em diálogo com os autores, ao abordar o costume, entendido como os comportamentos repetidos das pessoas, assemelha-se à linguagem. Isso ocorre porque, assim como as pessoas geralmente não refletem sobre as regras do costume, da mesma forma não têm consciência das regras gramaticais enquanto falam. Em vez disso, elas tendem a realizar as ações de acordo com padrões estabelecidos, sem considerar profundamente as normas que estão seguindo.

Considerando os contextos das relações de poder estabelecidas dentro da casa da família patriarcal de Freyre, inicia-se o contexto de miscigenação, que vem a ser uma das características mais marcantes da sociedade brasileira, influenciando não apenas os conceitos de identidade nacional, mas também as dinâmicas familiares, as estruturas de poder e as relações de gênero. Nesse contexto, a obra de Freyre (2003), oferece uma análise sobre como a miscigenação entre europeus, povos indígenas e povos advindos de África influenciou a formação da sociedade brasileira e suas instituições.

Freyre (2003) nos apresenta aos três principais pilares da colonização portuguesa: o latifúndio, a escravidão e a miscigenação, sendo este último o foco desta discussão. O autor parte de uma idealização dentro de uma temática que deve ser analisada de forma mais sóbria e franca. Ao tratar da miscigenação no Brasil, Freyre (2003) aponta que ela se limitou apenas à “mistura de raças”, mas também abrangeu uma fusão de culturas,

tradições e práticas sociais. Essa miscigenação resultou na formação de famílias brasileiras com características únicas, onde elementos culturais e traços genéticos de diferentes origens se entrelaçaram. Nas palavras de Freyre, as famílias brasileiras são como “caldeirões culturais”, onde a diversidade é não apenas tolerada, mas celebrada.

No contexto da estruturação de poder, Freyre (2003) argumenta que a casa-grande representava o ápice do poder patriarcal. No entanto, essa estrutura não era estática, mas sim permeada por relações complexas de intimidade e dependência entre senhores e escravizados.

Ao tratar de classes, hierarquias e relações familiares, Bauman (2004) aborda a seguinte situação:

Houve uma época (de lares/oficinas, de agricultura familiar) em que os filhos eram produtores. Nessa época, a divisão do trabalho e a distribuição dos papéis familiares se superpunham. O filho deveria juntar-se ao oikos familiar, somar-se à força de trabalho da oficina ou da fazenda — e assim, naquela época, quando a riqueza derivava ou era extraída do trabalho, a chegada de um filho trazia consigo a expectativa de melhoria do bem-estar da família. Os filhos podiam ser tratados com dureza, mantidos sob rédea curta, mas esse era um tratamento comum a todos os outros trabalhadores. [...] Quanto mais, melhor. Além disso, dizia a voz da razão, era uma aposta: a expectativa de vida era curta e todos se perguntavam se o recém-nascido viveria o suficiente para que suas contribuições à renda familiar pudessem se fazer sentir. (BAUMAN, 2004, p. 42-43)

Na época descrita por Bauman (2004), cercada por lares multifuncionais e agricultura familiar, os filhos de famílias que não faziam parte da burguesia eram vistos como produtores e integrantes essenciais da força de trabalho da família. Nesse contexto, a divisão do trabalho e os papéis familiares se sobrepunham, com os filhos sendo esperados para contribuir para o sustento da família através do trabalho na oficina ou na fazenda.

Ainda em Bauman (2004), a chegada de um filho era, portanto, percebida como uma potencial melhoria do bem-estar da família, visto que mais mãos significavam mais trabalho realizado e, conseqüentemente, mais riqueza gerada. Essa visão da família como uma unidade produtiva reflete a interconexão entre a estrutura familiar, a economia doméstica e as relações de trabalho na sociedade.

Essas relações muitas vezes resultavam em laços familiares complexos e em uma dinâmica de poder que desafiava as normas europeias tradicionais. Freyre (2003) descreve uma estrutura da família patriarcal, onde o afeto não era prioritário, mas sim a hierarquia e

os papéis sociais. Os filhos muitas vezes recebiam cuidados e afeto das amas escravizadas, enquanto o patriarca era visto como provedor e detentor do poder. O gesto de “pedir a bênção” nas famílias coloniais simbolizava essa dinâmica de autoridade e submissão. Sarti (1992), em “Família Patriarcal: entre os pobres urbanos”, aponta a noção de família posta por Freyre enquanto um modelo ideológico e que vai além das relações afetivas e sanguíneas, vista enquanto um sistema socioeconômico e político (SARTI, 1992).

Ao analisar as relações indígenas e sua estrutura social, Freyre (2003) também destaca a presença de características bissexuais, homossexuais e afeminadas entre os indígenas, sugerindo uma fluidez de gênero que desafia as normas tradicionais ocidentais. Freyre (2003) nos remete a um período histórico em que a diversidade de práticas sexuais, incluindo a homomixia¹, era observada entre os povos indígenas brasileiros. Na comunidade indígena Bororó, homens jovens que passavam na iniciação dos *baitos*, uma espécie de loja de maçonaria indígena só franqueada aos homens, tinham práticas sexuais entre si sem existir culpa pelo pecado, apenas como um ato natural.

Na obra, destaca-se o relato do século XVI, feito por Gabriel Soares, onde registrou sua consternação ao observar os Tupinambá envolvidos em práticas que considerava nefastas para a época. Ele descreveu como alguns membros dessas comunidades praticavam a “homomixia”, atribuindo-lhes repulsa por tais ações consideradas “pecaminosas”, evidenciando uma dicotomia entre as percepções indígenas e europeias sobre essas práticas.

A ocorrência da homomixia na América primitiva, seja por predisposição natural ou influência social, permanece uma questão complexa e difícil de elucidar. Entretanto, é inegável que tais práticas eram uma realidade entre os povos ameríndios, muitas vezes praticada em ambientes de segregação ou em contextos de internato de mancebos nas chamadas “As sociedades secretas de homens.”

Com a chegada do Cristianismo e da Inquisição, essas práticas foram reinterpretadas e condenadas como pecaminosas, refletindo uma nova perspectiva moral introduzida pela cultura europeia, Freyre (2003). Ele afirma ainda que enquanto alguns padres mantinham uma visão mais tolerante e cândida das práticas indígenas, a

¹ Termo designado à prática sexual entre homens, conceito também atribuído à sodomia, e para classificar os homens afeminados e a prática sexual entre um tutor e seu aprendiz.

mentalidade portuguesa da época tendia a associar os indígenas à pederastia, considerando-a abominável sob a ótica cristã.

Esta dicotomia entre as percepções indígenas e europeias sobre as práticas sexuais ressalta as complexidades culturais e morais presentes no contexto histórico das relações entre os colonizadores e os povos nativos da América. Ao conectar as reflexões de Freyre sobre mestiçagem, miscigenação e diversidade de gênero com as transformações contemporâneas das famílias, pode-se vislumbrar um panorama multifacetado das relações familiares no Brasil e além.

2.2 Modernização e mudanças contemporâneas

À medida que se transita dos arranjos familiares coloniais para a modernidade brasileira, testemunha-se uma série de mudanças que redefiniram o tecido familiar. Bourdieu (2008) na obra “A miséria do mundo” nos possibilita inferir sociologicamente, a representação da dinâmica familiar como um espaço de estabilidade e cuidado, porém também como um ambiente permeado por tensões sociais e preocupações relacionadas à manutenção do status e das relações de poder.

A modernização trouxe consigo uma transição dos modelos familiares extensos e patriarcais para estruturas mais nucleares e igualitárias, com maior versatilidade em suas dinâmicas temporais e em sua constituição, menos vinculadas às normas e mais guiadas pela vontade pessoal, como aponta Dias (2016).

A urbanização e industrialização, particularmente a partir do século XX, deslocaram as famílias das áreas rurais para os centros urbanos, promovendo uma nova dinâmica familiar baseada em uma maior independência econômica e mobilidade social, entretanto as relações de poder patriarcal, principalmente se a questão de gênero for considerada, ainda se mantiveram mesmo que teoricamente de forma mais branda (Sarti, 1992).

Além disso, em ordem às novas configurações da sociedade moderna, funções que anteriormente eram reservadas à família passaram a ser desempenhadas por agências públicas ou privadas, como explica Donati (2008, p. 19):

Com efeito, a tarefa educativa, a socialização das crianças, os cuidados com a saúde e com o desenvolvimento físico e psíquico são cada vez mais realizados pelo Estado ou por agências privadas, por causa da menor disponibilidade de tempo dos pais e da dedicação, tanto do homem como da mulher, ao trabalho fora de casa. (DONATI, 2008, p. 19)

Esses serviços prestados pelas agências são cada vez mais especializados, o que faz com que a família recue diante de certas abordagens profissionais na esfera doméstica. Bourdieu (2008) relata a dificuldade das mulheres em conciliar as esferas profissional e familiar, evidenciando as tensões resultantes da distribuição desigual de tempo e recursos entre esses domínios sociais.

Segundo o autor, essas mudanças tornaram-se essenciais na consciência do trabalho doméstico praticado pela mulher como tal, não apenas responsabilidade afetiva, e no seu desempenho fora dos espaços domiciliares e longe do seio familiar, sendo figura provedora da casa.

A contemporaneidade testemunha reconfigurações nos papéis de gênero e nos arranjos familiares no Brasil, com o surgimento de modelos como famílias monoparentais e recompostas e as transformações desses modelos sob uma perspectiva demográfica, social e cultural. Os autores Leone, Maia e Baltar (2010, p. 60) explicam esse fenômeno:

Entre as transformações de ordem demográfica, destacam-se a diminuição da fecundidade e o envelhecimento da população. No que se refere às transformações sociais e culturais, destacam-se o menor número de matrimônios, aumento das separações e atraso das uniões, conjuntamente com o novo papel da mulher na família e no trabalho, as quais tiveram importantes implicações nas relações de gênero. Embora o modelo de família tradicional – constituído pelo casal com filhos – continue predominante, reduziu sua importância numérica ao aumentar a participação dos arranjos familiares constituídos pela mãe com filhos e pessoas vivendo sozinhas. (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010, p. 60)

Além das mudanças sociais e econômicas, fenômenos como urbanização, industrialização e migração interna influenciam essa dinâmica. As tecnologias digitais e a globalização também desempenham um papel significativo, facilitando a comunicação, mas introduzindo desafios como a desconexão física e a exposição a diversas culturas (CASTRO, 2020). Em suma, a compreensão das transformações familiares requer uma abordagem que considere múltiplos fatores, desde questões socioeconômicas até os efeitos da modernização e da globalização.

Donati (2008, p. 33) define a família em sua contemporaneidade como “um sujeito educativo, econômico, associativo e político”. Oliveira (2020) oferece uma perspectiva esclarecedora sobre as mudanças nas configurações familiares brasileiras ao longo do

tempo, destacando as influências da urbanização, industrialização e migração interna na formação de novas estruturas familiares. Em sua análise, Oliveira (2020, p. 24) identifica três fases distintas que caracterizam a evolução da família no Brasil:

A primeira delas, do século XV ao XVII, é marcada pela família tradicional, mantida por meio da conjugalidade, visando assegurar a manutenção do patrimônio com casamentos arranjados, sujeitos à autoridade patriarcal, tendo a vida sexual voltada à procriação. A segunda, entendida como família moderna, impõe-se no final do século XVIII até meados do século XX e é fundamentada no amor romântico, em que a relação entre os cônjuges advém da reciprocidade dos desejos intermediados pelo casamento. É possível considerar, nessa fase, a divisão do trabalho entre eles no processo de educação dos filhos. A terceira, definida como família contemporânea ou pós-moderna, ocorre a partir de 1960 e consiste na união de dois indivíduos em busca da satisfação de relações íntimas e realizações sexuais. A transmissão da autoridade, nesse caso, se torna cada vez mais problemática, aumentando a incidência de divórcio, separação e recomposição familiar, tornando-a mais aceita socialmente. (OLIVEIRA, 2020, p. 24)

No contexto da terceira fase, a ênfase recai sobre a união de dois indivíduos em busca da satisfação de relações íntimas e realizações sexuais. Aqui, a transmissão da autoridade dentro da família torna-se cada vez mais problemática, resultando em uma maior incidência de divórcios, separações e recomposições familiares. O que é notável é que essas mudanças são acompanhadas por uma crescente aceitação social dessas novas formas familiares, refletindo uma evolução nas percepções e valores sociais.

2.3 Pílula Anticoncepcional e Transformações Familiares no Brasil

No contexto histórico brasileiro, a introdução da pílula anticoncepcional foi marcada por uma interseção complexa entre políticas de planejamento familiar, mudanças nas atitudes sociais em relação à sexualidade e a influência da Igreja Católica. (SANTANA; WAISSE, 2016)

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil experimentou um período de modernização e urbanização, acompanhado por um aumento nas taxas de urbanização e uma transição demográfica em curso. Nesse contexto, o governo brasileiro começou a implementar políticas de planejamento familiar como parte de uma estratégia para controlar o crescimento populacional e promover o desenvolvimento econômico, bem como uma reconfiguração das estruturas familiares (ROSA, 2017).

Fonseca (1989) destaca que enquanto alguns acadêmicos atribuem maior importância aos fatores econômicos, outros direcionam sua atenção para as forças políticas que moldam as estruturas familiares. No entanto, a autora ressalta que a ênfase desses últimos varia consideravelmente de acordo com o período histórico estudado. Por exemplo, durante épocas pré-industriais, a Igreja exerceu uma influência preponderante, enquanto nos séculos XVII, XVIII e XIX, o Estado e a legislação emergiram como atores centrais nas análises acadêmicas.

Já nos estudos referentes aos séculos XIX e XX, as atenções se voltam para as influências moralizantes de educadores e higienistas, que buscavam normatizar o comportamento das massas. Essa análise complexa e multifacetada revela a interação dinâmica entre diferentes instituições e forças sociais ao longo do tempo, proporcionando uma compreensão mais abrangente sobre a formação e transformação das estruturas familiares na sociedade (FONSECA, 1989).

A introdução da pílula anticoncepcional, com sua capacidade revolucionária de permitir o controle da fertilidade, foi vista como uma ferramenta essencial nesse esforço, é possível observar a temática sendo bastante abordada dentro da musicalidade brasileira, com Odair José (1973) em “Uma Vida Só (Pare de Tomar a Pílula)” e com os versos de Reginaldo Rossi (1982), que trazem a problemática “A pílula já existia, mas nem se falava, nos conselhos que tua mãe te dava tinha um que dizia só depois que casar”.

Suas letras nostálgicas apontam a presença silenciosa da pílula anticoncepcional, ainda antes de sua discussão pública, ressaltando a discrepância entre sua existência e a ausência de debate sobre o tema, em um tempo em que questões sobre sexualidade e contracepção eram relegadas aos conselhos familiares, muitas vezes carregados de tabus e preconceitos.

A influência da Igreja Católica continuou a ser uma força significativa na sociedade brasileira, exercendo pressão contra a disseminação da contracepção artificial, incluindo a pílula anticoncepcional. A hierarquia católica viu a contracepção como uma ameaça aos ensinamentos da Igreja sobre a santidade do casamento e a procriação, e muitos líderes religiosos condenaram abertamente o uso da pílula anticoncepcional como moralmente errado.

a partir do século XV os padres passaram a reprimir a masturbação, a prostituição e o celibato leigo, empurrando as pessoas na direção do

casamento e da procriação. Apesar de exortar o casal a ter, sustentar e educar filhos, ao proibir o uso de qualquer método de controle de natalidade a Igreja tornava esse projeto quase impossível. (FONSECA, 1989, p. 56).

Essa postura da Igreja Católica influenciou não apenas as políticas governamentais relacionadas ao controle de natalidade, mas também as atitudes sociais em relação à contracepção, criando um contexto de conflito e tensão entre as autoridades religiosas e os defensores do planejamento familiar e da liberdade reprodutiva. Assim, a introdução da pílula anticoncepcional no Brasil ocorreu em meio a um cenário complexo de mudanças sociais, pressões políticas e conflitos culturais, moldando profundamente as atitudes e práticas relacionadas à sexualidade e à reprodução no país.

No entanto, as mudanças nas atitudes sociais em relação à sexualidade estavam ocorrendo gradualmente, com uma crescente aceitação da ideia de que o sexo poderia ser separado da procriação.

[...]É a mistura de ambos os fatores que leva ao deslocamento das questões da reprodução e do parto para longe do sexo e na direção de uma esfera totalmente diferente, operada por uma lógica e um conjunto de regras inteiramente diversos dos que regem a atividade sexual. (BAUMAN, 2004, p. 45)

Nesse contexto, o autor entende que a separação entre sexo e reprodução resulta em uma mudança na percepção e na prática dessas questões, afastando a reprodução e o parto do âmbito do sexo e direcionando-os para esferas distintas, regidas por lógicas e conjuntos de regras diferentes daquelas que governam a atividade sexual.

Isso foi acompanhado por uma busca por maior autonomia e liberdade sexual, especialmente entre as camadas urbanas e educadas da sociedade brasileira, enquanto as estruturas familiares entre os pobres urbanos ainda refletem fortemente uma hierarquia patriarcal e uma divisão tradicional de papéis de gênero (SARTI, 1995).

As transformações familiares decorrentes da disseminação da pílula anticoncepcional não se limitam apenas ao controle da natalidade, elas também influenciaram as relações de gênero, as expectativas sobre o casamento e a parentalidade, bem como os arranjos familiares (MORAES *et al.* 2021). Com a possibilidade de planejar a reprodução, houve uma reconfiguração dos papéis de homens e mulheres na família, uma

maior flexibilidade nas estruturas familiares e uma tendência ao adiamento do casamento e da maternidade.

Essas mudanças contribuíram para uma maior diversificação dos modelos familiares no Brasil, refletindo uma sociedade em constante evolução e adaptando-se às novas realidades sociais e culturais (SANTANA; WAISSE, 2016).

Fonseca Sobrinho (1993) discorre sobre as mudanças na demografia e no planejamento familiar tiveram importantes implicações sociais e econômicas para o Brasil. Com a redução da taxa de fertilidade e o tamanho menor das famílias, houve uma transformação no perfil etário da população, com um aumento na proporção de adultos em relação a crianças e idosos. Isso teve impactos nas demandas por serviços sociais, como saúde e educação, bem como nas estratégias de desenvolvimento econômico do país.

Além disso, a disseminação da pílula anticoncepcional contribuiu para uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública, já que elas podiam conciliar melhor suas carreiras com suas escolhas reprodutivas (Fonseca Sobrinho, 1993).

Trindade *et al.* (2019) argumentam sobre as disparidades regionais e socioeconômicas persistiram, com acesso desigual à contracepção e disparidades na taxa de fertilidade entre diferentes grupos populacionais, destacando a necessidade contínua de políticas e programas que promovam o acesso universal a métodos contraceptivos eficazes e educação sexual abrangente.

Quanto ao planejamento familiar e a compreensão da parentalidade deve considerar diversos fatores internos e externos que influenciam a família. Isso implica reconhecer que a forma como a parentalidade é exercida e percebida pode variar de acordo com os contextos culturais, sociais e históricos em que a família está inserida (ROSA, 2017).

Em relação à parentalidade homoafetiva, a autora observa que, apesar da existência de novos modelos familiares, como as famílias homoparentais, ainda persiste um estranhamento na sociedade. Isso se deve à dificuldade de compreensão da paternidade ou maternidade em casais do mesmo sexo, especialmente devido à impossibilidade biológica de gerar descendentes como um casal heterossexual tradicional.

2.4 Famílias Homoparentais e Diversidade Familiar no Brasil

As famílias homoparentais e a diversidade familiar no Brasil representam áreas de interesse crescente tanto na pesquisa acadêmica quanto nos debates sociopolíticos contemporâneos. Sob a ótica acadêmica, o estudo dessas temáticas revela a complexidade e a riqueza das formas familiares presentes na sociedade brasileira, desafiando concepções tradicionais e demandando uma análise multidisciplinar (Soares, 2021; Andrade; Adorno, 2021; Santos, 2022; Santos, 2023).

Rosa (2017), menciona que o termo “homoparentalidade” foi cunhado pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) na França, em 1997. Esse termo refere-se ao exercício da parentalidade por duas pessoas do mesmo sexo ou por uma pessoa que se considera homossexual.

Vilella; Nascimento e Gonçalves (2024) ressaltam que famílias homoparentais, em particular, emergem como um campo de estudo crucial, delineando a interseção entre questões legais, sociais e psicológicas. O reconhecimento e a proteção dessas famílias, assim como de outras configurações familiares não convencionais, tornam-se imperativos para o avanço da justiça social e da igualdade de direitos.

A diversidade familiar no Brasil é um fenômeno multifacetado e dinâmico, refletindo as mudanças nas estruturas sociais e nas percepções culturais ao longo do tempo, como bem aponta Dias (2016) logo no início de sua obra, sobre direito das famílias:

Procuro trazer o pensamento de todos os que se dispõem a ver a família em sua conotação atual. O colorido multifacetário que adquiriu a família tornou necessária a busca de diversos referenciais, enlaçando outras ciências que também se dedicam ao estudo do ser humano, não só como sujeito de direitos, mas como sujeito de desejos. (DIAS, 2016, p.16)

A variedade de arranjos familiares presentes no país, incluindo famílias monoparentais, famílias adotivas, famílias multigeracionais e famílias homoparentais, entre outras, evidencia a adaptabilidade das relações familiares diante de diferentes contextos e realidades.

No entanto, Santos e Gomes (2023) relatam que essa diversidade também expõe desafios relacionados ao reconhecimento legal, à proteção de direitos e à mitigação de estigmas sociais. Diante disso, políticas públicas sensíveis à diversidade familiar, aliadas a

uma cultura de respeito e inclusão, são cruciais para promover a equidade e o bem-estar de todas as famílias brasileiras, independentemente de sua composição.

Historicamente, marcos legais têm desempenhado um papel crucial na determinação do reconhecimento e proteção dessas famílias, refletindo as lutas contínuas por direitos e igualdade dentro da comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais).

Avanços notáveis incluem decisões judiciais como a Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013 (BRASIL, 2013), que ordenou que todos os cartórios brasileiros celebrassem casamentos entre pessoas do mesmo sexo, e o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011. Mais recentemente, a equiparação da homofobia e transfobia ao crime de racismo pelo STF em 2019 representou outro passo importante na proteção dos direitos LGBTQIAPN+.

Apesar desses avanços legais, as famílias homoparentais continuam enfrentando desafios significativos, como afirma Santos (2023). Segundo o autor, a ausência de uma legislação abrangente que aborde questões como adoção conjunta e reprodução assistida para casais do mesmo sexo resulta em lacunas jurídicas e incertezas legais que podem afetar a estabilidade e os direitos dessas famílias. Além disso, persistem atitudes discriminatórias e preconceituosas na sociedade, o que pode criar um ambiente hostil e inseguro para as famílias LGBTQIAPN+.

Em resposta a esses desafios, defensores dos direitos LGBTQIAPN+ continuam a pressionar por mudanças legislativas e políticas que garantam o pleno reconhecimento e proteção das famílias homoparentais (DIAS, 2016). Isso inclui a necessidade de políticas educacionais e de sensibilização que promovam a inclusão e combatam o preconceito, além da urgência na aprovação de leis que formalizem e protejam os direitos parentais dos casais do mesmo sexo.

Assim, a evolução das famílias homoparentais no Brasil é um processo em constante desenvolvimento, marcado por avanços importantes, mas também por desafios contínuos que demandam uma resposta diligente e comprometida tanto da sociedade quanto das instituições governamentais (DIAS, 2016).

No ambiente escolar, as famílias homoparentais muitas vezes enfrentam desafios relacionados à discriminação, preconceito e falta de reconhecimento de sua diversidade familiar, como afirma Oliveira (2020). Movimentos de resistência podem se manifestar por

meio de atitudes e comportamentos discriminatórios por parte de colegas, professores ou mesmo da administração escolar, refletindo visões tradicionais e normativas sobre família e parentalidade, como afirma Caldas (2020).

Moura e Nascimento (2020) relatam que apesar do esclarecimento da literatura que refutam muitos dos mitos (crenças distorcidas) relacionados às famílias homoparentais, sendo alguns deles que: a criança criada por homossexuais, ela também será homossexual, que as crianças terão problemas no seu desenvolvimento, ou que as crianças criadas por casais homossexuais irão sofrer mais por terem que lidar sempre com o preconceito social; ainda se nota como muitos deles continuam latentes e muito presentes na sociedade.

Dessa forma, pode-se afirmar que esses mitos se mantêm devido ao preconceito e a dificuldade em lidar com a diversidade, já que por dados científicos não são remediados.

As famílias homoparentais ameaçam a ordem hegemônica heterossexista na qual a felicidade afetiva e sexual entre dois adultos e o bem estar de crianças e adolescentes somente podem ser alcançados na família formada pela união entre um homem e uma mulher. Ao se constatar que as famílias homoparentais podem contribuir igualmente para estes fins, a sociedade se sente ameaçada, com medo de ter suas bases abaladas. (FARIAS, 2016, 1481).

Nesse contexto, fica evidente que o preconceito existente em uma sociedade é perpetuado tanto por indivíduos quanto por instituições que fazem parte dela. Nesse contexto, a escola emerge como um ambiente propício para a disseminação ou para o esclarecimento do preconceito, o que demanda uma análise mais aprofundada.

No entanto, também há poucas evidências de avanços na aceitação e inclusão das famílias homoparentais nas escolas brasileiras. Dias (2007, n. p.) destaca que “Ausência de lei não quer dizer ausência de direito, nem impede que se extraiam efeitos jurídicos de determinada situação fática”.

Assim, embora haja, por parte de alguns profissionais e instituições, a intenção de sensibilização, programas educacionais e políticas de diversidade e inclusão em algumas instituições de ensino para criar um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso para todas as formas de família, a falta de amparo legal e o fundamentalismo religioso tem impedido sua implementação, como afirmam Freires *et al.* (2021).

Além disso, a representação positiva de famílias homoparentais em materiais didáticos e atividades curriculares ainda não está presente, agravando a falta de inclusão e diversidade na cultura escolar.

A garantia plena de direitos das famílias, considerando suas múltiplas configurações ainda é uma utopia, entretanto, é fundamental que escolas e educadores continuem a promover a conscientização sobre diversidade familiar, combater o preconceito e a discriminação e fornecer apoio e recursos adequados para as famílias homoparentais e seus filhos. Essas medidas não apenas fortalecem os laços entre a escola, a comunidade e as famílias, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

3. O que a escola tem dito?

No Brasil, a história da educação formal está diretamente ligada à chegada dos jesuítas em 1549, liderados por Padre Manoel da Nóbrega, durante a colonização. Desde então até 1759, a Companhia de Jesus foi responsável pela instrução e conversão religiosa dos indígenas, sendo posteriormente expulsa pelo Marquês de Pombal, quando instituiu as Reformas Pombalinas. O objetivo principal dessas mudanças era estabelecer um ensino laico e público, acessível a todos, gerando diversas transformações que tiveram impacto na pedagogia moderna.

Segundo Iosif (2007), o direito à educação considerada de qualidade teve sua efetivação num processo tardio no Brasil, depois de mais de quatrocentos anos depois da colonização do país, traçando o histórico de negação do Estado na sua responsabilidade na execução desse processo.

Diversas reformas educacionais significativas ocorreram ao longo dos anos, como as propostas por Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1915), João Alves da Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1932), Gustavo Capanema (1946), e também as Leis de Diretrizes e Bases de 1961, 1971 e 1996. Uma análise desses períodos demonstra que a educação sempre foi influenciada pelos interesses de determinados grupos sociais, com o intuito de manter a ordem social estabelecida, e essa ordem não necessariamente é vinculada aos interesses dessas crianças e adolescentes, alvos dessas reformas.

O poder e controle sobre as decisões e estruturação dessas escolas ainda estão nas mãos da classe dominante. Esse controle está profundamente ligado ao processo de colonização e colonialidade na América Latina, conforme descrito por Quijano (2005). Esse processo vai além do colonialismo, envolvendo a naturalização de padrões que hierarquizam pessoas com base em critérios raciais, culturais, territoriais, de gênero e epistemológicos.

Nogueira e Nogueira (2002), abordam as problemáticas envoltas na educação pública, onde:

Supunha-se que por meio da escola pública e gratuita seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Os indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas

carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. A escola seria, nessa perspectiva, uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.16)

Entretanto, a expectativa inicial de que a escola pública e gratuita resolveria o problema do acesso desigual à educação e garantiria igualdade de oportunidades para todos os cidadãos não se concretizou plenamente. Apesar de sua concepção como uma instituição neutra e meritocrática, a realidade revela divergências significativas (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

A qualidade da educação oferecida nas escolas públicas varia consideravelmente, devido a disparidades no financiamento, infraestrutura precária e falta de recursos adequados, o que resulta em oportunidades desiguais para os alunos (REIS; CAVALCANTI, 2020).

Além disso, sistemas de avaliação e seleção muitas vezes favorecem certos grupos sociais ou habilidades específicas, excluindo outros e perpetuando desigualdades sociais.

Crochík *et al.* (2018) argumenta que a estrutura hierárquica da sociedade também se reflete na escola, onde alunos de classes sociais mais privilegiadas tendem a ter acesso a recursos adicionais, como aulas particulares e atividades extracurriculares, aumentando suas chances de sucesso acadêmico e social. Assim, embora a escola pública e gratuita tenha sido concebida como uma ferramenta para promover igualdade de oportunidades, na prática, vários desafios têm surgido, minando essa visão utópica.

Os autores concluem que a realidade demonstra que o acesso à educação por si só não é suficiente para garantir igualdade de oportunidades, e uma série de fatores sociais, econômicos e institucionais influenciam o sucesso dos alunos dentro do sistema educacional.

A escola, enquanto instituição educativa, desempenha um papel importante no exercício de transformação da realidade social e na redefinição dos paradigmas que modelam nossa sociedade. Giddens (2012, p. 590) aponta que, “[...] A educação pode ser definida como uma instituição social, que possibilita e promove a aquisição de habilidades e conhecimento e a ampliação dos horizontes pessoais. [...]”. No mesmo texto, o autor dialoga com Émile Durkheim sobre o papel da educação:

Para Émile Durkheim, a educação tem um papel importante na socialização das crianças, pois, particularmente ao aprenderem história, por exemplo, as crianças adquirem uma compreensão dos valores comuns na sociedade, que congregam uma variedade de indivíduos diferentes. Esses valores comuns incluem crenças religiosas e morais e um senso de autodisciplina. [...] Nas sociedades tradicionais, as habilidades ocupacionais podiam ser aprendidas dentro da família, mas, à medida que a vida social se tornou mais complexa e emergiu uma divisão ampla do trabalho na produção de bens, desenvolveu-se um sistema educacional que pudesse transmitir as habilidades necessárias para preencher os diversos papéis ocupacionais especializados. (GIDDENS, 2012. p. 590-591).

No pensamento de Émile Durkheim, resgatado por Giddens (2012), ressalta-se a importância da educação não apenas como transmissora de conhecimento, mas também como agente de socialização. Além disso, o autor destaca a evolução do sistema educacional em resposta à complexidade crescente da vida social e à especialização das ocupações.

Nas sociedades tradicionais, as habilidades ocupacionais eram frequentemente aprendidas dentro da família. No entanto, com o surgimento de uma divisão mais ampla do trabalho na produção de bens, tornou-se necessário um sistema educacional capaz de fornecer as habilidades especializadas exigidas pelos diversos papéis ocupacionais (GIDDENS, 2012).

Essa mudança reflete não apenas a crescente complexidade da sociedade, mas também a necessidade de uma educação mais formalizada para atender às demandas de uma economia em constante evolução, afirma Giddens (2012). Assim, o sistema educacional emerge como um mecanismo crucial para a preparação dos indivíduos para os desafios e oportunidades de uma sociedade em transformação.

A sua missão não é apenas a difusão do conhecimento, mas também a promoção de valores, a formação integral dos indivíduos e a construção de comunidades inclusivas, políticas e participativas.

Freire (2001) ressalta a importância de reconhecer a politicidade na prática educacional. Ele defende que não é o suficiente apenas declarar que a educação é um ato político ou que o ato político é educativo; é primordial verdadeiramente compreender e abraçar essa vertente política da educação.

Nesse contexto, o autor argumenta que a compreensão crítica dos limites da prática educativa está diretamente ligada ao problema do poder, que é moldado pela estrutura de

classes da sociedade. Ele sugere que entender o contexto da luta de classes em uma sociedade é crucial para determinar os espaços e conteúdos da educação, bem como para identificar o que é historicamente viável, ou seja, os limites da prática política e educativa (FREIRE, 2001).

Isso reflete em como a missão da escola vira-se contra seu próprio propósito, quando temos sistemas de segregação da própria classe, como é o caso do Enem e o acesso à educação superior pública. O ensino na escola não basta por si só, tendo que recorrer aos cursinhos para que os filhos da classe trabalhadora possam ter acesso àquilo que deveria ser direito, como reflete Crochík et al. (2018).

Bourdieu e Passeron (1982, p. 202) criticam a visão simplista e totalizante do funcionalismo ao considerar o sistema escolar como desempenhando uma função única e indiferenciada em relação à sociedade como um todo. Ele argumenta que essa visão tende a ignorar que o sistema educacional, ao contribuir para reproduzir as relações de classe existentes, na verdade serve aos interesses das classes dominantes e à manutenção da ordem social vigente. Ao utilizar a noção abrangente de “controle social”, o funcionalismo não reconhece os interesses pedagógicos das classes que se beneficiam dessa ordem social, destacando assim uma visão distorcida da realidade educacional e social.

3.1 Escola e família

Ao tratar de escola e família, é essencial analisar a postura das escolas diante da diversidade familiar, especialmente das famílias homoparentais. É importante verificar se estas estão implementando medidas inclusivas e empáticas, proporcionando suporte pedagógico apropriado, e incentivando o diálogo e a colaboração com as famílias no ensino de seus filhos. Carrera (2021, p. 84) dialoga acerca das transformações familiares da seguinte forma:

As transformações da estrutura familiar na atualidade guardam características extremamente complexas dada sua capacidade histórica de se construir e reconstruir no cotidiano das relações sociais. Os múltiplos arranjos familiares que se apresentam (família nuclear, reconstruída monoparental) refletem a dinâmica da sociedade e não são estáticos, são moldados cada vez mais em diversidades. O modelo tradicional de família tem cedido lugar a novos padrões de organização que inauguram relações de parentesco bem como novas formas de vínculos afetivos e sociais que desafiam a concepção de “família tradicional” na sua apresentação monogâmica, heterossexual, nucleada a partir de relações filiais. O

respeito a diversidade sociocultural familiar é condição intrínseca do reconhecimento da dignidade da pessoa humana. (CARRERA, 2021, p. 84).

Essas reflexões não apenas ampliam nosso conhecimento sobre a relação entre escola e família em meio à diversidade de estruturas familiares, mas também destacam a urgência de políticas educacionais mais humanizadas e abrangentes.

Gomes (2020) argumentando sobre a realidade das famílias homoparentais, afirma que essa parceria torna-se ainda mais relevante, pois as instituições educacionais são fundamentais ao proporcionarem um espaço acolhedor e diversificado onde essas famílias possam se sentir bem-vindas e acolhidas. Para além disso, a autora afirma que a participação ativa dos pais homossexuais nas atividades escolares dos seus filhos traz visibilidade a esta configuração familiar e acrescenta qualidade ao ambiente de aprendizagem, trazendo novas perspectivas ao processo educativo.

Neste contexto, a parceria entre instituições de ensino e famílias é crucial. A escola, ao ver o mundo apenas “através de lentes” heterossexuais e comportamentos hegemônicos, pode não possibilitar a visibilidade da existência de composições familiares diversas, como a família homoparental.

Ambas têm o compromisso de colaborar para o desenvolvimento completo dos filhos, sobretudo quando estes entram em contato com professores, funcionários, coordenadores e diretores (Garcez, 2021). Mas de que forma a escola tem lidado com as novas configurações familiares? A comunidade escolar está preparada para falar de diversidade de gênero? A escola brasileira sente-se à vontade para debater estes assuntos ou teme algum tipo de coação social? Freire (1987, p. 46) também questiona. “Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?”.

Indagar sobre a capacidade da escola em lidar com as novas configurações familiares e em abordar questões de diversidade de gênero, além de refletir a necessidade de reconhecer a própria ignorância e estar aberto ao crescimento e à aprendizagem, ressoa com a reflexão de Freire (1987) que questiona a viabilidade do diálogo quando se aliena a ignorância, de modo que os trechos sugerem a importância de uma atitude de humildade por parte da escola, e também do estado, em reconhecer suas limitações e entraves para aprender e crescer diante de desafios emergentes relacionados à diversidade familiar e de gênero.

Partindo destes questionamentos, manifesta-se o conceito de violência simbólica delineado por Souza (2012) em diálogo com Bourdieu, sobre os sistemas de ensino em uma sociedade capitalista se origina da percepção de que a cultura simbólica ou sistema simbólico é resultado de construções arbitrariamente estabelecidas, desvinculadas de uma realidade objetiva considerada natural (SOUZA, 2012).

Sugere-se que o sistema simbólico de uma cultura é uma construção social, fruto de um acordo coletivo, cuja manutenção é crucial para a continuidade dessa sociedade específica. Destaca-se também a importância da interiorização desse sistema simbólico por todos os membros da sociedade como um mecanismo de perpetuação das estruturas culturais e sociais estabelecidas (SOUZA, 2012). Essa internalização implica na aceitação e reprodução das normas, valores e símbolos culturais, contribuindo para a manutenção das relações de poder e hierarquia dentro da sociedade.

Partindo dessa afirmação, para compreender a relação entre família e escola na contemporaneidade é necessário primeiramente revisar as transformações históricas ocorridas nessas duas instituições sociais. É pertinente que esse percurso seja realizado por intermédio da categoria capital cultural em Bourdieu, porque a divisão do capital na sociedade de classes implicou profundas transformações nos modos de organização da família e da escola, assim como em suas finalidades e funções (BOURDIEU, 2015).

Portanto, a relação entre escola e família transcende as fronteiras do espaço físico da instituição escolar, constituindo-se como uma aliança fundamental para a promoção do bem-estar e sucesso acadêmico das novas gerações. Ao colaborarem de forma efetiva, escola e família têm o poder de impactar positivamente não apenas a vida dos estudantes, mas também o futuro da sociedade como um todo, construindo um mundo mais inclusivo, justo e compassivo.

3.2 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação é fundamental para o avanço da sociedade e do país. O Brasil, com sua enorme extensão territorial, possui uma base que estabelece o conjunto de conhecimentos essenciais a todos os estudantes na educação básica, alinhando assim a educação nacional com as necessidades do século XXI. Esse assunto não é recente, pois desde a Constituição de 1988

já era destacada a importância da educação para o completo desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para o exercício da cidadania e sua capacitação para o mercado de trabalho.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010, art. 227).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases determinou que a União firmasse um acordo Interfederativo, buscando assim uma aliança entre os diferentes níveis de governo para definir competências e diretrizes que pudessem guiar os currículos escolares.

No ano de 2014, o Plano Nacional da Educação (PNE) enfatizava a importância de definir orientações pedagógicas para a educação fundamental e desenvolver uma Base Nacional para guiar os programas de estudo em todos os estados do país.

A Construção coletiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi realizada com a participação de educadores e da comunidade, sendo oficializada pelo Ministério da Educação. Essa base serve como guia para a elaboração dos currículos e propostas pedagógicas das instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, além de direcionar as diretrizes para a formação de professores, produção de materiais didáticos e avaliação. Ela atua como um meio de promover a igualdade ao estabelecer as competências essenciais e fornecer orientações para as políticas educacionais que serão aplicadas em todas as escolas do país.

Tanto a Base Nacional Comum Curricular quanto o Plano Nacional de Educação, em vigor desde 2014, tem como objetivo principal combater as disparidades na educação, porém em suas versões finais, algumas referências às palavras gênero e orientação sexual foram diminuídas ou excluídas. A justificativa para essa exclusão é que esses temas já estão contemplados no PNE, que foi implementado antes da BNCC.

Em 2014, houve, no Brasil, uma discussão bastante abrangente em relação às questões de gênero quando da elaboração do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Por conta de grupos conservadores (em Márcio de Oliveira | Luciene Celina Cristina Mochi (Org.) 108 especial grupo de religiosas/os), houve a retirada do termo “gênero” desse documento tão importante para a Educação. (OLIVEIRA; MOCHI, 2020, p.107)

A omissão ou subtração dos termos “diversidade” e “gênero” na BNCC e no PNE representa uma significativa limitação para a capacidade da escola em abordar e promover a diversidade em seu ambiente. Essa ausência impede que a instituição educacional tenha voz ativa na discussão sobre diversidade, desse modo, a presença desses termos é fundamental para a legalidade e o respaldo das escolas em oferecer suporte às múltiplas configurações de famílias. Segundo Andrade e Adorno (2021, p. 3):

[...] a escola é a segunda maior instituição de reprodução de valores e de conhecimentos da sociedade, e a homoparentalidade continua a ser um tema limítrofe, mesmo com a diversidade familiar presente na contemporaneidade, a escola ainda trabalha com o modelo de família elementar como formação familiar ideal. É importante pontuar que a escola estabelece de modo heteronormativo, ocultando as famílias homoafetivas. (ANDRADE; ADORNO, 2021, p. 3).

Embora a ideia da família “tradicional” permaneça popular, é importante entender que as novas configurações familiares já fazem parte da sociedade. Como apresentado pelo autor, depois da família, a escola é o lugar onde a criança passa mais tempo, nesse momento, a comunidade escolar deve garantir a proteção, a sociabilização e o bem estar desse indivíduo. Contudo, é possível observar ações de *bullying* e preconceito, no ambiente escolar.

3.3 "Escola é lugar de aprender coisas da Escola"

Após a família, a escola tem sido historicamente vista como uma instituição essencial na formação da cidadania e na promoção de valores democráticos. Vale ressaltar que os dias atuais atribuem para novos desafios e deveres à família e escola. A tradição perdeu forças em ambas as instituições fazendo com que as suas estruturas mudassem drasticamente.

Jacquet e Costa (2004) dialogam sobre educação e as diversas constituições familiares e destacam que:

A educação familiar no Brasil não é sempre garantida exclusivamente pelos pais biológicos; nas famílias de classes médias, tanto quanto nas classes populares, outros atores desempenham o papel educativo. (JACQUET ; COSTA, 2004. p,187)

Esse trecho destaca a relevância de discutir, no contexto escolar, a inclusão de diversos tipos de famílias, como as homoparentais, recompostas, entre outras, por meio do diálogo. Entretanto, não se verificou qualquer avanço no que diz respeito à educação. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que regula o sistema educacional brasileiro, tanto público quanto privado, não há menção alguma às famílias homoparentais, nem mesmo em suas emendas ou revisões subsequentes (QUINTELA; FRÓES; MARTINHON, 2023).

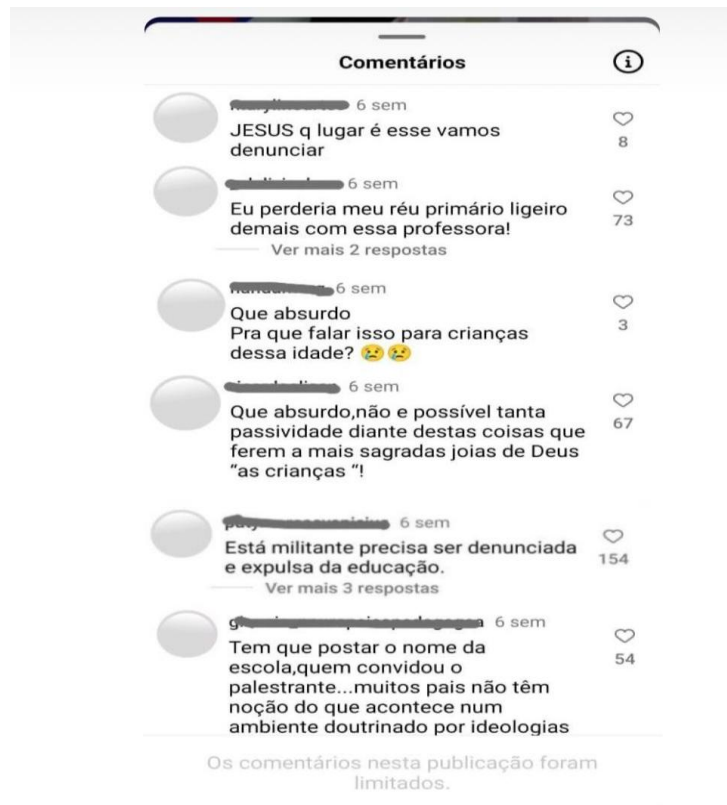
O ambiente escolar exerce um papel como agente de convívio, mudança e integração na realidade social, ao tratar de famílias homoparentais nesse ambiente. Quintela; Fróes e Martinhon (2023) destacam que os alunos oriundos de configurações familiares não convencionais frequentemente enfrentam situações desconfortáveis, para não dizer constrangedoras e até mesmo aterrorizantes.

Além disso, acrescenta-se a isso o fato de que muitas vezes a família da criança omite à escola, por receio de discriminação, que se trata de uma família com pais ou mães do mesmo sexo (Quintela; Fróes e Martinhon, 2023). Nessas instâncias, há o risco de a criança se sentir pressionada entre a perda de identidade resultante do sigilo de suas origens e o assédio moral e psicológico decorrente da homofobia direcionada aos seus pais e mães.

Segundo Marciano e Richartz (2024), famílias e escolas enfrentam novos desafios e responsabilidades, levando a mudanças significativas em suas estruturas tradicionais. Também afirmam que ao discutir a inclusão de famílias homoparentais na escola, é crucial reconhecer a importância do diálogo e da educação para promover compreensão e respeito. Isso é evidenciado em vídeo, postado na rede social Instagram em 2024, onde uma pessoa trans compartilhou sua experiência com crianças em uma escola para aumentar a aceitação e diversidade.

No material, a palestrante afirma que quando nasceu se identificava como menina e tinha afinidade com elementos considerados femininos. Contudo, ao longo do tempo, essa pessoa percebeu que sua identidade de gênero não correspondia àquela atribuída ao nascer, identificando-se como uma mulher trans. Essa descoberta e autoidentificação foram documentadas, inclusive com a declaração oficial de que pertence ao gênero feminino. A postagem gerou uma série de opiniões contrárias a proposta da escola (Imagem 1):

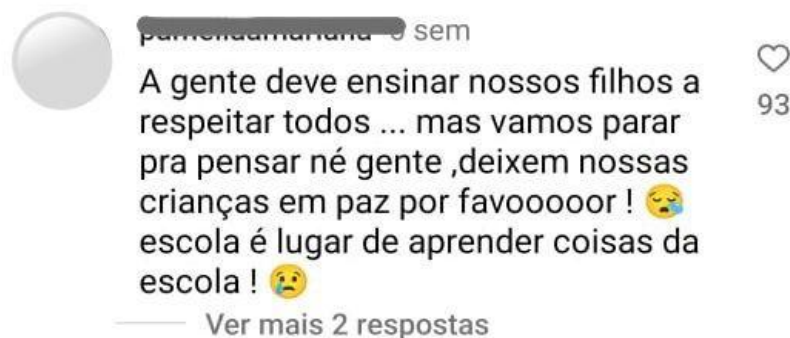
Imagem 1 - Captura de tela da página de comentários



Fonte: Instagram (@prof.mauro.rosa), 2024

Contudo, um comentário no vídeo suscita reflexões e destaca: “Escola é lugar de aprender coisas da Escola” (Imagem 2), isso sugere que, apesar dos esforços em abordar diversidade de gênero, as crianças no vídeo parecem não se interessar pelo tema, levantando questões sobre como abordar assuntos sensíveis considerando o contexto e o desenvolvimento emocional das crianças.

Imagem 2 - Captura de tela “escola é lugar de aprender coisas da escola!”



Fonte: Instagram (@prof.mauro.rosa), 2024

A frase “Escola é Lugar de Aprender Coisas da Escola” representa uma perspectiva tradicional que prioriza apenas o ensino de disciplinas acadêmicas convencionais. Embora valorize o foco nas atividades educacionais centrais, essa visão é criticada por sua limitação na abordagem de questões sociais contemporâneas.

Ao restringir o diálogo apenas a assuntos internos à escola, há o risco de ignorar tópicos que impactam significativamente a vida dos alunos, como diversidade de gênero, saúde mental e *bullying* (SOARES, 2021). Reconhecendo a tentativa de manter a integridade acadêmica, é crucial encontrar um equilíbrio entre tradição educacional e adaptação às necessidades em constante mudança, incorporando discussões relevantes que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos.

Tratar de questões relacionadas a gênero e diversidade, e até mesmo questões políticas e sociais nas escolas brasileiras tem sido objeto de intenso debate, particularmente em meio a uma conjuntura política polarizada, marcada pela transição governamental após o impeachment da então presidente Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer, cuja gestão adotou políticas de cunho neoliberal (Lopes; Castro, 2022)

Com a crescente nos discursos conservadores, Silva, Pestana e Almeida (2022, p. 70) apontam uma preocupação relacionada a movimentos como o “Escola sem Partido” e sua falta de definição clara nos projetos que o envolvem, sobre o que exatamente constitui “doutrinação” por parte dos professores em sala de aula.

As autoras observam que os termos vagos utilizados nesses projetos podem levar a uma interpretação excessivamente ampla, na qual qualquer atividade ou fala do professor que seja considerada contrária às convicções da família do aluno, poderia ser rotulada como doutrinação. Isso levanta preocupações sobre a liberdade de expressão e de ensino dos professores, uma vez que eles podem se sentir coagidos a evitar abordar temas controversos ou desafiadores por medo de represálias.

Além disso, as autoras destacam a dificuldade prática enfrentada pelos professores em salas de aula com um grande número de alunos, onde é quase inevitável que, em algum momento, um tema abordado seja considerado impertinente por algum estudante ou sua família. Isso ressalta a natureza diversificada e plural da sociedade, na qual diferentes opiniões coexistem, até mesmo dentro de um mesmo ambiente doméstico.

A discordância de opiniões sobre temas familiares cotidianos é algo comum, o que torna ainda mais desafiador para os professores o exercício de seu trabalho sem incorrer

em potenciais conflitos com as visões familiares dos alunos. Esses pontos levantados pelos autores evidenciam as complexidades e implicações práticas do debate em torno do movimento “Escola sem Partido”.

Destaca-se também, outros dois episódios do impacto que a ausência de amparos legais causam nas vivências cotidianas, os programas “Brasil Sem Homofobia” e o “Escola Sem Homofobia”, desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos em 2004 (Caderno, 2004), que foi vulgar e maldosamente, chamado de “Kit-gay”. Essas iniciativas foram criadas com o intuito de estimular a discussão sobre o preconceito contra homossexuais e lésbicas nas instituições de ensino do Brasil, com o objetivo de incentivar a valorização da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero.

Lopes e Castro (2022) argumentam que essas iniciativas foram fortemente atacadas, especialmente pelo então presidente Jair Bolsonaro, cujas declarações refletiam uma visão conservadora e contrária à inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade nas escolas. Em sua crítica, Bolsonaro destacou a resolução que direcionava a Secretaria de Direitos Humanos, acusando o governo de “inocular” nas escolas, desde tenra idade, a “ideia de que ser gay é normal”.

Suas palavras ressoaram entre grupos conservadores e contribuíram para uma polarização ainda maior sobre a questão. Essa resistência política e social criou barreiras significativas para a plena incorporação dos programas “Brasil Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia” no currículo educacional brasileiro.

Embora tenham sido introduzidos inicialmente, nunca se tornaram parte central do currículo, destacando as dificuldades enfrentadas na implementação de políticas educacionais sensíveis a questões sociais. Propostas como o da Escola Sem Partido, e o boicote a programas como o Escola sem Homofobia, não tem como foco as instituições de ensino ou de promover a educação. As principais figuras que a defendem, pelo menos as mais conhecidas, nunca evidenciaram um real interesse pelo processo educativo. Trata-se, na verdade, de obter vantagens políticas, sem levar em consideração os impactos para a nação (TORRADA; RIBEIRO e RIZZA, 2020).

Nesse contexto, a discussão sobre temas sensíveis como gênero e diversidade tem sido frequentemente contestada e, em muitos casos, proibida, sob a justificativa de que a escola não possui autorização legal para abordar tais assuntos.

Retornando ao texto de Quintela; Fróes e Martinhon (2023, p. 6), é ressaltado que:

Contudo é preciso destacar que não houve nenhum tipo de avanço no que tende à educação, e que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil, não há qualquer tipo de referência às famílias homoparentais, nem mesmo com suas atualizações. Porém, no Art 3º da mesma, se diz que: [...] No ensino que deverá ser ministrado se inclui o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996). No art. 32, ao tratar dos objetivos e da. formação básica. do. cidadão. no. ensino. fundamental. determina. que. é. obrigatório,. e assegurado o “fortalecimento [...] de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”. (QUINTELA; FRÓES; MARTINHON, 2023, p. 6)

O fragmento ressalta a estagnação das políticas educacionais pertinentes às famílias homoparentais no Brasil, onde a legislação não oferece qualquer menção explícita a essa configuração familiar, mesmo após eventuais revisões normativas. A ausência de uma autorização explícita para tratar desses temas no ambiente escolar muitas vezes é interpretada como uma limitação imposta pela legislação sendo frequentemente utilizada como base para restringir ou evitar a inclusão de conteúdos relacionados a gênero e diversidade nos currículos escolares, bem como para reprimir discussões sobre esses temas em espaços educacionais.

Porém, a educação para a diversidade e o respeito à pluralidade de identidades e orientações são princípios fundamentais da educação contemporânea, alinhados com os preceitos da Constituição Federal brasileira e com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Portanto, a negação ou restrição da discussão sobre gênero e diversidade nas escolas não apenas viola os direitos humanos, mas também compromete o papel da escola como espaço de formação integral e promoção da cidadania.

Em contrapartida as censuras e proibições ocasionadas no governo do então presidente Jair Bolsonaro, temos durante a conjuntura do governo Lula, durante a primeira semana de maio de 2024, o show apoteótico da cantora Madonna, amplamente aclamado como um evento cultural de relevância global, proporcionou uma plataforma notável para a expressão da diversidade sexual e familiar. Ao ser descrito como uma desconstrução da família tradicional, como afirma Claudia Asséf (2024):

Em pouco mais de duas horas de show, Madonna entregou muito mais do que o valor pago a ela pelo governo do Rio e pelos patrocinadores. Ela

entregou dignidade, orgulho, autoestima, solidariedade e ainda devolveu ao público em geral a alegria de usar a camisa com as cores verde e amarela. Foi uma festa da família nada tradicional brasileira liderada pela maior artista pop do nosso tempo. (SPLASH, 2024, n. p.)

O evento desafiou as normas sociais arraigadas, destacando a complexidade e a variedade das configurações familiares na sociedade contemporânea. A presença de figuras públicas como a cantora Daniela Mercury, uma destacada representante da comunidade LGBTQIAPN+ e mãe, e Erika Hilton, uma mulher transgênero atuante na esfera política, evidenciou a importância da visibilidade e da representatividade na mídia e na cultura popular.

Além de proporcionar uma plataforma para a diversidade sexual e familiar, o show de Madonna teve implicações profundas para o discurso educacional no Brasil. Ao destacar essas questões de maneira proeminente, o evento contribuiu para a ampliação do diálogo sobre a inclusão e a aceitação de diferentes identidades e orientações sexuais na sociedade brasileira.

A exibição no telão de figuras como Daniela Mercury e Erika Hilton, Elza Soares, Gilberto Gil, entre outras ao lado de Paulo Freire, considerado o patrono da educação brasileira, serve como um poderoso símbolo de como a cultura popular e as questões sociais podem convergir, influenciando as percepções e as práticas educacionais.

Desse modo, a integração do show de Madonna como referencial teórico ressalta a interseção entre a arte, a cultura e a educação na formação da consciência social e política. Ao reconhecer a influência significativa desses eventos culturais na moldagem das percepções sociais, os educadores são desafiados a considerar a inclusão de representações diversas e inclusivas em seus currículos e práticas pedagógicas. Isso destaca a importância de uma abordagem crítica e reflexiva na educação, que reconheça e valorize a complexidade das identidades individuais e coletivas na sociedade contemporânea.

Diante das situações expostas, e ao refletir sobre o contexto de família no meio social, resgatamos a concepção de Petrini (2009), destaca que:

Entender a família como sujeito social dotado de cidadania própria tem consequências práticas: significa que o Estado deve considerar a criança, o idoso, a mulher, o adolescente, não como categorias sociais abstratas ou como indivíduos isolados, mas como membros de uma comunidade

familiar, de uma rede de relacionamentos solidários. A família poderá ser ativada e oportunamente ajudada, para que seja capaz de atender satisfatoriamente às necessidades de seus membros. (PETRINI, 2009, p.119)

Quando o governo reconhece a estrutura familiar dessa forma, isso significa que políticas públicas e entidades, como instituições de ensino, devem enxergar os integrantes da família como parte de um grupo maior. Na área educacional, essa visão tem um impacto significativo na forma como são abordados temas como diversidade, diferentes tipos de famílias e identidade de gênero.

Porém, em diversas situações, não há respaldo legal do Estado para que as instituições de ensino discutam temáticas envolvendo diferentes estruturas familiares e identidades de gênero (Lobo e Suanno, 2020). Assim, a família dita “tradicional” é frequentemente favorecida, o que pode levar à exclusão de outros tipos de famílias e à discriminação de identidades de gênero que não se encaixam nos padrões.

Andrade e Adorno (2021) analisam autonomia das instituições de ensino em abordar esses assuntos de maneira inclusiva e respeitosa. Por exemplo, a falta de orientação legal específica pode deixar as escolas sem apoio ou diretrizes para desenvolver projetos educacionais que reconheçam e respeitem a diversidade de famílias e identidades de gênero. Ademais, a influência da família tradicional pode exercer pressão social sobre a escola, resultando na exclusão ou marginalização de famílias e estudantes com diferentes modelos familiares ou identidades de gênero não normativas.

Por conseguinte, mesmo que a valorização da família como um grupo social com direitos próprios possa indicar a relevância de uma abordagem inclusiva na educação, a ausência de respaldo jurídico e a predominância da família tradicional pode restringir a autonomia das escolas em fomentar um ambiente educacional genuinamente diversificado e inclusivo.

4. Metodologia

Esta seção apresenta a abordagem metodológica adotada para elucidar os caminhos da pesquisa. Como dito anteriormente, a investigação é de cunho qualitativo, na modalidade estudo de caso múltiplo e o estudo concentrou-se sobretudo em torno de relatos de famílias. A partir dos casos escolhidos, decidimos realizar a análise e interpretação de dados focando a reflexão na interação dinâmica entre a realidade objetiva e a perspectiva subjetiva dos participantes.

Vale destacar que o estudo não foi conduzido diretamente em uma instituição ou escola, mas com base na restrição específica dos participantes, e com foco nas experiências dos casais, permitindo uma análise aprofundada dos casos sem a necessidade de vinculação a um ambiente educacional formal.

Na pesquisa qualitativa, o objetivo central do pesquisador é entender a visão de mundo e a perspectiva do participante, o que implica em esforços dedicados para capturar e compreender os significados subjacentes às palavras e expressões utilizadas pelo participante durante a entrevista.

Em vez de apenas reunir dados numéricos ou respostas padronizadas, o pesquisador procura investigar as nuances, interpretações individuais e contextos culturais que influenciam as percepções e experiências do participante (Yin, 2016, p. 121). A abordagem qualitativa enfatiza a importância da profundidade e da riqueza das informações coletadas, visando obter uma compreensão mais completa e contextualizada do fenômeno em estudo.

Gil (2017) discute a importância da pesquisa qualitativa dentro do enfoque interpretativista. Segundo essa perspectiva, para entender o mundo e a sociedade, é essencial considerar a maneira como as pessoas que vivenciam esses contextos os percebem e interpretam. Isso implica que a realidade social não é algo dado ou objetivo, mas é criada e modificada continuamente pelas interações e interpretações das pessoas que a vivenciam.

Como já citado na introdução, dentro desta pesquisa foi utilizado o estudo de caso múltiplo, como descreve Gil (2017, p.107):

São aqueles em que o pesquisador estuda conjuntamente mais de um caso para investigar determinado fenômeno. Não podem ser confundidos, no entanto, com estudos de caso único que apresentam múltiplas unidades

de análise. Quando, por exemplo, o caso em estudo refere-se a uma universidade e são estudadas as faculdades que a compõem, estas constituem unidades de análise e não casos. (GIL, 2017, p. 107)

Foi utilizada a definição de estudo de caso proposta por Yin como ponto de partida. De acordo com Yin (2015 p. 17), um estudo de caso é uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos.

Este método enfatiza a compreensão profunda e holística do caso em questão, utilizando múltiplas fontes de evidência e uma análise sistemática para identificar padrões, relações e insights relevantes. A metodologia adotada objetivou capturar a riqueza e a diversidade desses casos, fornecendo uma base sólida para análises e interpretações significativas.

4.1 Participantes

Fachin (2017) aponta que um único caso bem estudado pode oferecer insights valiosos e ajudar a avançar o conhecimento em determinada área de pesquisa. Yin (2015) também destaca que o bom estudo de caso é aquele que apresenta evidências claras e convincentes. Para isso, foram delineados critérios para a escolha dos participantes visando assegurar que as evidências fornecidas fossem representativas e relevantes para o caso em questão.

No que diz respeito à seleção dos participantes, a definição clara dos critérios de inclusão e exclusão foram essenciais para garantir a validade e a credibilidade do estudo. Dessa forma, utilizou-se a técnica de *snowball* (bola de neve) para definir os participantes desta pesquisa, porque permitiu que estes indicassem outras pessoas dispostas a discutir temas que ainda podem ser considerados tabus, o que favoreceu a confiança e o acesso a indivíduos que, de outra forma, poderiam hesitar em participar.

Segundo Baldin e Munhoz (2011, p. 51):

A snowball sampling ou “Bola de Neve” prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, só então sair a campo para também recrutá-los. (Baldin e Munhoz 2011, p. 51)

A concessão da adesão dos casais homoparentais para participação na pesquisa revelou-se um desafio significativo, marcado por resistências e questões diversas. Muitos dos potenciais participantes manifestaram-se sobre a exposição de seus nomes ou identidades, temendo que sua privacidade pudesse ser comprometida. Além disso, outros revelaram a desconfiança sobre os objetivos reais do estudo, questionando se poderiam ser indiretamente abordados para fins comerciais, como a coleta de mensagens não solicitadas via celular ou a indução à compra de algum bem.

Esse cenário reflete uma combinação de fatores, incluindo o histórico de desconfiança em relação às pesquisas sociais e a vulnerabilidade sentida por grupos frequentemente invisibilizados ou alvo de preconceito. Foi necessário um esforço contínuo para esclarecer os objetivos da pesquisa, reforçando o caráter ético do estudo e garantindo a confidencialidade e o anonimato dos dados.

A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi destacada como uma garantia formal desses compromissos, além da ênfase em um diálogo aberto e acolhedor com os participantes. Mesmo assim, houve a negativa de pelo menos três casais e a falta de retorno de um gestor escolar.

Os participantes desta pesquisa são casais homossexuais que exercem a parentalidade na educação de seus respectivos filhos. Participaram também três professores de escolas públicas municipais, além de um gestor pedagógico.

4.2 Critério de inclusão

Delimitou-se enquanto critério de inclusão para pessoas participantes desta pesquisa, dois casais homossexuais (um casal masculino e um casal feminino), que compõem famílias homoparentais, com filhos em idade escolar; três professores e um gestor pedagógico escolar, com o recorte da escola pública, todos residentes à zona urbana da cidade de Santa Inês, no estado do Maranhão.

4.3 Critério de exclusão

Como critérios de exclusão, não participaram da pesquisa aqueles que não assinaram o TCLE e não se encaixaram nos critérios de inclusão: casais que não tenham

filhos ou cujos filhos já não estejam frequentando a escola, além de casais com filhos matriculados em instituições de ensino particulares e/ou que não residam em Santa Inês.

4.4 Procedimento de Coleta de Dados

Para a realização da pesquisa, foi adotada a técnica de entrevista semiestruturada, na qual o entrevistador iniciou a conversa propondo um tema e seguindo um roteiro pré-determinado, como uma “conversa guiada”:

Segundo Yin (2016, p. 124):

O protocolo de entrevista geralmente contém um pequeno subgrupo de temas - aqueles que são considerados pertinentes a uma dada entrevista. Cada tema pode ser seguido por algumas breves sondagens e perguntas de seguimento, mas o protocolo de entrevista não deve em nenhum sentido ser considerado um questionário. Assim, o protocolo mais uma vez representa sua estrutura mental [...] e não é uma lista de perguntas reais a serem verbalizadas para um participante. (Yin, 2016, p. 124).

Fundamental se fez garantir que o entrevistado se sentisse à vontade para compartilhar suas experiências e opiniões. O protocolo serviu como um guia flexível, permitindo adaptações de acordo com a dinâmica das entrevistas e as respostas dos entrevistados. Durante a entrevista, o diálogo fluiu de forma natural, e o entrevistador atuou como um facilitador, incentivando e guiando a participação dos entrevistados com base em um roteiro que estabelece os objetivos e diretrizes da entrevista. Essa ênfase na escuta atenta e no diálogo descontraído justificou a escolha da técnica de entrevista semiestruturada também descrita por Severino (2017).

4.5 Aspectos éticos

Após o envio do projeto para análise através da Plataforma Brasil, com o título: As Famílias homoparentais e sua relação com a escola: preconceitos e desafios, e aprovado pelo Comitê de Ética em 16 de outubro de 2024, sob o número do parecer 7.163.093, a pesquisa de campo foi viabilizada. Uma vez que o projeto foi aprovado pelo Comitê, a coleta de dados teve início, mediante conversa com colegas de trabalho que indicaram a primeira professora participante da pesquisa e indicações sucessivas e posteriores.

Em seguida deu-se o convite e a assinatura pelos participantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com os princípios éticos

estabelecidos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e na Resolução nº 510, datada de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual versa sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Essa resolução, que se fundamenta nos princípios da bioética, como autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, tem por objetivo garantir os direitos e deveres tanto da comunidade científica quanto dos participantes da pesquisa e do Estado.

Todos os documentos digitais obtidos durante a realização da pesquisa e todas as informações seguem também de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.853/2019.

4.6 Riscos e benefícios

Foi observado o cuidado quanto a possibilidade de alguns riscos como cansaço ao responder as perguntas da pesquisa ou contato com sentimentos angustiantes ao relembrar vivências. Os possíveis riscos e desconfortos associados ao estudo foram reduzidos ao mínimo, uma vez que o foco da pesquisa são questões pessoais e subjetivas dos participantes. Caso surgissem, o pesquisador responsável encaminharia, se necessário, para acolhimento psicológico.

Os benefícios desta pesquisa superam os riscos potenciais, uma vez que ao investigar as percepções de casais homoafetivos, professores e gestores escolares, ela permitirá identificar desafios e boas práticas, promovendo uma maior inclusão e acolhimento dessas famílias no contexto educacional. Além disso, os resultados podem auxiliar na formulação de políticas e práticas pedagógicas mais inclusivas, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais equitativo e respeitoso para todos.

4.7 Estudo de caso múltiplo: procedimento de entrevistas e apresentação dos participantes.

Esta pesquisa se debruça sobre um tema de extrema relevância no contexto educacional contemporâneo: a relação entre famílias homoparentais e a escola. Com o objetivo de analisar as experiências vivenciadas por esses casais no ambiente escolar, buscando compreender os desafios, as conquistas e as nuances dessa interação, a pesquisa

se propõe a dar voz a esses atores e contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva e acolhedora.

Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os participantes, as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, cumprindo as normas e diretrizes que regulamentam pesquisas com seres humanos, em especial a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Visando garantir o anonimato e a confidencialidade dos participantes, os nomes reais foram substituídos por nomes fictícios no presente estudo. Essa medida visa proteger a identidade dos entrevistados e assegurar que suas informações pessoais não sejam divulgadas ou utilizadas de forma indevida, além de trazer elementos que enriqueçam a narrativa.

Os nomes fictícios dos participantes foram inspirados em personagens icônicos da cultura *pop*.

Para identificação dos casais, fizemos a escolha de utilizar nomes de super-heróis das histórias em quadrinhos, figuras que representam força, coragem e superação. O casal feminino foi nomeado, respectivamente, como Mulher-Gato e Mulher-Maravilha, duas heroínas que desafiam convenções e lutam por justiça. O casal masculino, por sua vez, foi nomeado como Homem-Aranha e Pantera Negra, heróis que representam a diversidade e a luta contra a discriminação.

Já para os professores, os nomes foram inspirados em personagens da saga Harry Potter, da escritora britânica J.K. Rowling, uma obra rica em simbolismo e que retrata a importância da educação e da luta contra o preconceito às diversidades. A diretora, com sua postura acolhedora e justa, foi nomeada Minerva McGonagall, em homenagem à professora de Transfiguração de Hogwarts. Os professores participantes foram nomeados como Albus Dumbledore, Aurora Sinistra e Severus Snape, personagens complexos e multifacetados que representam a diversidade do corpo docente.

A escolha desses nomes fictícios agrega um elemento lúdico à pesquisa e reforça a mensagem de que a luta contra a discriminação e a busca por uma escola inclusiva são desafios que exigem coragem e perseverança.

A escolha dos participantes se deu por meio da técnica *snowball* (bola de neve), um método que se mostrou eficaz para alcançar a população de interesse, considerando que as famílias homoparentais podem ser mais difíceis de encontrar por métodos tradicionais

de amostragem. O ponto de partida foi uma conversa informal com uma colega da escola em que o pesquisador trabalha, que indicou o primeiro casal participante: Homem-Aranha e Pantera Negra. A partir deles, a rede de contatos se expandiu, revelando a riqueza e a diversidade das famílias homoparentais na comunidade escolar.

Homem-Aranha e Pantera Negra, por sua vez, indicaram Mulher-Gato e Mulher-Maravilha, formando um conjunto de participantes que representa diferentes configurações familiares e experiências no ambiente escolar.

A professora Aurora Sinistra foi indicada por uma colega de trabalho do pesquisador, e os professores Albus Dumbledore, e Severus Snape, indicados por Aurora Sinistra. Por fim, a diretora Minerva McGonagall, foi indicada por Albus Dumbledore, e trouxe sua visão da gestão escolar e os desafios da construção de uma escola inclusiva.

Realizadas em locais que priorizaram o conforto e a privacidade dos participantes, as entrevistas buscaram criar um ambiente propício ao diálogo aberto e acolhedor: Homem-Aranha e Pantera-Negra optaram por uma cafeteria, um espaço neutro e informal que proporcionou um clima descontraído para a conversa. Mulher-Gato e Mulher-Maravilha se sentiram mais à vontade no terraço da casa do pesquisador, um ambiente arejado e silencioso que garantiu a privacidade e a concentração necessárias para a entrevista.

Na sequência, a diretora pedagógica Minerva McGonagall recebeu o pesquisador em seu escritório, um ambiente profissional que refletia sua posição de liderança na escola. Já os professores Albus Dumbledore e Severus Snape escolheram a casa do pesquisador como local para a entrevista, e a Professora Aurora Sinistra foi entrevistada em sua casa, devido a sua disponibilidade. Dessa forma, diversidade de locais de entrevista reflete a sensibilidade da pesquisa em respeitar as individualidades e as preferências dos participantes, criando um clima de confiança e colaboração que contribuiu para a riqueza dos dados coletados.

4.7.1 Vidas que se cruzam

Nesse tópico será apresentado as histórias de vida dos casais que participaram da pesquisa, buscando traçar um panorama da diversidade de experiências e desafios presentes na homoparentalidade. Acredita-se que conhecer as trajetórias de vida desses casais, com suas singularidades e particularidades, contribui para a compreensão da

complexidade da homoparentalidade e para a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

As histórias de vida que serão apresentadas a seguir revelam a pluralidade de caminhos e escolhas que levam à formação de uma família homoparental, e suas experiências demonstram que o afeto e o cuidado não se limitam a um único modelo de família, e que a homoparentalidade se configura como uma realidade cada vez mais presente na sociedade contemporânea.

Mulher-Maravilha, 48 anos, conta que construiu sua vida com base na superação e na criatividade. Vinda de uma família humilde e evangélica, ela trilhou um caminho desafiador, rompendo com as expectativas tradicionais e abraçando sua verdadeira identidade.

Em sua juventude, casou-se e teve três filhos em um relacionamento heterossexual. A experiência da maternidade a transformou e a impulsionou a buscar novos horizontes. Formou-se em Pedagogia e atuou como professora, mas a paixão pelo artesanato falou mais alto. Hoje, Mulher-Maravilha é uma artesã que transforma linhas e tecidos em verdadeiras obras de arte.

Sua renda provém principalmente do seu ofício, que ela divulga com orgulho nas redes sociais e em redes de negócios de mulheres bordadeiras, o que inspira outras mulheres a buscar sua independência e realização profissional.

Em sua jornada de autoconhecimento, Mulher-Maravilha conheceu Mulher-Gato, 35 anos, uma mulher de sorriso largo e energia contagiante. Mulher-Gato, vinda de uma família pobre e numerosa, não teve a oportunidade de completar os estudos, parando nas Series Iniciais. Mãe de seis filhos biológicos, dedica-se com à criação de seus filhos e à sua religião, a Umbanda.

A espiritualidade é um pilar importante na vida de Mulher-Gato, que encontra na Umbanda um espaço de acolhimento e conexão com suas raízes. Diferente de Mulher-Maravilha, Mulher-Gato sempre contou com o apoio incondicional de sua mãe em relação à sua orientação sexual. Segundo ela, essa aceitação familiar foi fundamental para que se sentisse segura e confiante para viver sua vida com autenticidade.

O casal masculino é composto por Pantera-Negra e Homem-Aranha. Pantera Negra, 45 anos, é um professor da educação básica. Sua trajetória, foi marcada por conflitos

internos e dificuldades em se aceitar como gay. Criado em uma família evangélica conservadora, ele afirma ter sentido o peso do preconceito e da intolerância desde cedo.

Casou-se e teve dois filhos biológicos em um relacionamento heterossexual, buscando corresponder às expectativas da família e da sociedade. A separação, porém, abriu caminho para que se libertasse das amarras do passado e vivesse sua sexualidade com mais liberdade.

Hoje, Pantera Negra compartilha a vida com Homem-Aranha, 30 anos, um jovem estudante universitário e funcionário de uma empresa. Homem-Aranha, criado em uma família católica, teve uma experiência diferente da de Pantera Negra. Ele conta que encontrou apoio e aceitação em seus pais, o que o ajudou a construir uma autoestima sólida e a viver sua sexualidade sem medo.

Os rapazes formam um casal que se complementa e criam os dois filhos de Pantera Negra, mostrando que a família homoparental pode ser um ambiente de afeto e segurança para as crianças.

A história dessa família é um exemplo de superação e esperança. Pantera, que antes se sentia aprisionado pela pressão social e religiosa, hoje vive com autenticidade e felicidade ao lado de Aranha e os filhos. Sua trajetória inspira outras pessoas a buscarem a felicidade e a viverem sem medo de serem quem realmente são.

Em seguida apresento os professores e a gestora, participantes da pesquisa.

Severus Snape, 35 anos, é um professor em constante busca por aprimoramento. Doutorando em Educação, divide seu tempo entre a sala de aula do 5º ano do Ensino Fundamental e as leituras e pesquisas que alimentam sua paixão pela área.

Sua trajetória como professor iniciou há 10 anos, quando conquistou seu lugar no magistério público. Ele afirma que desde então, dedica-se com ao ensino, buscando sempre novas formas de despertar o interesse e a curiosidade de seus alunos.

Solteiro e dedicado à vida acadêmica, Severus Snape encontra na pesquisa e na leitura o combustível para suas reflexões sobre a educação e o papel do professor na sociedade. Seu olhar atento e questionador o impulsiona a buscar conhecimento e a construir um futuro promissor na área da educação.

Albus Dumbledore, 44 anos, é um professor experiente e com uma vasta bagagem de conhecimentos, acumula mais de duas décadas de experiência em sala de aula, lecionando para o 4º ano do Ensino Fundamental e na universidade.

Sua formação em Letras o levou a trilhar uma carreira dupla como professor da Educação Básica e docente no curso de Letras. Ele afirma que compartilha seu amor pela linguagem e pela literatura com seus alunos, inspirando-os a desbravar o mundo da leitura e da escrita.

Pai de uma filha, Albus Dumbledore vivenciou a experiência da separação, e disse que isso o tornou um profissional ainda mais sensível às diferentes realidades familiares de seus alunos.

Aurora Sinistra, 50 anos, é uma professora da educação básica. Negra, católica e atuante em sua comunidade religiosa. Ela conta que sempre se considerou uma pessoa livre de preconceitos. Sua vida, porém, deu uma guinada inesperada quando descobriu a homossexualidade do filho.

O choque inicial e a dificuldade em aceitar a notícia a levaram a questionar suas próprias crenças e valores, segundo ela. Aurora Sinistra, até então segura de suas convicções, se viu diante de um dilema: negar a realidade e se afastar do filho ou abrir seu coração para a diversidade e acolher sua verdadeira identidade.

Com o tempo e muita reflexão, a professora trilhou um caminho de autoconhecimento e superação. Compreendeu que o amor incondicional ao filho era mais forte que qualquer preconceito e que a verdadeira fé reside na aceitação e no respeito ao próximo.

Atualmente, a Professora Aurora Sinistra, divide seu tempo entre a escola pública municipal e a escola privada. Graduada em Letras e Administração, com especialização *lato sensu*, ela busca constantemente aprimorar seus conhecimentos e sua prática docente.

Minerva McGonagall, 51 anos, é uma educadora com três décadas de experiência dedicadas à arte de ensinar e à gestão pedagógica. Casada e mãe de três filhos, ela conta que sua vida tomou um novo rumo quando seu filho se revelou transexual.

A experiência a impulsionou a aprofundar seus conhecimentos sobre a diversidade sexual e de gênero, buscando compreender a complexidade da identidade humana e os desafios enfrentados pelas pessoas trans. Minerva McGonagall abraçou a jornada do filho, tornando-se uma defensora da inclusão e do respeito à diversidade.

Pedagoga e especialista na área, Minerva McGonagall conta que construiu uma linha de pensamento inclusiva e acolhedora, que se reflete em sua prática docente. Acredita em

uma educação holística, que valoriza o desenvolvimento integral do aluno, considerando seus aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

É importante destacar que os casais e os professores participantes desta pesquisa residem em Santa Inês, no Estado do Maranhão, e que suas histórias de vida refletem a realidade de famílias homoparentais em uma cidade de pequeno porte no interior do Brasil.

Durante as entrevistas, os participantes se mostraram abertos e receptivos a compartilhar suas experiências.

5. Análise e discussão dos dados

Para a análise dos dados, as categorias mencionadas no embasamento teórico e delineadas no protocolo semiestruturado das entrevistas seguiram a análise de conteúdo de Bardin. A análise de conteúdo é definida como um conjunto versátil de técnicas de análise que se adaptam a diferentes tipos de comunicação, não se limitando a um único método rígido (BARDIN, 2016).

A análise de conteúdo busca desvendar os sentidos ocultos por trás dos discursos, transcendendo, segundo Bardin (2016), a mera compreensão superficial. O controle da interpretação se dá por inferências para interpretar as mensagens, equilibrando o rigor da objetividade com a fecundidade da subjetividade. Seu objetivo é desvendar o implícito, o latente e o não aparente, utilizando processos técnicos de validação para garantir a confiabilidade da interpretação. Bardin (2016, p. 20) afirma que “por detrás de um discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desbravar”.

As informações obtidas nas entrevistas foram analisadas em três etapas distintas: pré análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos dados de acordo com a técnica de análise de conteúdo temática por frequência.

Inicialmente, as entrevistas foram transcritas na íntegra, preservando-se o máximo possível o conteúdo original e as nuances da linguagem dos participantes. Em seguida, foi realizada uma leitura flutuante do material transcrito, buscando identificar elementos e relatos para compor o corpo da pesquisa. Ao desmembrar as entrevistas e examinar cuidadosamente cada elemento, surgiram as categorias

Segundo Bardin (2016), este tipo de análise se apresenta como um método valioso para a investigação do material discursivo produzido nas entrevistas. A partir da leitura flutuante do corpus textual, emergem categorias analíticas que permitem aprofundar a compreensão das experiências e percepções dos participantes da pesquisa.

Essa técnica de análise possibilita ir além da mera descrição das falas, desvendando os significados latentes, as contradições e as nuances presentes nos discursos, contribuindo para a construção de uma análise crítica e reflexiva sobre a relação entre famílias homoparentais e a escola.

Neste estudo, a análise de conteúdo se ancora nas categorias emergentes do referencial teórico e dos objetivos de pesquisa, orientando a organização e interpretação

dos dados. As categorias: **Experiências dos casais (positivas e negativas)**, **Percepção dos professores** e **Diferenças entre casais masculinos e femininos** se configuram como fios condutores da análise, permitindo traçar um panorama abrangente e elucidativo sobre a temática da homoparentalidade no contexto escolar.

A análise crítica das falas dos participantes, à luz da literatura sobre gênero, sexualidade e educação, contribui para a construção de um discurso científico rigoroso e comprometido com a promoção da inclusão e da igualdade no ambiente educacional.

5.1 Experiências dos casais (positivas e negativas)

Essa categoria emergiu da necessidade de dar voz aos casais participantes da pesquisa, permitindo que eles narrassem suas vivências e percepções sobre a relação com a escola. Buscou-se, por meio desta categoria, compreender como esses casais se sentem inseridos no contexto escolar, os desafios que enfrentam, as conquistas que alcançam e as expectativas que nutrem em relação à educação de seus filhos.

A análise das experiências dos casais, tanto positivas quanto negativas, contribui para a construção de um panorama da homoparentalidade no contexto escolar, revelando as peculiaridades e os desafios dessa configuração familiar na busca por reconhecimento e inclusão.

As falas dos casais, recolhidas por meio de entrevistas semiestruturadas, foram analisadas sob a ótica da análise de conteúdo de Bardin (2011), buscando identificar os núcleos de significado e interpretar as mensagens subjacentes aos discursos.

A partir dessa análise, foi possível categorizar as experiências dos casais em diferentes subcategorias, como discriminação e preconceito, acolhimento e respeito, comunicação aberta, participação em atividades escolares, influência da religião e invisibilidade e importância da representatividade. Embora as categorias pareçam apontar para lugares muito distintos em termos de experiências narradas, elas surgiram nas entrevistas como resposta a esses “encontros” e “desencontros” que desafiam pais – na sua diversidade familiar e afetiva – instituição escolar. As narrativas falam de dor e esperança, de inclusão e exclusão. Essa categorização permitiu uma compreensão mais aprofundada das vivências dos casais homoparentais na escola, revelando as nuances e os desafios da sua relação com a instituição.

5.1.1 Discriminação e preconceito

Diante do questionamento sobre vivências de algum tipo de preconceito ou discriminação por parte da comunidade escolar, os entrevistados relataram suas experiências nos seguintes termos:

Sim, a minha filha caçula, ela na escola, as pessoas sempre falavam para ela assim: ‘Ah, que ela era filha de um sapatão’. Isso, o que mais me doía, porque vinha de próprios colegas de trabalho, colegas meus de trabalho. porque, como eu sou professora também eles são e, quando eu descobri, foi uma zeladora que viu minha filha chorando no banheiro e conversou com ela, perguntou o que foi. Ela falou: ‘Não, porque a professora disse’. Eu ouvi a professora falar na sala dos professores que eu era filha de uma sapatão. (Mulher-Maravilha, 2024)

Uma das mães relata sua experiência e observa a existência desse tipo de prática com outras crianças:

Agora, imagine uma criança de nove anos ouvindo isso de um professor! Porque, antes, a gente busca a educação, eu sei que a educação vem de casa, mas a escola complementa. Ela complementa, e é na escola que não pode ter esse tipo de desinclusão social, né? Porque, primeiro, eu não sou sapatão, eu sou lésbica, e eu amar uma mulher não quer dizer que eu seja excluído. Eu pago meus impostos, eu cuido dos meus filhos, e não tem por que ter essa exclusão social, entende? Ela não vai deixar de ser menos criança, os direitos deles não vai ser renegados por ele ser filho de uma lésbica. Não acredito que seja isso, e isso afetou, afeta muito. Não só meus filhos, como muitas crianças, porque ainda hoje acontece. Muitas crianças acontece isso. (pausa abrupta e silêncio) (Mulher-Maravilha)

Para o casal Pantera Negra e Homem-Aranha, o preconceito ocorre de forma camuflada e disfarçado de piedade.

Não tenho lembrança de ter sofrido assim um preconceito não, mas me senti incomodado com uma professora que sempre falava comigo assim como se tivesse pena de mim, como se eu fosse um coitado... não sei, mas ela sempre me tratava como se eu fosse pecaminoso (risos) (Pantera Negra)

[...]Eles ainda só convidam algumas crianças que são filhos, né, de pessoas homossexuais porque às vezes essas pessoas agregam valores à escola, tá! tipo por eu ser artesã é... muitas vezes convidam os meus filhos para alguma apresentação pelo fato de eu poder beneficiar a escola, fazendo algum trabalho de decoração, não por ela ser uma criança. (Mulher Maravilha).

A fala de Mulher-Maravilha expressa a dor e a indignação de uma mãe ao ver sua filha sofrer discriminação na escola por ter mães lésbicas. Além disso, o termo “sapatão”, utilizado de forma pejorativa, revela o preconceito e a homofobia presentes no ambiente escolar. Essa experiência evidencia a contradição entre o papel da escola como promotora da inclusão e a realidade excludente vivenciada por sua filha.

Além disso, a indagação “*Agora imagine uma criança de nove anos ouvindo isso de um professor!*” demonstra a gravidade da situação e o impacto da discriminação na vida da criança, o que, por vez, também revela a importância da educação no combate ao preconceito e a responsabilidade da escola em garantir um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Todavia, a fala de Pantera Negra aponta para uma forma mais sutil de preconceito, manifestada por meio da compaixão e da vitimização. O professor se sentiu incomodado com o tratamento diferenciado que recebeu de uma professora de seu filho, que o via como “coitado” e “pecaminoso” por ser homossexual. Essa atitude, embora aparentemente bem-intencionada, revela um preconceito internalizado e reforça a ideia de que a homossexualidade é um erro, algo negativo ou acometendo uma pessoa que logo vira digna de pena ao olhar estigmatizante do Outro.

O relato de Mulher-Maravilha, ao descrever a inclusão condicional de crianças de famílias homoparentais na escola, evoca paralelos com as personagens Bola de Sebo, de Guy de Maupassant, e Geni, em Geni e o Zepelin, de Chico Buarque². Assim como Bola de Sebo, cuja generosidade é explorada pelos burgueses em nome de um bem maior, e Geni, cujo corpo é usado para o prazer da cidade em troca de proteção, as crianças de famílias homoparentais, na fala de Mulher-Maravilha, parecem ter sua inclusão condicionada à utilidade que oferecem à escola.

² A novela Bola de Sebo (1880), de Guy de Maupassant, narra a história de um grupo de pessoas que fogem da ocupação prussiana em uma diligência. Entre eles, está Elisabeth Rousset, uma prostituta conhecida como Bola de Sebo, que se sacrifica para que o grupo possa prosseguir a viagem. Apesar de sua generosidade, ela é desprezada pelos demais passageiros, revelando a hipocrisia da sociedade burguesa. A canção Geni e o Zepelim (1978), de Chico Buarque, apresenta a personagem Geni, uma travesti que, assim como Bola de Sebo, é marginalizada e explorada pela sociedade. Geni se sacrifica para proteger a cidade dos ataques do Zepelim, mas, mesmo assim, é desprezada e humilhada. Ambas as obras, por meio de suas protagonistas, tecem uma crítica à hipocrisia social e aos falsos moralismos, que condenam os marginalizados, mas se aproveitam deles quando lhes convém.

A “troca” se estabelece quando a escola convida os filhos da artesã para apresentações, não por seu valor intrínseco, mas pelo potencial benefício que sua mãe pode oferecer à instituição. Essa instrumentalização da inclusão reforça a percepção de que a escola reproduz relações de poder e exploração, assim como nas obras de Maupassant e Buarque, onde a marginalização e a hipocrisia social se manifestam na exploração daqueles que estão em posição de vulnerabilidade.

Sendo assim, a fala de Mulher-Maravilha convida a questionar a autenticidade das práticas inclusivas e a promover uma reflexão crítica sobre o papel da escola na construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Ao comparar as falas de Mulher-Maravilha e Pantera Negra, percebe-se que estas ilustram diferentes formas de discriminação e preconceito sofridas por casais homoparentais na escola. Enquanto Mulher-Maravilha e sua filha foram alvo de agressões verbais diretas, Pantera Negra vivenciou um preconceito mais sutil, disfarçado de compaixão. Ambas as situações, porém, geram desconforto, exclusão e sofrimento, evidenciando a necessidade de ações efetivas da escola para combater o preconceito e promover a inclusão.

Dessa forma, as falas dos participantes corroboram as ideias de autores como Soares (2021), ao destacar que o preconceito, especialmente a LGBTfobia, pode se manifestar na escola mesmo antes de o aluno ter consciência sobre sua sexualidade ou identidade de gênero. Isso significa que crianças e adolescentes podem ser alvo de *bullying*, comentários pejorativos e assédio sem compreender completamente o que está acontecendo ou o motivo pelo qual estão sendo discriminados.

A fala de Mulher-Maravilha sobre a “desinclusão social” se alinha com a crítica de Soares (2021, p. 85), ao afirmar que “o preconceito é a força motriz que move os ataques de diversos setores a essa comunidade”.

Inegavelmente, a experiência de Pantera Negra dialoga com as falas de Lima; Gomes e Souza (2022), os autores relacionam a religiosidade com o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+. Eles argumentam que as crenças e dogmas de algumas religiões influenciam a forma como seus seguidores veem a diversidade sexual, e que muitas vezes essas concepções são negativas e excludentes. O tratamento “*como se tivesse pena*” e a associação da homossexualidade ao “*pecado*” se configuram como microagressões que, embora sutis, reforçam o preconceito e geram desconforto.

Uma pesquisa realizada pelo Todos Pela Educação, com base em dados do Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb) de 2021, revelou uma preocupante diminuição no número de escolas públicas que promovem ações de combate ao racismo, machismo e homofobia. Em 2011, 34,7% das escolas relatavam ter tais iniciativas, número que aumentou para 43,7% em 2017. Contudo, em 2021, apenas 25,5% das escolas afirmaram possuir ações voltadas para combater esses preconceitos, o que representa uma queda significativa e indica que três em cada quatro escolas no Brasil não abordam essa temática. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2023).

A escola, por ser um espaço de encontro entre diferentes realidades, pode ser tanto um local de acolhimento quanto de exclusão para pessoas LGBTQIAPN+, destacam Faria Filho; Oliveira e Rodrigues (2022). Os autores afirmam que a falta de compreensão e respeito à diversidade pode transformar a escola em um ambiente hostil, repleto de preconceitos e barreiras que impedem o acesso, a permanência e o sucesso desses estudantes.

Para garantir que a escola seja de fato um espaço de aprendizagem para todos, é crucial construir um ambiente plural e diverso, que valorize a diferença como algo positivo. No entanto, os autores reconhecem que essa construção não é fácil e que existem inúmeros obstáculos a serem superados em todos os níveis de ensino, desde as séries iniciais até a pós-graduação, para que “todes” os estudantes, especialmente os LGBTQIAPN+, se sintam verdadeiramente pertencentes ao espaço escolar (Faria Filho; Oliveira e Rodrigues, 2022).

5.1.2 Acolhimento e respeito

A subcategoria “Acolhimento e respeito” emergiu a partir das reflexões dos casais homoparentais sobre a qualidade da comunicação entre a escola e suas famílias. Ao serem questionados sobre como tem sido essa comunicação, os casais revelaram suas percepções sobre o grau de acolhimento, respeito e inclusão que sentem por parte da escola.

Na percepção dos casais quanto ao senso de acolhimento e respeito na relação com a escola de seus filhos, encontramos os seguintes resultados:

[...] Risos... Pra mim é muito importante... porque não só para nós pais mas ... eu não penso tanto em mim, Porque eu já sou adulta eu penso nos filhos nas crianças porque assim, ele já... já tem aquele problema - pensando na criança - a criança já tem aquele problema que já tá os pais separados aí de repente mamãe ou papai vive, convive com outro, porque nós somos duas mulheres tendo nossos filhos, então para os nossos filhos ele, não é que ele ame mais os pais masculino do que nós mulheres é porque querendo ou não a criança ele vê esse lado teu, pai e a mãe né. Por causa de famílias por causa de contexto de escola os coleguinhas falam e tudo isso mexe com a cabeça da criança mas no meu ponto de vista o que é importante a escola porque vai influenciar na educação da criança a criança vai se sentir segura na escola, ela vai se sentir poxa! por mais que da minha casa para a escola tenha um coleguinha que me ocasione bullying mas na escola eu tô protegida entende? porque sabe que assim na sociedade não só em Santa Inês, mas no mundo inteiro existe essas pessoas perseguidoras, que perseguem mesmo tanto crianças quanto adultos né? (Mulher-Maravilha)

Mulher-Maravilha expressa a importância da escola como espaço de acolhimento e segurança para crianças de famílias homoparentais, especialmente em contraste com a discriminação que podem enfrentar em outros contextos. Ela enfatiza a necessidade de a criança se sentir protegida e aceita. Sua fala ilustra o papel crucial da educação na construção da autoestima e no desenvolvimento social e emocional de crianças que podem ser marginalizadas em outros ambientes.

Então a escola sabendo lidar e respeitando tanto essas crianças como os pais dessas crianças, essa família homoparental ela vai fazer com que realmente esteja sendo inserida e que não tem aquela coisa, você presta... você não presta. Não, todos são seres humanos e todos merecem o mesmo para todos então para a educação da criança isso é muito importante porque a partir da educação da criança é que tem uma educação boa de qualidade. (Mulher-Maravilha)

A fala *“a escola sabendo lidar e respeitando tanto essas crianças como os pais dessas crianças, essa família homoparental ela vai fazer com que realmente esteja sendo inserida”* demonstra a importância da atitude da escola em promover a inclusão e o respeito à diversidade familiar. A escola, ao reconhecer e valorizar a família homoparental, contribui para que a criança se sinta parte da comunidade escolar e tenha acesso a uma educação de qualidade.

Quanto a afirmação *“todos são seres humanos e todos merecem o mesmo para todos”* esta reforça o princípio da igualdade e da dignidade humana, contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que versa sobre os princípios e fins da

educação inclusiva e democrática (Brasil, 1996). A LDB também afirma que a escola tem o papel de garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem, gênero, orientação sexual ou identidade de gênero, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Mulher-Maravilha relata sua dor em relação a falta de acolhimento de sua mãe:

Minha mãe, minha mãe tem 20 anos que não anda na minha casa, ela não me aceita ser lésbica. Hoje quem tá fazendo papel de mãe é a mãe dela (referindo-se à mãe de Mulher Gato) ontem eu fui fazer comida na casa da mãe dela a mãe dela: minha filha quando você quiser vir fazer comida gostosa, venha. Se a Mulher-Gato não quiser vir, vem sozinha Tu não tá entendendo, o papel que era para minha mãe me dar de carinho, quem tá me dando é minha sogra, e eu sou a única nora que ela tá... que ela quer ir lá para casa que ela quer ter essa aproximação. (Mulher-Maravilha).

O relato de Mulher-Maravilha sobre a rejeição de sua mãe e o acolhimento recebido pela sogra demonstra a importância do apoio familiar e social, independentemente da configuração familiar. Essa fala evidencia a diversidade de relações familiares e a possibilidade de encontrar afeto e aceitação em diferentes contextos.

Por outro lado, Pantera Negra e Homem-Aranha descrevem uma experiência positiva de acolhimento na escola:

A gente sempre foi acolhido bem na escola, nossos filhos também. Nas reuniões, nas apresentações de trabalhos dos meninos, tudo (Pantera Negra).

Eles nunca reclamaram de nada nesse sentido, nós também não temos o que falar. Acho que a gente pode dizer que é bem acolhido sim na escola né? (pergunta a Pantera Negra) (Homem-Aranha)

Com certeza, pelo menos a escola pra gente se sentir respeitado, isso é muito importante. (Pantera Negra).

A participação em reuniões e apresentações de trabalhos, sem constrangimentos ou discriminação, citado pelo casal masculino, demonstra que a escola pode ser um espaço de inclusão e respeito para as famílias homoparentais.

Nesse sentido, Reis (2022) defende a importância da colaboração entre escola e família, com base na ideia de que elas são sistemas que se influenciam mutuamente. Para que essa colaboração seja efetiva, a autora sinaliza que é preciso que haja uma boa

comunicação, clareza de papéis e reconhecimento da importância da família na educação do aluno, mesmo após o término da fase escolar.

Enquanto Mulher-Maravilha destaca a importância do acolhimento na escola como forma de compensar a discriminação que crianças de famílias homoparentais podem enfrentar em outros contextos, citando inclusive a cidade onde mora (Santa Inês, no estado do Maranhão), Pantera Negra e Homem-Aranha demonstram que a escola pode ser um espaço de inclusão e apoio desde o início.

A experiência positiva de acolhimento relatada por Pantera Negra e Homem-Aranha se alinha com as concepções de Reis (2022) ao destacar a importância da colaboração entre a escola e a família para o sucesso escolar e social das crianças, afirmando ainda que a parceria entre essas instituições, com a definição de objetivos comuns e a participação dos pais na vida escolar, contribui para a criação de um ambiente favorável ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos alunos. A autora enfatiza também a necessidade de aproximar a família da realidade escolar, promovendo a troca de experiências e a compreensão do funcionamento da escola.

Santos (2022) defende que a escola precisa evoluir para garantir o direito à educação de forma mais abrangente e inclusiva, acolhendo as diferentes configurações familiares e promovendo a formação humana dos docentes para que sejam sensíveis às necessidades dos alunos e criem espaços de valorização e acolhimento.

Nesse sentido, Borges (2022) analisa a relação entre família e escola na contemporaneidade, com foco em como essas instituições se relacionam e colaboram na educação das crianças. A autora argumenta que a escola precisa se adaptar à diversidade familiar e cultural da sociedade atual, buscando uma maior participação das famílias na vida escolar e valorizando as diferentes formas de conhecimento.

Oliveira (2020) traça um panorama histórico e social da relação entre família e escola, demonstrando como essas instituições se tornaram as principais responsáveis pela educação e socialização da criança. Ele destaca a importância da interação entre esses dois ambientes para o desenvolvimento integral da criança, a construção de sua realidade e a internalização de conhecimentos, normas e valores sociais.

Silva (2022) destaca a importância da relação entre família e escola para o desenvolvimento e socialização de crianças e adolescentes, especialmente no contexto de

famílias homoparentais no Agreste Pernambucano. Ele argumenta que a escola precisa reconhecer e acolher a diversidade familiar, indo além de uma recepção superficial.

Para isso, sugere o uso de mecanismos democráticos escolares, como o Conselho Escolar, o Projeto Político Pedagógico e as Associações de Pais, para integrar as famílias homoparentais ao cotidiano escolar. Essa integração, segundo o autor, é crucial para garantir o reconhecimento e a participação efetiva dessas famílias na vida escolar, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos.

5.1.3 Invisibilidade e falta de apoio da escola

As falas a seguir, extraídas das entrevistas com os casais participantes, revelam suas percepções sobre a invisibilidade e a falta de apoio que enfrentam no contexto escolar. A análise dessas falas nos permitirá compreender como a escola, enquanto instituição social, reconhece e acolhe a diversidade familiar e como a falta de representatividade e apoio podem impactar a experiência dessas famílias

[...] então eu acho assim, que eles não dão muito essa ênfase, entendeu? eu acho que a escola precisa se preparar mais, principalmente prá nova visão de família, meu novo conceito de família, como se fala né, a diversidade familiar. Ela, (a escola) ainda tá bitolada que pai é homem e mulher e tem que ser casado né? ... Hoje é avó que cria neto. Mais que a gente vê é vó criando neto. É família, né?(Mulher-Maravilha)

Mulher-Maravilha aponta a falta de ênfase na diversidade familiar nas práticas escolares, criticando a visão tradicional de família que ainda predomina na instituição. Além disso, ela expressa a necessidade de a escola se atualizar e se preparar para acolher as diferentes configurações familiares, incluindo a homoparentalidade.

Um pouco retraída no início, Mulher Gato demonstrava receio em responder às perguntas, no entanto, com o passar do tempo, ela se sentiu mais à vontade e participativa.

— [...] aí eu cheguei a ir na escola três vezes. cheguei comuniquei a diretora, a diretora disse que não tava sabendo aí chamei a professora dela, a professora dela fez de conta que não tava nem ouvindo aí tive que tirar ela da escola e botar em outra escola e nessa escola ela tá bem. Ela nunca mais chegou me dizendo mãe que tá acontecendo isso e isso. Aí nessa escola ela tá bem. (Mulher-Gato)

— Prá tu ver né. (Mulher-Maravilha)

Quando nos debruçamos sobre a fala de Mulher-Gato, observa-se a falta de apoio da escola diante de uma situação de discriminação sofrida por sua filha. Além de a diretora e a professora se mostrarem omissas e indiferentes ao problema, o que a obrigou a mudar a filha de escola, essa fala ilustra a falta de preparo e de sensibilidade de alguns profissionais da educação para lidar com questões de diversidade e inclusão.

Homem-Aranha e Pantera Negra apontam o constrangimento e a invisibilidade que as famílias homoparentais enfrentam na escola, especialmente em momentos que exigem a “representatividade da mãe”.

Existe alguns constrangimentos né por conta da aceitação mesmo da formação da família em algum momento né que pede a representatividade da mãe (Homem-Aranha)

só nesse momento que a gente observa algum tipo de situação constrangedora para quem é... para a família que tem dois pais. (Pantera Negra)

A fala de Homem-Aranha, revela que a falta de reconhecimento da família homoparental pode gerar constrangimentos em momentos em que a escola espera a presença da figura materna. Pantera Negra complementa essa ideia, afirmando que “só nesse momento que a gente observa algum tipo de situação constrangedora para quem é... para a família que tem dois pais”. Essa fala evidencia que a invisibilidade da família homoparental pode gerar constrangimento e desconforto, especialmente em situações que reforçam o modelo tradicional de família, composto por pai e mãe.

Nessa perspectiva, Corrêa (2021, p. 75) argumenta que a desconstrução de concepções binárias de gênero e sexualidade abre espaço para novas formas de parentalidade. Ela destaca que o desejo por filhos não está restrito a orientações sexuais específicas, e que a capacidade de cuidar de crianças não é exclusiva das mulheres. Já Santos; Bossi (2022 p. 161) defendem que as famílias homoparentais compartilham funções essenciais com qualquer modelo familiar, como o desenvolvimento da identidade da criança e problematizam a pressão social exercida sobre casais heterossexuais para a reprodução, contrastando com a realidade das famílias homoparentais.

Para além disso, Dias (2021) destaca a importância da Constituição da República na ampliação do conceito de família, rompendo com o modelo tradicional que privilegiava apenas o casamento. A autora lembra que a partir da Constituição, o Estado passou a

reconhecer a diversidade de arranjos familiares, garantindo direitos e proteção a todos eles.

Dessa forma, Silveira et al. (2023) destacam a resiliência e os aspectos positivos das famílias homoafetivas, contrariando estigmas e preconceitos. Eles citam estudos que demonstram altos níveis de satisfação e realização na paternidade entre pais homossexuais, apesar dos desafios enfrentados. Esse reconhecimento da pluralidade familiar representa um avanço na garantia de direitos e na promoção da igualdade da visibilidade.

Os trechos a seguir trazem as percepções dos casais sobre as ações da escola em relação à inclusão da diversidade familiar. Suas falas revelam se esta tem adotado medidas para promover o envolvimento e o respeito às minorias, e como a temática da homoparentalidade é abordada (ou não) nas atividades pedagógicas. A análise crítica dessas percepções, à luz do referencial teórico, nos permitirá compreender os avanços e desafios da escola na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e representativo da pluralidade familiar.

[...] Não, não, não existe essa abordagem, ainda existe uma resistência muito grande sobre essa aceitação né, nós temos aí uma sociedade muito, muito tradicional. (Homem-Aranha)

Os participantes destacam a resistência da escola em abordar a diversidade familiar e a necessidade de ações e projetos que promovam a inclusão de forma mais efetiva.

Eu acredito que boa parte não claro que dentro de um âmbito escolar vai sim existir professores ou funcionários que entendem que são também né homoparental mas acredito que a maioria não por questões mesmo tradicionais antiquadas, então existe ainda um tabu muito grande nessa questão. Há uma necessidade de não só abordagem como também projetos que vão não só projetos são teoria mais prática. Trazer casais para mostrar dar exemplo para dentro da escola para os alunos né trazer os pais dos alunos que são héteros para conviver e mostrar uma família homossexual e tudo. Essa necessidade de dar a prática para criança observem que a família homoparental é normal hoje em dia. (Homem-Aranha)

Eu fico me perguntando, quando é que os livros didáticos vão poder trazer fotos de casais homossexuais nos livros didáticos? Ta longe de ver essa realidade porque se aprece uma família assim ...é... retratada em qualquer atividade da escola e isso parar nas redes sociais... ah meu irmão, isso vira uma guerra... um monte de comentários de ódio. (Pantera negra)

Na fala de Homem-Aranha, ele expressa a crença de que a maioria dos professores e funcionários da escola não está preparada para lidar com a diversidade familiar e, em particular, com a homoparentalidade. Ele atribui essa falta de preparo a “questões tradicionais antiquadas” que ainda criam um tabu em torno da homoparentalidade.

Sobre isso, Soares (2021) aponta para uma contradição: apesar da existência de propostas e diretrizes para as diferentes formas de expressão da sexualidade e promoção de reflexões sobre as vivências e histórias nas escolas, a formação dos professores ainda é deficiente nesse tema. “Os profissionais da educação se sentem incomodados e desprovidos de argumentos, de práticas pedagógicas para discutir a questão da homoparentalidade” (ANDRADE; ADORNO, 2021, p. 3).

Homem-Aranha também defende a necessidade de ações e projetos que promovam a inclusão das famílias homoparentais na escola. Ele sugere que a escola deve ir além da teoria e partir para a prática, trazendo casais homoparentais para a escola, para que os alunos e a comunidade escolar possam conhecê-los e conviver com eles.

Essa fala destaca a importância da representatividade e da visibilidade da homoparentalidade no ambiente escolar. A presença de famílias homoparentais na escola pode contribuir para a quebra de estereótipos e preconceitos, e para a construção de uma comunidade escolar mais inclusiva e acolhedora.

Quando questiona a ausência de representação de casais homossexuais nos livros didáticos, Pantera Negra revela a falta de visibilidade da homoparentalidade nos materiais pedagógicos. Além disso, ele teme a reação negativa da sociedade caso a escola inclua imagens de famílias constituídas por casais do mesmo sexo biológico em suas atividades, o que demonstra o poder do preconceito e da desinformação.

As falas dos participantes demonstram que a invisibilidade e a falta de apoio da escola são experiências comuns às famílias homoparentais, tanto femininas quanto masculinas. Embora tímida, existe uma ruptura dos modelos familiares hegemônicos nos livros didáticos como afirma Silva (2021, p.100):

“Desse modo encontramos em trechos extraídos do livro didático “Aprender Juntos” explicações dadas às crianças que provocam um rompimento com um único modelo de família, trazendo nas imagens: família heterossexual, monoparental e homoafetiva”

Silva (2021) ressalta que a partir do edital 01/2018, as obras didáticas aprovadas para o PNLD 2020 passaram a dialogar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o intuito de promover maior alinhamento curricular e contribuir para a garantia de uma educação de qualidade.

Almada (2024) argumenta que, ao contrário do que se pensa, há continuidade nas políticas educacionais brasileiras, e não apenas descontinuidade e oscilação entre centralização e descentralização. Ele cita como exemplo cinco programas que considera o núcleo da educação pública brasileira: Programa Nacional do Livro e Material Didático, Programa Nacional de Apoio e Transporte Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola e Programa Saúde na Escola. Esses programas, apesar das mudanças e adaptações ao longo do tempo, demonstram a existência de políticas de Estado na educação, que transcendem os governos e garantem o direito à educação.

Contudo, Silva; Brancaleoni e Oliveira (2019) criticam a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) por não abordar de forma adequada questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero e argumentam que a influência de setores conservadores durante a elaboração do documento resultou na omissão de temas importantes, como a discussão sobre gênero.

Os autores também destacam que essa omissão vai contra as pesquisas e a literatura na área, e pode perpetuar preconceitos como misoginia, homofobia e transfobia nas escolas. Eles defendem que a BNCC deveria abordar a diversidade sexual e de gênero de forma mais completa, para promover a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas Silva; Brancaleoni e Oliveira (2019).

Silva (2020) fala de um apagamento das questões de Gênero e Sexualidades na BNCC. O autor argumenta que as bancadas do boi, da bala e da bíblia, em conjunto com setores ultraconservadores de diferentes religiões, disseminaram a ideia de que os estudos de gênero e sexualidade, e os direitos das mulheres e LGBTQIAPN+, são prejudiciais à família e à sociedade. Essa estratégia, similar a movimentos em outras partes do mundo, se baseia na propagação de informações falsas sobre as pautas feministas e LGBTQIAPN+, e sobre os estudos de gênero e sexualidade, criando um pânico moral em relação a esses temas.

A falta de representatividade nos materiais pedagógicos, a resistência em abordar a diversidade familiar e a omissão diante de situações de discriminação reforçam a

necessidade de uma transformação na cultura escolar. Além do que, a ausência de políticas públicas e práticas pedagógicas que abordem a homoparentalidade contribui para a invisibilidade e a exclusão dessa configuração familiar.

5.1.4 Influência da religião na escola

A influência da religião no ambiente escolar emergiu como um tema recorrente nas falas tanto dos casais quanto dos professores, evidenciando a importância de analisar como as crenças religiosas permeiam as relações e as práticas escolares. Tal recorrência motivou a inclusão da subcategoria “Influência da religião” na categoria “Experiências dos casais”, com o intuito de aprofundar a análise de como a religião pode afetar a vivência da homoparentalidade no contexto escolar, seja como fator de apoio e acolhimento, seja como fonte de discriminação e exclusão.

[...] Não, porque o preconceito é muito grande. Eu tive que tirar uma filha minha da escola e coloquei em outra por causa disso. É... as coleguinhas dela ficar chamando ela de filha da sapatão, filha da macumbeira. (Mulher-Gato)

Uma coisa muito ruim que aconteceu com a gente faz umas duas semanas mais ou menos: eu olho sempre o celular do meu filho né para ver com quem tá conversando né, ele faz o 6º ano, e tinha ali uma mensagem do coleguinha dele de sala, o coleguinha dizia olha fulano eu não vou mais poder ser teu amigo e falar contigo na escola porque agora eu vou aceitar Jesus de verdade e eu não posso mais falar contigo porque tu não é da minha igreja. (Homem-Aranha)

Os participantes também relatam suas experiências em frequentes momentos de oração e exortação realizados por lideranças evangélicas em atividades pedagógicas desenvolvidas na escola.

[...] Na verdade acontece isso muito também com alguns professores dos nossos filhos que são evangélicos é muito comum a gente escutar eles mesmo falar, como os professores falam de família que é o homem a mulher, que Deus criou assim, e nossos filhos reproduz isso em casa, então a gente se sente, a gente se sente desconfortável quando alguns professores principalmente evangélicos eles começam a pregar nas reuniões com os pais. Na escola do meu filho mesmo, todo dia na entrada tem oração feita por alguma professora ou a coordenadora, aí começa a falar de pecado, de libertação. (Homem-Aranha)

[...] Não é a oração em si, (pausa) é a forma como é feita e algumas palavras muito próprio dos evangélicos que deixa a gente incomodado. Tudo é pecado. (Pantera negra)

Mulher-Gato relata a experiência de ter que mudar a filha de escola devido à discriminação sofrida por ser filha de lésbicas e praticante de uma religião de matriz africana. As ofensas proferidas pelas colegas “filha da sapatão, filha da macumbeira”, revelam a intolerância religiosa e o preconceito enraizados no ambiente escolar. Essa fala ilustra como a religião pode ser utilizada como instrumento de exclusão e discriminação, especialmente contra aqueles que não se encaixam nos padrões religiosos dominantes.

Homem-Aranha descreve a situação de seu filho, que foi rejeitado por um colega de turma por não ser evangélico. A fala do colega “não vou mais poder ser teu amigo... porque agora eu vou aceitar Jesus de verdade” evidencia como a religião pode influenciar as relações sociais e a construção de identidades, especialmente na infância. A exclusão do filho de Homem-Aranha demonstra o poder da religião na formação de grupos e na perpetuação de preconceitos.

Homem-Aranha também aponta o incômodo gerado pelas orações e pregações de alguns professores evangélicos e líderes religiosos nas reuniões escolares. A ênfase em “pecado” e “libertação” pode gerar um clima de constrangimento e exclusão para as famílias que não compartilham das mesmas crenças religiosas. Essa fala ilustra como a religião pode ser utilizada para impor valores e normas, criando um ambiente hostil para aqueles que não se encaixam nesses padrões.

Pantera Negra complementa a fala de Homem-Aranha, destacando que o problema não é a oração em si, mas a forma como é conduzida e as palavras utilizadas, que reforçam a ideia de que tudo é pecado. Essa fala evidencia a necessidade de respeito à diversidade religiosa e de cuidado para que a religião não seja utilizada como instrumento de discriminação e exclusão na escola.

As falas dos participantes demonstram como a religião³ pode exercer uma influência negativa no ambiente escolar, gerando discriminação, exclusão e constrangimento para as famílias homoparentais.

³ Nesse contexto, o termo “religião” refere-se às religiões hegemônicas, presentes no Brasil, de origem europeia, bem como o pentecostalismo.

Reis e Cavalcante (2020) destacam a intersecção entre juventudes, religiões afro-brasileiras e identidade LGBTQIAPN+, demonstrando como essas religiões oferecem um espaço de acolhimento e pertencimento às pessoas de orientações sexuais diversas em contraste com o conservadorismo de algumas religiões neocristãs. Os autores também apontam para a crescente intolerância contra os direitos dessa comunidade e das religiões afro-brasileiras, relacionando-a com a ascensão de líderes evangélicos pentecostais e neopentecostais no cenário político brasileiro.

A intolerância religiosa, a imposição de valores e a falta de respeito à diversidade são desafios que a escola precisa enfrentar para garantir a inclusão de todos os alunos e suas famílias. “A educação se faz presente em todos os espaços sociais, seja em casa, na escola, na igreja ou na rua” (DIAS, 2023, p. 79).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, assegura a liberdade de crença e o respeito à diversidade religiosa no ambiente escolar. Em seu Artigo 33, a LDB define que o ensino religioso, de matrícula facultativa, deve ser ministrado com respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo, o que reforça o princípio da laicidade do Estado. Isso significa que a escola deve ser um espaço neutro em relação às diferentes religiões, promovendo o conhecimento e o respeito mútuo entre as diversas crenças, sem qualquer tipo de doutrinação ou imposição de dogmas (Brasil, 1996).

Sobre isso, Gomes (2020) defende que todas as religiões devem ser tratadas com igualdade e que a crença em um Ser Superior é um elemento comum entre elas. A autora reconhece a importância da espiritualidade, mas enfatiza que o Estado não deve favorecer uma religião em detrimento de outras e enfatiza que o Estado deve respeitar, estimular e proteger a diversidade religiosa, sem interferir nas escolhas individuais de cada cidadão.

Oliveira *et al* (2024, p.12) argumenta que a cultura religiosa, ao interpretar a homossexualidade através da lente do pecado, atribui ao corpo significados negativos e depreciativos. Essa visão associa a homossexualidade à impureza, à morte, à destruição e a um destino de sofrimento e isolamento. Em outras palavras, a cultura religiosa estigmatiza a homossexualidade, marcando o corpo com o peso de uma condenação moral que o afasta daquilo que é considerado puro, natural e aceitável.

Sobre isso, Almeida (2019) examina a conexão entre uma fração considerável de evangélicos e o conservadorismo durante a crise no Brasil, cujo desenvolvimento mais

recente culminou na eleição de um presidente com discursos de extrema direita: Jair Bolsonaro, em 2018.

Petrarca (2021) destaca a crescente influência política dos evangélicos no Brasil, comparando-os aos ruralistas em termos de organização e poder. Essa influência se deve ao aumento da representação política, com crescente número de líderes evangélicos eleitos, e à expansão do eleitorado evangélico, que já representa um terço dos brasileiros. Esses fatores dão aos evangélicos grandes poderes para influenciar decisões e agendas políticas no país.

A autora também destaca que:

Essas igrejas, contudo, se beneficiam da fragmentação partidária, marca central do sistema político brasileiro pós-ditadura militar, buscando alguma sustentação em seus próprios partidos. Este é o caso do PSC (Partido Social Cristão), ligado à Assembleia de Deus, e o Republicanos (antigo PRB), ligado à Universal do Reino de Deus. Este grupo declarou apoio ao presidente, que também é evangélico, ainda durante a campanha eleitoral e lançou uma carta para a próxima legislatura denominada “O Brasil para os brasileiros”. Com uma clara agenda econômica, a carta ainda destacava as principais pautas evangélicas, as quais versam em torno do conservadorismo nos costumes, voltando-se para a oposição do que chamam de “ideologia de gênero”, sobretudo nas escolas, oposição ao aborto, as pautas LGBT, casamento homoafetivo e a luta contra o chamado “marxismo cultural”, que segundo o grupo é um ataque à fé cristã (PETRARCA, 2021, p. 361-362).

A influência de igrejas evangélicas no ambiente escolar é um tema complexo que demanda atenção, especialmente no atual contexto político brasileiro. Embora a laicidade do Estado seja garantida pela Constituição, a crescente presença de grupos religiosos em espaços públicos, incluindo as escolas, levanta questões sobre a neutralidade e a liberdade de crença e/ou expressão.

Em “Discurso de ódio: uma política do performativo”, a filósofa Judith Butler oferece uma análise profunda e provocadora, que nos desafia a reconsiderar os limites da liberdade de expressão, especialmente quando este direito é utilizado para perpetuar discursos de ódio como um ato performativo, ou seja, um ato de poder que molda a realidade social e política. Ela argumenta que a linguagem não é neutra, mas tem o poder de criar realidades e, no caso do discurso de ódio, de perpetuar a violência e a opressão Butler (2021).

A autora critica a visão liberal clássica que defende a liberdade irrestrita de expressão, propondo que os discursos de ódio devem ser limitados para proteger grupos marginalizados. Nesse sentido, Segundo Butler (2021) a liberdade de expressão deve ser ponderada com a responsabilidade de evitar a violência simbólica e física. A autora também nos chama a refletir sobre o papel da linguagem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e a combater o discurso de ódio como uma tarefa urgente.

Como assinalado por Silva (2021), a escola tem o dever de proteger os adolescentes de práticas discriminatórias e estigmatizantes, garantindo um ambiente de respeito à diversidade e acolhimento das minorias. Para isso, a escola deve ser um espaço que promova o pertencimento social, onde os alunos se sintam seguros e amparados, especialmente quando forem vítimas de preconceito e discriminação.

A escola, nesse sentido, assume um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo que todos os estudantes tenham seus direitos e sua dignidade respeitados e assegurando a participação e o entrosamento de todas as configurações familiares no cotidiano das instituições de ensino.

5.1.5 Comunicação aberta

A comunicação entre a escola e as famílias homoparentais se configura como um elemento crucial para a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Esse tópico surgiu a partir de diversas falas dos participantes da pesquisa sobre esse assunto,

Neste subitem, analisaremos as falas dos participantes sobre como se dá essa comunicação, buscando compreender os canais utilizados, a frequência do contato, a qualidade da interação e os desafios e potencialidades da comunicação entre a escola e as famílias homoparentais. A partir do questionamento sobre como a escola se comunica com as famílias, os participantes revelam suas percepções e experiências, lançando luz sobre a importância da comunicação na construção de um ambiente escolar mais justo e democrático.

Com a diretora é bom. Tem boa comunicação, ela entra em contato direto. É super bom. Tenho contato com as professoras ela entra em contato comigo direto e a diretora também, inclusive (risos) ontem... desde ontem que ela pega no meu pé hoje ela não passou mensagem de manhã tive que sair da casa dela para dar banho em menino deixar na porta da escola, e é assim.(Mulher-Gato)

Mulher-Maravilha interrompe: A criança tá naquela fase de gazeir aula

Sim, a comunicação ela flui normalmente, a comunicação ela é normal. Sempre fomos bem tratados na escola pelos professores e todos da escola. (Pantera Negra)

Desde a Pandemia que criaram os grupos no whatsapp para os pais dos alunos, agente participa e é tudo normal, os avisos, convites que a escola faz, e a gente, tudo que a gente precisa da escola é sempre atendido. A comunicação é boa. (Homem-Aranha)

Mulher-Gato descreve uma comunicação frequente e próxima com a escola, especialmente com a diretora e as professoras. A facilidade de contato direto e a atenção recebida “pega no meu pé” indicam uma relação de proximidade e confiança entre a família e a escola. A intervenção de Mulher-Maravilha sobre a criança “gazejar aula” contextualiza a fala anterior, revelando que a comunicação, nesse caso, está relacionada ao acompanhamento do comportamento do aluno.

Pantera Negra afirma que a comunicação com a escola “flui normalmente” e que “sempre fomos bem tratados na escola pelos professores e todos da escola”, indicando uma relação positiva e respeitosa.

Homem-Aranha destaca a importância dos grupos de *WhatsApp* como ferramenta de comunicação entre a escola e as famílias. A participação no grupo, o acesso aos avisos e convites, e a atenção às necessidades da família demonstram uma comunicação aberta e acessível.

As falas dos participantes revelam uma experiência positiva de comunicação com a escola, marcada pela facilidade de contato, pelo bom tratamento e pela atenção às necessidades das famílias homoparentais. Nesse contexto, foi possível observar que a utilização de ferramentas digitais, como o *WhatsApp*, amplia as possibilidades de comunicação e facilita a participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Reis (2022) defende a importância da colaboração entre a escola e a família para o sucesso do aluno, utilizando a perspectiva sistêmica. Nessa abordagem, a escola, a família e o aluno são vistos como sistemas abertos que se influenciam mutuamente, pois o sucesso dessa interação depende da qualidade da relação estabelecida entre a escola e a família. Em outras palavras, a autora destaca que a escola e a família devem trabalhar em conjunto, construindo uma relação de parceria para promover o desenvolvimento integral do aluno.

Sobral (2023) sugere que a superação dos conflitos e desafios na relação entre a escola e a família depende da criação de uma nova cultura escolar. Essa nova cultura deve

ser baseada no acolhimento, na aproximação e na construção coletiva, implicando em uma mudança de postura por parte da escola e das famílias, buscando uma maior compreensão e colaboração mútua.

Bourdieu (2015) argumenta que as famílias transmitem aos filhos, de forma sutil, um conjunto de valores e conhecimentos que influenciam diretamente seu desempenho escolar. Esse “capital cultural” e “ethos”, que variam entre as classes sociais, moldam as atitudes das crianças em relação à escola e ao aprendizado. Essa herança cultural é determinante para o sucesso ou fracasso escolar, já que as crianças chegam à escola com diferentes bagagens e expectativas, influenciadas por suas origens sociais.

É importante ressaltar que a experiência positiva de comunicação relatada pelos participantes pode não ser uma realidade em todas as escolas. A formação dos profissionais, a cultura escolar e as políticas públicas influenciam a qualidade da comunicação entre a escola e as famílias homoparentais. A análise das demais categorias permitirá compreender os fatores que favorecem ou dificultam a comunicação e identificar estratégias para a construção de uma comunicação mais efetiva e inclusiva.

5.2 Percepção dos professores

A categoria “Percepção dos professores” se debruça sobre as falas dos docentes entrevistados, buscando compreender suas visões e experiências em relação à homoparentalidade no contexto escolar. Esta categoria surgiu da necessidade de compreender como os professores percebem e se relacionam com as famílias homoparentais no contexto escolar.

A análise das percepções dos professores, enquanto agentes diretamente envolvidos no processo educacional, é crucial para identificar desafios, potencialidades e perspectivas para a construção de uma escola mais inclusiva.

Seus relatos lançam luz sobre questões como a formação docente, a existência de preconceitos, o grau de preparo para lidar com a diversidade familiar e o papel da escola na promoção da igualdade e do respeito à pluralidade. A análise das falas dos professores, à luz da literatura e das discussões sobre gênero e sexualidade na educação, contribuirá para a construção de um olhar crítico e reflexivo sobre os desafios da inclusão e as possibilidades de transformação da escola em um espaço mais justo e acolhedor para todos.

5.2.1 Entre o preconceito e a acolhida: a realidade das famílias homoparentais sob a perspectiva docente.

Com o intuito de traçar um panorama abrangente da percepção dos professores sobre a homoparentalidade no contexto escolar, as entrevistas se aprofundaram em questões-chave como o contato prévio com famílias homoparentais, a receptividade da comunidade escolar a essas famílias e as ações da escola para promover a inclusão e o respeito à diversidade.

As respostas obtidas a partir desses questionamentos revelaram diferentes perspectivas e experiências do corpo docente, lançando luz sobre os desafios e as potencialidades da construção de uma escola mais inclusiva e acolhedora para todos os alunos e suas famílias.

A análise dessas respostas, à luz do referencial teórico e das discussões sobre gênero e sexualidade na educação, contribuirá para a compreensão da complexa relação entre a homoparentalidade e o ambiente escolar, e para a identificação de caminhos para a promoção da igualdade e do respeito à diversidade.

As falas dos professores Severus Snape, Albus Dumbledore, Aurora Sinistra e da diretora Minerva McGonagall, quando perguntados sobre como eles avaliavam a receptividade por parte da comunidade escolar em relação as famílias homoparentais, revelam um panorama complexo e multifacetado sobre essa receptividade, permeado por preconceitos, desafios e algumas aberturas.

Se fosse para gerar uma escala de um a cinco sendo um o valor mais baixo e cinco o valor mais alto, eu destacaria a nota um para relação, para recepção dessas famílias e o acompanhamento, vamos dizer assim, da escola. Então a gente percebe que existe muita coisa sem trabalhar ainda devido a, vamos dizer assim, é um medo de se expor. Alguns colegas também tem um perfil bem preconceituoso de não aceitar e não respeitar, então, talvez seja uma forma querer viabilizar muitas vezes esse contato direto entre professor entre os regentes né e os responsáveis que estão nessa situação, vou dizer assim, nessa situação de homoafetividade.

O preconceito, infelizmente, ele inviabiliza a abertura da porta da sala de aula, ou dos muros como dizia o saudoso Paulo Freire “derrubar os muros da escola”. Então, quando esse trabalho de equidade de gênero não acontece, todo e qualquer trabalho que busca acolher a diversidade ele fica bem complicado. Por conta disso, as famílias, elas não participam de forma integral da escola (Prof. Severus Snape, 2024)

Assim, eu vejo que hoje a escola ela mudou bastante né no sentido de já não ter mais tanto preconceito, ou pelo menos demonstrar esse preconceito abertamente, escancaradamente, isso porque, hoje, você tem leis que proíbem né. Você tem leis que não permite que o funcionário público trate com preconceito esse tipo de família, mas é uma situação que ainda existe, a gente ainda percebe olhares tortos. (Prof. Albus Dumbledore)

Na minha concepção ainda há muito preconceito com certeza não é tão simples assim quando se tem esses casos das famílias homossexuais, a gente observa que há sempre o preconceito dentro das escolas. (Profa. Aurora Sinistra, 2024)

A minha percepção quanto a esse assunto é que a escola ela tem um certo ... uma certa barreira em receber essas famílias. Elas ainda não se sentem né, no meu ponto de vista, acolhidas pela escola para participarem da mesma forma que uma família tradicional. [...] você percebe que a escola não, ela... ela talvez não, não, não realmente não esteja acolhendo em festividades ou algo parecido assim basicamente nas reuniões, até a gente tem a participação né de alguns pais mas a gente sente que é muito tímido a participação nos demais eventos e acredito eu que seja justamente por se sentirem de uma certa forma excluídos né, não se sentem à vontade para participarem, não que a escola em si coloca explicitamente que é proibido, determina que seja proibido a participação dele, mas eu creio que a forma como está montada a estrutura escolar os pais se sentem incomodados e prefere não participar. (Dir.^a Minerva McGonagall, 2024)

A comunicação tem acontecido normalmente né, como todos os outros pais eu não vejo realmente uma distinção no sentido de dessa comunicação da escola né com essas famílias que são compostas por casais heteros e outras famílias que são compostas por casais homossexuais, eu não vejo distinção, não vejo diferença não né, eu acho que na comunicação são iguais né, a escola tenta pelo menos manter essa comunicação com todos. (Prof. Albus Dumbledore)

Isso eu acho que na verdade pô é aquilo que eu falei né, na verdade não há essa comunicação Família escola a gente sabe que nos tempos atuais já é muito complicado você ter essa relação família e escola e principalmente quando se trata de uma família homoparental então não há essa comunicação entre família e escola não vejo nenhuma medida para que que seja feita essa aproximação essa comunicação entre a família e a escola (Profa. Aurora Sinistra, 2024)

Pelo fato de estar fora da sala de aula ou indiretamente, o meu contato enquanto professora com os pais é mais próximo né digamos assim mas a escola como um todo a gente não percebe até porque algumas áreas da escola como a parte administrativa fica, digamos assim, um outro, uma outra perspectiva que a gente não tem acesso mas enquanto professora Sim eu falo por mim porque a gente tá sempre aberto para ouvir independente de quem quer que seja, o importante é que estamos ali diante de um pai ou de uma mãe e de uma família não importa a representação que a sua família tem. (Dir.^a Minerva McGonagall, 2024)

Quando escutamos o Prof. Severus Snape, sua fala destaca a dificuldade da escola em acolher a diversidade familiar, atribuindo a culpa ao “medo de se expor” e ao “perfil bem preconceituoso” de alguns colegas. Ele também enfatiza a importância de um trabalho com equidade de gênero para que a inclusão da diversidade seja possível, e critica a “inobservância” da escola em relação às famílias homoparentais.

Já o Prof. Albus Dumbledore, observa uma mudança positiva na escola, com a diminuição do preconceito explícito, mas reconhece a persistência de “olhares tortos” e dificuldades na aceitação da homoparentalidade por parte de alguns colegas. O docente também defende a importância de uma comunicação igualitária com todas as famílias, independentemente de sua estrutura.

Na mesma linha de pensamento, a Profa. Aurora Sinistra concorda com seus colegas ao afirmar abertamente que ainda existe muito preconceito na escola em relação às famílias homoparentais, o que dificulta a comunicação e a construção de uma relação próxima entre a escola e essas famílias.

Por fim, a Dir.^a Minerva McGonagall percebe que a escola ainda apresenta barreiras para acolher as famílias homoparentais, que se sentem excluídas e constrangidas em participar de atividades escolares. A gestora critica a estrutura escolar tradicional, que não contempla a diversidade familiar, e defende a importância da escuta e da abertura ao diálogo com todas as famílias.

As falas dos participantes revelam diferentes perspectivas sobre a receptividade da comunidade escolar em relação às famílias homoparentais. Enquanto alguns, como o Prof. Albus Dumbledore, observam avanços e uma diminuição do preconceito explícito, outros, como a Profa. Aurora Sinistra, apontam a persistência do preconceito e a falta de acolhimento.

Neste sentido, a fala do Prof. Severus Snape sobre a necessidade de um trabalho com equidade de gênero para a inclusão da diversidade dialoga com as ideias de Marciano e Richartz (2024), que defendem a desconstrução de normas e padrões de gênero na escola como caminho para a construção de um ambiente mais justo e igualitário.

Contribui também para este pensamento, a fala de Gomes (2022) ao expor como a heteronormatividade, ou seja, a ideia de que a heterossexualidade é a única forma natural e aceitável de orientação sexual, permeia as escolas de maneira sutil e muitas vezes imperceptível. Ele argumenta que essa norma social, internalizada ao longo da história, dita

os comportamentos esperados de alunos e professores, moldando-os a papéis de gênero pré-definidos.

Como apontado por Gomes (2022), essa imposição, por estar enraizada na cultura, acaba sendo naturalizada e perpetuada no ambiente escolar, limitando a liberdade de expressão e a construção de identidades para além do padrão heteronormativo.

A percepção da Dir.^a Minerva McGonagall sobre as barreiras que a escola impõe às famílias homoparentais e a necessidade de uma mudança na estrutura escolar se alinha com as discussões de Gomes ao afirmar: “E é na escola que se vê um papel de normalização social – enquanto uma instituição que segue um papel disciplinador.” (Gomes, 2022, p. 77).

Seffner (2020) define a escola como um espaço crucial para a socialização, onde crianças e jovens se deparam com a diversidade humana em suas múltiplas formas. Ele enumera uma série de marcadores identitários, como religião, política, cultura, gênero, orientação sexual, classe social, etnia, e deficiências, que coexistem no ambiente escolar.

A partir dessa constatação, o referido autor argumenta que a escola, além de transmitir conhecimento científico, tem o papel fundamental de ensinar a convivência respeitosa com as diferenças. No caso específico das questões de gênero e sexualidade, essa educação para as relações sociais se torna ainda mais importante, devendo estar alinhada aos princípios dos Direitos Humanos como forma de resistir a padrões totalitários opressivos.

Ao falar de relações de poder e estratégias de resistências, Torrada; Ribeiro e Rizza (2020) defendem a importância de se discutir gênero e sexualidade na escola como forma de resistência contra a opressão e o controle. As ações dos professores são vistas como ferramentas para promover a liberdade, o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em resumo, as autoras defendem que a escola deve ir além da mera transmissão de conteúdo, promovendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária através do aprendizado da convivência com a diversidade e do respeito aos direitos de todos.

5.2.2 Os desafios da formação docente para uma educação plural

Buscando aprofundar a análise sobre a percepção dos professores acerca da inclusão da diversidade familiar, questionou-se aos participantes se, em sua visão, os

professores e funcionários da escola estão preparados para lidar com diferentes estruturas familiares, incluindo as famílias homoparentais. Suas respostas revelam o grau de preparo da escola para acolher a pluralidade familiar e os desafios na construção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso às diferenças.

[...] Há o descaso de muitos colegas profissionais em relação a essa temática da diversidade que não era para ser uma matéria espinhosa, não era pra gente ter esse problema.

Eu percebo que a forma de Educar da família tradicional ela costuma ser muito forte, então, o que é normal é o homem e a mulher, o macho e a fêmea, no entanto a gente observa que com decorrer dos tempos existe uma variedade muito grande de famílias, eu vou dar um exemplo de muitas mães solteiras e pais solteiros, que criam seus filhos ou crianças que são também acompanhadas pelos avós tios, isso é uma forma não tradicional de família mas que não é tão atendida assim pela comunidade escolar. É muito despreparo mesmo; despreparo, preconceito, falta de respeito.

A formação que às vezes a gente imagina que é só pedagógica, mas ela podia se estender a formação social né uma formação pra gente olhar o outro não com um olhar de culpa, de raiva e sim com olhar de acolhimento, percebo que a escola deve muito isso para a sociedade (Prof. Severus Snape, 2024)

Não, não estão preparados não, primeiro porque você não tem uma formação mínima específica sobre família. [...] Por exemplo nesses anos todos que eu sou professor aqui... é, eu nunca ouvi falar de uma formação para falar sobre família não, eu estudei a relação família e escola no meu tempo de faculdade né, puxa! o quê? há 20 anos praticamente né, ali eu estudei sobre relação família e escola, mas depois disso não. Então eu acho que falta formação né para o todos que estão dentro do ambiente escolar sobre os novos conceitos de família porque a escola brasileira, e aqui especificamente, no Maranhão, você ainda tem a ideia de família aquela família tradicional né papai mamãe e os filhos dessa relação.

Nós temos, é claro, também a família formada pelos avós, isso tá muito presente né na nossa realidade as crianças que são criadas somente pela vovó né Por algum tio isso é muito comum tá, é fácil aceitar, agora quando você pensa numa família composta por casais homossexuais, eu acredito né pela minha vivência como professor que o a escola não está preparada porque não tem uma formação que pense nessas novas configurações familiares, não só de famílias homoparentais mas de outras configurações familiares, nós não temos uma formação para isso né, nós não temos ali um curso básico né, vamos supor aí um momento de Formação para falar sobre família. Então eu acho que isso dificulta uma compreensão do que essa família contemporânea né. (Prof. Albus Dumbledore)

Se os professores e funcionários estão preparados para lidar, a verdade é que não. Os professores não estão preparados, eles não foram habilitados até porque vem logo na mente a questão do preconceito do próprio

Professor, preconceito da direção da escola, preconceito dos outros alunos; e os professores e funcionários eles não estão habilitados para lidar com essa diversidade, com essas situações que acontece, então a escola definitivamente ela não tá preparada para falar sobre tipos de família sobre o que é família hoje por exemplo, direitos, diversidades familiares.

Esse tempo todo que eu estou na escola nunca houve qualquer formação nesse sentido, nós temos formação no sentido da criança com deficiência com vários tipos de deficiência mas nunca nessa questão de gênero, ainda é tratado como tabu e até mesmo como crítica, preconceito Então, até hoje nenhuma informação da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) nesse sentido, para lidarmos com esse tipo de família. (Profa. Aurora Sinistra, 2024)

Digamos que uma parcela, mas uma parcela muito tímida, muito pequena esteja assim aberta. Digamos não 100% preparada mas aberta para aprender para conviver né e aprender nessa convivência com essas famílias mas digamos que 70% ainda não, não estão prontos e nem tem abertura nem permite né, nem se permite se preparar para isso. (Dir.^a Minerva McGonagall, 2024)

As falas dos professores Severus Snape, Albus Dumbledore, Aurora Sinistra e da diretora Minerva McGonagall convergem para a percepção de que a escola e seus profissionais não estão preparados para lidar com a diversidade de estruturas familiares, especialmente com a homoparentalidade. Essa falta de preparo é atribuída, principalmente, à falta de formação adequada, à persistência de concepções tradicionais de família e à presença de preconceitos.

Prof. Severus Snape apresenta um olhar crítico sobre o despreparo da escola, destacando o “descaso de muitos colegas” e a falta de “formação social” que permita “olhar o outro não com um olhar de culpa, de raiva e sim com olhar de acolhimento”. Ele reconhece a diversidade de estruturas familiares e critica a falta de atenção da escola a essa realidade.

Prof. Albus Dumbledore aponta a falta de “formação mínima específica sobre família” como um fator crucial para o despreparo da escola. Ele relata que, em sua longa experiência como professor, nunca teve acesso a formação sobre o tema e que a ideia de “família tradicional” ainda é muito presente na cultura escolar, dificultando a compreensão da “família contemporânea”.

Profa. Aurora Sinistra afirma que os professores “não estão preparados” e “não foram habilitados” para lidar com a diversidade familiar, o que atribui à falta de formação

e à presença de preconceitos. Ela destaca que a escola “não tá preparada para falar sobre tipos de família” e que a questão de gênero “ainda é tratada como tabu”.

Dir.^a Minerva McGonagall reconhece que apenas uma pequena parcela dos profissionais da escola está “aberta para aprender para conviver” com a diversidade familiar, enquanto a maioria “não estão prontos e nem tem abertura” para lidar com as diferentes configurações familiares.

As falas dos participantes demonstram uma consciência sobre o despreparo da escola para lidar com a diversidade familiar, mas também revelam diferentes níveis de criticidade e de proposição de soluções. Enquanto alguns apontam a falta de formação como principal fator para o despreparo, outros destacam a influência de concepções tradicionais e a presença de preconceitos.

Sobre isso, Lobo e Suanno (2020) criticam o modelo de ensino tradicional e defende a necessidade de uma educação mais aberta à diversidade, que promova a alteridade, a empatia e o diálogo entre diferentes saberes. Para isso, afirmam ser fundamental que a formação docente também se transforme, superando a visão tecnicista e instrumental.

Andrade e Adorno (2021) apontam para um problema crucial na formação de profissionais, especialmente na área da educação: a falta de preparo para lidar com a diversidade. As autoras destacam que muitos profissionais são “engessados” em práticas tradicionais e inflexíveis, demonstrando a falta de uma formação que os capacite a trabalhar com diferentes realidades e necessidades.

A falta de formação continuada sobre homoparentalidade impede que professores abordem o tema adequadamente, perpetuando desinformação e preconceito. A exclusão da homoparentalidade do currículo escolar reforça a invisibilidade dessas famílias e a ideia de que a heteronormatividade é o único modelo válido. (ANDRADE e ADORNO, 2021).

Nesse sentido, Santos (2022) defende que, para reconhecer e respeitar a integralidade dos alunos, os profissionais da educação precisam, antes de tudo, reconhecer a sua própria integralidade como seres humanos. Isso significa ir além do conhecimento técnico das disciplinas e desenvolver uma formação integral que englobe aspectos emocionais, sociais e culturais, ou seja, só podemos oferecer aos outros aquilo que já possuímos em nós mesmos.

Se o professor não tem consciência da sua própria complexidade e humanidade, dificilmente conseguirá enxergar e acolher a integralidade dos alunos, com suas

individualidades e necessidades. Por isso, a formação continuada deve ir além dos conteúdos objetivos, promovendo o autoconhecimento, a empatia e a capacidade de se conectar com o outro de forma genuína. (SANTOS, 2022).

A crítica à falta de formação e à persistência de uma visão tradicional de família dialoga com autores como Gonzales (2020), que defende a necessidade de uma formação docente que contemple a diversidade familiar e promova a inclusão de todos os alunos. A falta de preparo dos professores para lidar com famílias homoparentais pode gerar situações de discriminação e exclusão, impactando negativamente a experiência escolar de crianças e jovens.

Sobre isso, o autor afirma:

“Ao se pensar na formação docente, vale ressaltar que, por muito tempo, acreditava-se que para ser professor bastava ter “jeito para a coisa”, não havia a necessidade de um preparo profissional. Que por sua vez, isto está evidente na história da educação do Brasil.” (GONZALES, 2020, p. 25)

A importância da “formação social” e do “olhar de acolhimento” destacada pelo Prof. Severus Snape se alinha com as concepções de Lobo; Suanno (2020) ao defenderem que a formação de professores deve promover a inclusão e o respeito às diferenças, valorizando a diversidade como forma de unir pessoas e transformar a sociedade. Para os autores, é necessário romper com o pensamento tradicional e incluir no currículo componentes que permitam o diálogo entre diferentes culturas e saberes, visando uma educação multicultural e intercultural que combata o preconceito e a exclusão.

5.2.3 Homoparentalidade e o ambiente escolar: reflexões sobre a ausência de medidas efetivas e seus impactos.

Para aprofundar a análise sobre as ações da escola em relação à inclusão das famílias homoparentais, os participantes foram questionados sobre a existência de medidas para melhorar a integração dessas famílias na comunidade escolar e, em especial, sobre a presença de políticas públicas de fomento à inclusão da diversidade.

As respostas a esses questionamentos revelam as percepções dos professores sobre o papel da escola na promoção da diversidade familiar e na garantia do direito à educação para todos os alunos, independentemente de sua estrutura familiar.

Olha bem, quando a escola oferece espaços que oportunize assim trabalhos de deixar mais equânime, vou dizer assim, a relação de gênero entre os próprios alunos, quando isso acontece, dizer que lugar de mulher onde ela quiser o lugar do homem aonde ele quiser, quando a escola trabalha isso fica tudo mais fácil para trabalhar qualquer diversidade encontrada no meio social, mas quando isso não acontece, que o fato da minha situação, do meu local de trabalho onde eu já passei, então essas pessoas elas são vistas com preconceito. (Prof. Severus Snape, 2024)

Olha eu acredito que não né como eu disse eu já tive alunos em período diferente né, eu já tive alunos cujos pais eram homossexuais né, mas a gente não percebe muito que a participação deles é efetiva na escola, e isso porque grande parte pelo próprio preconceito que existe: os olhares né. Você tem ali, imagina que duas mães vão ali por uma reunião de pais e vão ter sempre esse olhar, a gente escuta assim né claro a gente escuta: olha aquelas duas ali são lésbicas né. Então isso é tratado como algo tão surreal né, eu acho que a escola deve entender que isso já é, isso deve ser tratado com naturalidade. Por exemplo também reunião de festinha de Dia das Mães de Dia dos Pais eu nunca vi, eu não tenho lembrança da frequência por exemplo no Dia das Mães daquelas duas mães né de um casal de lésbicas não tem essa lembrança da mesma forma com o Dia dos Pais, ver ali os dois pais presentes na escola pública Isso parece ainda ser muito difícil né

Eu acho que não é tão difícil na escola particular porque eu também leciono na escola particular. Eu também sou professor da escola particular e vejo que na escola privada eles participam muito e eu acredito que a escola pública precisa rever isso né. (Prof. Albus Dumbledore)

[...] Elas não querem aparecer e às vezes o próprio filho, desse tipo de família, ele também não quer às vezes, ele tem vergonha, ele não sabe como lidar, ele também não só vergonha mas ele também tem medo de que aconteça alguma outra coisa que não esteja prevista. Então eu acho que a própria família, ela fica recuada ela fica, ela fica inibida para participar. Um caso ou outro que uma família vai lá mostra a cara, da cara tapa e assume mas a maioria das vezes ela não se sente aí confortável para participar dessas atividades escolares não. (Profª. Aurora Sinistra, 2024)

Não, pelo que eu presencio, já tive sim uma família homoafetiva, como eu falei mas eu recebia durante as reuniões de pais, mas nas festividades eu não via, não sei se era devido ao tempo não sei mas é um longo período que eu trabalho né, já são 33 anos de profissão e, se você contar que eu tive uma família onde eu presenciei a participação de membro dessa família numa reunião de pais eu considero isso irrisório diante do mundo, do contexto que a gente tem né. (Dir.ª Minerva McGonagall, 2024)

Olha, até o momento eu não conheço nenhuma política pública Pelo menos eu tiro como exemplo a minha situação que eu trabalho, não conheço nenhuma política pública nem um grupo que venha de encontro as necessidades da escola para poder fazer esse acolhimento dessa, eu vou chamar assim de uma demanda né, então por conta disso a escola ela, ela continua sendo a escola oitocentista, uma escola com métodos bem

arcaicos e que não dá nem um espaço, até mesmo espaço para os pais e mães que costumeiramente a gente chama de normais, isso tem que deixar bem claro que é um termo que eu acredito que não, não vem ao caso mas é mesmo para comunidade em si é um pouco difícil essa abertura da escola ainda mais, ainda mais sobre esses assuntos de diversidade, de modo geral. (Prof. Severus Snape, 2024)

Olha só, como eu disse, eu já sou professor há 21 anos né e nesse tempo todo eu nunca vi absolutamente nada né, que trate com os professores, que uma reunião, um projeto, como é que eu posso dizer? alguma formação para professores para promover respeito a essa diversidade não né. E pelo menos esse tempo todo que eu sou professor, nunca vi isso na minha escola nem outras escolas que eu já trabalhei. Então eu acredito que não tem não né, nunca ouvi falar de que a escola tivesse uma preocupação com... com essas famílias ou mesmo desse formação para os professores para trabalhar com essas famílias, eu desconheço

porque eu não vejo na escola nem uma adoção de medidas e principalmente quando se trata de medidas efetivas, a escola não está preparada, a escola não sabe lidar com esse tipo de família, não sabe lidar com a diversidade, então não há nenhuma inclusão, nenhum respeito em relação às famílias homoparentais na escola. (Prof. Albus Dumbledore, 2024)

Não, definitivamente, não. Como eu falei anteriormente, as famílias, elas não se sentem à vontade em participar e quem poderia dar essa abertura para que elas se sentissem à vontade, era a própria escola, mas a gente percebe que a estrutura da escola ainda é muito voltada para aquela família tradicional: o pai a mãe, então todos os eventos Dia dos Pais Dia das Mães a gente vai ver no dia das mães, somente mães e no dia dos pais somente os pais, na imagem masculina. Gente, eu particularmente, durante esses 33 anos que tenho como educadora né, dentro de uma escola, eu nunca presenciei uma mãe ou um pai numa festa dos pais na figura feminina ou uma mãe na figura masculina dentro da escola. Nunca vi, nunca presenciei. Então significa que a escola de fato ela não tá pronta ou não dá essa abertura né. (Dir.^a Minerva McGonagall, 2024)

A escola, pelo o que eu já acompanhei durante esses anos de trabalho, não existe uma política pública específica para esse acompanhamento ou facilitar esse contato das pessoas homoafetivas no ambiente escolar então isso aí é uma fragilidade que observo constantemente na escola, não somente com as pessoas homoafetivas mas também com outros grupos né. (Prof. Severus Snape, 2024)

Ela não aborda né, ela não aborda não o máximo que nós temos aí são comemorações do Dia dos Pais do dia das mães mas, assim abordar a diversidade familiar não. (Prof. Albus Dumbledore, 2024)

A escola, assim como a família ela também não está preparada para essa diversidade familiar e a gente percebe às vezes que a escola procura até não falar sobre isso mas isso também porque ela não está preparada e quando se trata de atividades pedagógica já é tão complexo fazer as atividades do que eles chamam de normal de trazer essa família para dentro da escola então não há nenhum outro envolvimento de uma família

homoparental com a escola então a escola ela não, ela não trabalha nesse sentido. (Profa. Aurora Sinistra, 2024)

Não aborda, a escola do Século 21 de rede pública da minha região, da minha área de atuação eu não vejo nenhuma abordagem de uma forma específica para esse público. Não vejo, nunca vi, nunca presenciei nenhuma participação ou uma preocupação digamos assim em trazer essas famílias quando se fala de família você fala de uma forma geral mas a gente percebe que a família que está sendo citada é uma família onde temos um pai e a presença masculina e uma mãe na presença feminina. (Dir.^a Minerva McGonagall, 2024)

As falas dos professores e da diretora evidenciam a ausência de medidas efetivas para promover a inclusão e o respeito à diversidade das famílias homoparentais na escola, e a falta de abordagem da diversidade familiar nas atividades pedagógicas. Essa lacuna contribui para a invisibilidade e o constrangimento dessas famílias no ambiente escolar.

Prof. Severus Snape defende a necessidade de um trabalho com equidade de gênero para que a inclusão da diversidade seja possível. Critica a falta de políticas públicas e a estrutura arcaica da escola que dificultam a inclusão, além de apontar o preconceito como um obstáculo para a participação integral das famílias homoparentais na escola.

Prof. Albus Dumbledore observa a falta de naturalidade com que a homoparentalidade é tratada na escola e relata a ausência de medidas efetivas para promover a inclusão e o respeito à diversidade familiar. O professor percebe que a participação das famílias homoparentais é maior em escolas particulares, o que sugere a necessidade de a escola pública rever suas práticas.

Profa. Aurora Sinistra afirma que as famílias homoparentais se sentem inseguras e constrangidas em participar das atividades escolares e destaca a falta de preparo da escola para lidar com a diversidade familiar e a ausência de medidas para promover a inclusão.

Dir.^a Minerva McGonagall constata a baixa participação das famílias homoparentais nas atividades escolares, especialmente em festividades. Critica a estrutura tradicional da escola, que não contempla a diversidade familiar. Defende a necessidade de abordar o tema da diversidade familiar na formação dos professores e nas práticas pedagógicas.

As falas dos participantes convergem para a constatação de que a escola ainda não está preparada para acolher e incluir as famílias homoparentais de forma plena, pois a falta de políticas públicas, a estrutura tradicional da escola, o preconceito e a falta de formação adequada são apontados como obstáculos para a inclusão.

A fala do Prof. Severus Snape sobre a necessidade de um trabalho com equidade de gênero para a inclusão da diversidade e a afirmação de que a escola que temos hoje ainda é uma escola “oitocentista⁴”, dialoga com as ideias de Siqueira e Caldas (2020), os autores criticam a defasagem da escola em relação aos avanços no entendimento das questões de gênero. Segundo eles, apesar do crescente conhecimento científico e de propostas para combater a discriminação, a escola persiste em uma visão ultrapassada, binária e autoritária sobre o tema.

Alves e Rossi (2020); Cardoso, Sales e Silva (2021) e Corrêa (2021) convergem ao apontar a influência de setores conservadores, em especial grupos religiosos, na tentativa de silenciar debates sobre gênero e sexualidade na educação brasileira. Essa influência se manifesta na retirada do conteúdo de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, e em leis que proíbem o debate sobre o tema nas escolas. O movimento Escola Sem Partido, segundo os autores, é citado como um dos atores nesse processo, que se insere em um contexto internacional de reação conservadora a pautas de diversidade sexual e de gênero.

Silva (2020) critica o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), denunciando a retirada dos termos “gênero” e “sexualidade” do documento final, apesar de versões anteriores incluírem discussões sobre diversidade e identidade de gênero. Ele afirma que essa exclusão, orquestrada pelo MEC e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação - CNE sem participação popular, reflete a pressão de setores conservadores e religiosos. O autor questiona ainda a justificativa de “controvérsias” em torno do tema, argumentando que as demandas pela remoção vieram principalmente de parlamentares de direita, e não da sociedade civil.

A ausência dos termos “gênero” e “sexualidade” nesses documentos, enfraquece a legitimidade da escola para promover medidas eficazes de inclusão e respeito às famílias homoparentais e outros grupos marginalizados. Essa omissão dificulta a criação de um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e compromete a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

⁴ Relativo ao século XIX

De igual modo, essa postura que se reflete em currículos e práticas pedagógicas, representa um retrocesso que ignora a complexidade da identidade de gênero e perpetua a exclusão, como afirmam Siqueira e Caldas (2020).

A percepção da Dir.^a Minerva McGonagall sobre a necessidade de abordar o tema da diversidade familiar na formação dos professores e nas práticas pedagógicas se alinha com as discussões de Garcez (2021) ao destacar a importância de a escola se transformar para acolher a diversidade familiar e garantir a inclusão de todos os alunos.

Nesse sentido, Junior *et al.* (2023) argumentam que a falta de políticas públicas que garantam a permanência na escola de estudantes vindos de um contexto homoafetivo, bem como os transexuais, contribui para o abandono escolar, que é frequentemente mascarado como “escolha” ou “fracasso” individual.

Esse abandono é, na realidade, uma expulsão motivada principalmente pela homofobia dentro e fora da escola, somada a um modelo de ensino que pode ser excludente. Junior *et al.* (2023) também afirmam que a falta de suporte e a pressão social e econômica levam muitos estudantes advindos dessa realidade a deixarem a escola para garantir sua sobrevivência, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para combater a homofobia, a transfobia e criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

Nesse sentido, Gonzales, (2020) afirma que:

As instituições escolares necessitam compreender as questões relacionadas

à identidade de gênero para que estas possam ser discutidas no contexto das salas de aula. Pois é sabido que as uniões homoafetivas fazem parte da realidade social.” (GONZALES 2020, p. 92)

Siqueira e caldas (2020) ao apontarem que muitos educadores ainda se baseiam em teorias e discursos obsoletos, reforçando a necessidade de uma atualização urgente na formação e nas práticas escolares para que a escola se torne um espaço verdadeiramente inclusivo e respeitoso à diversidade.

5.2.4 Influência Religiosa e Prática Docente: Percepções e Desafios no Contexto Escolar

A questão da interferência da religião na escola emergiu em diversos momentos das entrevistas com os professores, revelando a complexa relação entre crenças religiosas, práticas escolares e acolhimento à diversidade familiar. Esse tema se mostrou particularmente relevante ao questionar os participantes sobre o conforto das famílias homoparentais em participar de atividades escolares, como reuniões de pais e festas escolares.

As falas dos professores revelam como a influência religiosa pode afetar a dinâmica escolar e a inclusão das famílias homoparentais, apontando para a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel que religião exerce na educação.

[...] Você ainda percebe aí algumas pessoas que devido as suas crenças né, a sua religião mesmo, impedem de manter um contato maior com a família homoafetivas. A gente escuta muito isso também em conversa com os colegas professores Alguns ainda tem essa intolerância por causa da religião né é um pouco difícil de ver o outro às vezes como, como pai e mãe sendo família homoparental porque assim, eu tenho muitos colegas que são por exemplo evangélicos e que tem uma dificuldade muito grande de aceitar que duas mães né, convivendo junto, duas mulheres que convivem juntas podem ser chamadas de mãe.

Elas, essas pessoas, também têm dificuldade de enxergar dois homens que convivem junto, com filho, como pais, segundo o preceito religioso deles né ou delas, não aceita por uma questão realmente religiosa, e isso acontece muito de colegas meus no meu ambiente de trabalho que são evangélicas, então eu vejo que Isso dificulta né essa relação da escola com essas famílias. (Prof. Albus Dumbledore, 2024)

[...] Até porque, vamos ser sincero né, vamos falar a verdade, nas nossas escolas hoje, a escola pública brasileira, e isso eu falo, como é que eu quero dizer? isso eu falo por experiência própria, as nossas escolas públicas municipais, e é o que eu vejo na minha região, na minha cidade, por exemplo, elas estão aí tomadas pelo fenômeno evangélico. O que que eu quero dizer com isso? nas nossas cidades aqui mesmo no Maranhão é muito comum que quem vai ser um secretário de educação, é muito comum alguém que é evangélico, não é regra geral né, mas é comum que alguém evangélico torna-se secretário de educação, aí o que ocorre, quando ele tem um cargo desse ele vai convidar os irmãos lá da igreja que são professores para cuidar dos setores como: o chefe departamento do Ensino Fundamental, como professor que vai cuidar da inclusão né, departamento de inclusão social, então é muito comum que estes cargos sejam tomados por pessoas que são evangélicas, conseqüentemente, essas pessoas vão indicar diretores de escolas que também são evangélicos, isso acontece muito na nossa região, e aí o que que vai acontecer? a escola pública na nossa região, e eu falo especificamente aqui

no nosso município de Santa Inês, ela tá se tornando um puxadinho das igrejas evangélicas, onde você tem uma grande quantidade de diretora, de gestores né, maioria são mulheres que frequentam uma igreja como uma Assembleia de Deus por exemplo, e ali já chama para coordenadora, a diretora chama para ser sua coordenadora, sua adjunta, alguém que é da sua igreja. Resultado, você tem uma gestão escolar que é feita por pessoas que frequentam uma igreja evangélica e a escola, ela começa a ser moldada nesse modo evangélico. Menino quando entra na escola né, tem que parar ali, fazer uma roda um círculo para fazer uma oração e nessa oração você escuta às vezes muitas palavras que podem tornar-se preconceituosa. Por exemplo: quando é difícil um aluno falar de homossexualidade, é difícil um aluno falar que ele frequenta a umbanda por exemplo, sem ele ter que escutar uns dois ou três “tá amarrado em nome de Jesus” ou então uma outra frase né muito conhecida que é “o sangue de Jesus tem poder”.

Então, dificilmente um aluno fala que é da Umbanda, dificilmente um aluno fala que é homossexual ou mesmo que tem os pais que são homossexuais sem ter que escutar esse tipo de fala né “Tá amarrado em nome de Jesus” ou “o sangue de Jesus tem poder” e isso não é uma frase religiosa, é uma frase preconceituosa porque aí o aluno, a criança ou adolescente ele vai entender que porque os pais são homossexuais ele está ali numa vida de pecado ou seja, a família dele é pecaminosa, está em pecado porque os pais são homossexuais.

Já os outros que os pais não são né, homossexuais, então eles tá tudo muito bem, tá tudo certo, tá tudo ok. Então eu foco nesse tipo de fala que ainda existe no ambiente escolar, quanto no ambiente escolar você escuta de um professor, escuta de alguém da escola de um gestor de um coordenador pedagógico né, algo desse tipo “tá amarrado em nome de Jesus” ou “sangue de Jesus tem poder” quando alguém diz que é homossexual ou que frequenta Umbanda como eu já presenciei, muitas vezes isso é na verdade uma forma de preconceito, o preconceito está bem aí nessas palavras e eu acredito que isso não pode acontecer. (Profa. Aurora Sinistra, 2024)

[...] O que é observado também é que existe uma centralidade muito forte de algumas culturas religiosas aqui na escola. Dou exemplo das igrejas protestantes que elas têm um certo... promovem um comportamento que é uma moral que de fato não acontece né, uma moral engessada que não é praticada de certa forma pelas pessoas, mas é dito para que seja praticado, então isso é, funciona como uma barreira para qualquer pai ou qualquer mãe homossexual, então isso afasta os pais da escola e de certa forma fortalece a inobservância às famílias homoparentais. (Prof. Severus Snape, 2024)

As falas dos professores Albus Dumbledore e Aurora Sinistra evidenciam a influência da religião, especialmente a evangélica, na cultura escolar e nas relações com as famílias homoparentais. Essa influência se manifesta de diferentes formas, desde a dificuldade de

alguns colegas em aceitar a homoparentalidade até a presença de práticas e discursos religiosos que podem gerar preconceito e exclusão.

Prof. Albus Dumbledore observa que alguns colegas, especialmente os evangélicos, têm dificuldade em aceitar a homoparentalidade e reconhecer casais do mesmo sexo como pais ou mães. Aponta que essa dificuldade, baseada em crenças religiosas, pode gerar barreiras na relação da escola com as famílias homoparentais.

A narrativa da Profa. Aurora Sinistra revela uma realidade preocupante no contexto da escola pública brasileira, especificamente em sua região e no município de Santa Inês, no Estado do Maranhão: a crescente influência do fenômeno evangélico na gestão escolar e nas práticas pedagógicas. A professora descreve como a nomeação de secretários de educação evangélicos pode levar à indicação de diretores e coordenadores que compartilham da mesma fé, criando um ambiente escolar permeado por valores e práticas religiosas específicas. Essa influência se manifesta, por exemplo, na realização de orações e na utilização de expressões como “tá amarrado em nome de Jesus” ou “o sangue de Jesus tem poder”, que podem gerar constrangimento e exclusão para alunos de outras religiões ou de famílias homoparentais. Ela critica essa realidade, afirmando que “isso não é uma frase religiosa, é uma frase preconceituosa”, e que “o preconceito está bem aí nessas palavras”. Demonstrando preocupação com a forma como esses discursos religiosos podem afetar os alunos, a professora observa que esta dinâmica pode favorecer um sentimento de “estarem ali numa vida de pecado” por terem pais homossexuais.

Essa fala evidencia a necessidade de uma reflexão sobre a influência da religião na escola e a importância de garantir a laicidade do ensino, o respeito à diversidade religiosa e a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas crenças ou de sua configuração familiar.

Professor Severus Snape complementa a fala de Aurora Sinistra, apontando a influência de “culturas religiosas” na escola e como isso pode criar barreiras para a participação das famílias homoparentais. Sugere que a presença de normas e valores religiosos na escola pode gerar “inobservância” às famílias homoparentais, ou seja, uma falta de atenção e reconhecimento de suas necessidades e especificidades.

As falas dos professores convergem para a constatação de que a influência religiosa na escola pode ser um obstáculo para a inclusão das famílias homoparentais. A dificuldade em aceitar a homoparentalidade, a presença de práticas e discursos religiosos excludentes

e a imposição de valores morais podem gerar um clima de preconceito e discriminação no ambiente escolar.

Essa influência evangélica na educação não se restringe ao contexto local da pesquisa, como revelou a Profa. Aurora Sinistra, mas também se manifesta em esferas mais amplas, como o próprio Ministério da Educação. A reportagem da CNN Brasil, “Pelo menos 44 prefeitos foram recebidos por pastores no Ministério da Educação”, evidencia a atuação de pastores evangélicos na gestão de Milton Ribeiro, à frente do MEC e a destinação de recursos públicos para atender interesses de determinadas lideranças religiosas. (CNN Brasil, 2022).

Tal situação levanta questionamentos sobre a laicidade do Estado e a imparcialidade na gestão da educação pública. A influência de grupos religiosos em cargos de poder e decisão no âmbito educacional pode comprometer o caráter laico e plural da escola, e afetar o direito de todos os alunos a uma educação que respeite a diversidade e promova a igualdade. (Sepúlveda e Couto, 2022).

É fundamental que a escola seja um espaço de convivência democrática, onde diferentes crenças e valores sejam respeitados, e que a educação pública seja gerida com base em princípios de imparcialidade, laicidade e compromisso com o bem comum. A influência de qualquer grupo religioso em cargos de gestão e decisão no âmbito educacional deve ser vista com cautela, para que a escola não se torne um espaço de proselitismo ou de exclusão daqueles que não compartilham das mesmas crenças, como afirmam Sepúlveda e Couto (2022).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), busca garantir que o ensino religioso nas escolas públicas seja oferecido de forma facultativa, respeitosa à diversidade religiosa e livre de qualquer doutrinação. A LDB também define responsabilidades para os sistemas de ensino na regulamentação, elaboração de conteúdos e formação de professores (BRASIL, 1996).

Mais recentemente, A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439 questionou a constitucionalidade do ensino religioso confessional em escolas públicas, previsto no artigo 33 da LDB. A Procuradoria-Geral da República argumentou que essa modalidade de ensino, na qual a disciplina é vinculada a uma religião específica, violaria o princípio da laicidade do Estado.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2017, julgou a ADI 4439 e decidiu, por maioria, que o ensino religioso confessional em escolas públicas é constitucional, desde que seja oferecido de forma não proselitista e respeite a diversidade religiosa. (BRASIL, 2017). O STF entendeu que a laicidade do Estado não impede o ensino religioso nas escolas, desde que seja facultativo e não discriminatório. Essa decisão gerou debates sobre a melhor forma de garantir a laicidade do Estado e o direito à liberdade religiosa nas escolas públicas.

A luta pela escola laica é traçada ao longo da história com a participação de associações de educadores, movimentos populares e fóruns em defesa da escola pública. Fischmann (2020) ressalta a importância de garantir a laicidade frente aos desafios contemporâneos, como a influência de grupos religiosos na política e os ataques à escola pública. Ela conclui defendendo a laicidade como garantia da cidadania igualitária e convida à reflexão sobre o papel da escola na promoção desse princípio.

Silva (2023) aponta que, até recentemente, a presença de símbolos e práticas católicas no ambiente escolar era comum e aceita, mesmo ferindo o princípio da laicidade. Isso acontecia porque o catolicismo era a religião predominante e não havia grande contestação a essa influência. No entanto, com o crescimento da população evangélica no Brasil, o cenário se alterou.

Líderes evangélicos passaram a reivindicar espaço nas escolas, inicialmente para combater o proselitismo católico e defender a laicidade. Mas, com o tempo, esses líderes começaram a buscar influência e espaço para a expressão da fé evangélica nas escolas, gerando tensões e conflitos (Silva, 2023).

5.3 Diferenças entre o gênero

A homoparentalidade, enquanto configuração familiar composta por pais ou mães do mesmo gênero, desafia as normas e expectativas tradicionais sobre os papéis de gênero na parentalidade. A concepção de que a família se estrutura com base em um pai e uma mãe, desempenhando funções específicas e complementares, é questionada quando a estrutura familiar se compõe por duas mães ou dois pais.

Essa configuração familiar convida à reflexão sobre a construção sociocultural dos gêneros e seus impactos na parentalidade. Os papéis destinados ao homem e à mulher enquanto pais são moldados por expectativas sociais que ditam comportamentos, responsabilidades e até mesmo emoções “adequadas” a cada gênero.

Na homoparentalidade masculina, a ausência da figura materna pode gerar questionamentos sobre a capacidade de dois homens proverem cuidados e afeto aos filhos. A crença de que a mulher possui um instinto materno inato e que o homem é naturalmente provedor e disciplinador é desafiada quando dois homens assumem os cuidados integrais da criança.

A homoparentalidade feminina, por sua vez, questiona a necessidade da figura paterna como provedora e disciplinadora. A crença de que a mulher é naturalmente mais sensível e afetuosa e que o homem é essencial para impor limites e regras é desconstruída quando duas mulheres assumem a parentalidade.

Em ambos os casos, a homoparentalidade convida à reflexão sobre a fluidez dos papéis de gênero e a possibilidade de homens e mulheres desempenharem funções tradicionalmente atribuídas ao gênero oposto. A parentalidade se torna um espaço de reinvenção e ressignificação dos gêneros, demonstrando que o amor, o cuidado e a responsabilidade não se limitam a um gênero específico.

A desconstrução dos papéis de gênero na homoparentalidade contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde homens e mulheres possam exercer a parentalidade de forma livre e autêntica, sem as amarras de estereótipos e preconceitos.

5.3.1 Homoparentalidade e os Mitos que persistem

Nesta subcategoria, abordaremos alguns dos mitos mais comuns associados à homoparentalidade, confrontando-os com dados e pesquisas científicas que comprovam a estabilidade, o amor e o bem-estar presentes nesses lares.

As falas dos participantes da pesquisa, que serão analisadas à luz da literatura, emergiram a partir do questionamento sobre se já haviam sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação em razão de sua orientação sexual ou de sua estrutura familiar.

[...] Quantas vezes, e eu já sofri muito com isso, escutei gente dizer que que tenho uma vida libertina por me relacionar com outra mulher, e o que meus filhos estariam aprendendo comigo?. Que exemplo eu tava dando pra eles? Isso faz agente se perguntar se agente é ruim por gostar diferente (Mulher -Maravilha).

[...] Já me perguntaram muito foi se nós dois, por ser dois homens, consegue cuidar das crianças sozinho né, Sem uma mulher. Oxe! claro que a gente consegue né, com base no respeito na dedicação a gente cria nossos filhos e educa da mesma forma que uma família hétero... de um homem e uma mulher (Homem-Aranha)

[...] As pessoas tem que parar de pensar que porque uma criança é cuidada por dois homens dois pais gays essa criança também vai ser gay gente não é assim, isso é... isso é preconceito não é mesmo? a criança não vai se tornar gay porque os dois pais são. E o triste mesmo é pensar que muitas pessoas pensam dessa forma, acreditam nisso, Imagina. (Pantera Negra)

As falas de Mulher-Maravilha, Homem-Aranha e Pantera Negra revelam a presença de estereótipos e preconceitos em relação à homoparentalidade, que podem afetar a autoestima e o bem-estar dos casais e seus filhos.

Mulher-Maravilha expressa a dor de ser julgada por sua orientação sexual e de ter sua capacidade de ser mãe questionada. A acusação de ter uma “vida libertina” e de não dar um bom exemplo para seus filhos revela a intolerância e a discriminação que as mães lésbicas podem enfrentar.

Homem-Aranha relata o questionamento sobre a capacidade de dois homens cuidarem de crianças, evidenciando o estereótipo de que a figura feminina é essencial na criação dos filhos. Essa fala revela a desvalorização da paternidade homoafetiva e a persistência de um modelo tradicional de família.

Pantera Negra critica o preconceito de que crianças criadas por pais gays também serão gays. Ele defende que a orientação sexual dos pais não influencia a orientação sexual dos filhos e que essa crença é discriminatória e prejudicial.

As falas dos participantes demonstram que os estereótipos e preconceitos em relação à homoparentalidade se manifestam de diferentes formas, questionando a capacidade de casais do mesmo sexo de serem bons pais e mães, e perpetuando a ideia de que a homossexualidade é algo negativo ou desviante.

Apesar de alguns progressos sociais, a sociedade ainda enfrenta dificuldades em lidar com a adoção por casais homossexuais, como afirma Soares (2021), A autora argumenta que a falta de informação e o preconceito geram preocupações infundadas, como o medo de abuso sexual ou influência na orientação sexual da criança. Ela destaca ainda, que tais preocupações não têm base em estudos científicos e se originam de antigos modelos religiosos e médicos equivocados sobre a homossexualidade.

Nesse sentido, Silveira *et al.* (2023) ao analisar a parentalidade em casais homoafetivos masculinos, observa que este é um fenômeno singular, influenciado por diversos fatores, especialmente a dimensão social. Ele pontua que os desafios enfrentados por esses casais estão relacionados a preconceitos e estigmas sociais, e não à homoparentalidade em si, e que o sofrimento, quando presente, decorre de adversidades como agressões e exclusões sociais.

Ribeiro (2023) argumenta que a desconstrução do sistema cisheteropatriarcal exige esforço e que a experiência da maternidade em famílias homoparentais ainda precisa ser mais explorada, questionando como o processo de se tornar mãe e bebê se dá nesse contexto. Ela defende a necessidade de problematizar as ideias tradicionais para compreender a experiência da parentalidade em mulheres lésbicas.

A fala de Mulher-Maravilha sobre a acusação de ter uma “vida libertina” dialoga com as discussões de Moura e Nascimento (2020) quando argumentam que o estigma é um processo social que classifica e limita a capacidade de ação das pessoas, marcando-as como “desviantes” e produzindo discriminação e exclusão. Para os autores, o estigma é aprendido socialmente e varia entre culturas, sendo perpetuado por meio de crenças e comportamentos.

Indivíduos estigmatizados podem internalizar o estigma e se esforçar para “corrigir” sua condição, ou usar suas experiências como aprendizado Moura e Nascimento (2020). Os autores também abordam os diferentes tipos de estigma, incluindo o estigma de gênero, que perpetua a inferiorização do feminino e reforça estereótipos negativos.

A experiência de Homem-Aranha e Pantera Negra reforça a importância de desconstruir estereótipos e preconceitos sobre a homoparentalidade, promovendo o respeito à diversidade familiar e garantindo o direito de todos à igualdade e à não discriminação.

Freires *et al.* (2021) destaca o preconceito social como um fator estressor para crianças adotadas por casais homossexuais. Esse discurso promove a não aceitação social de famílias homoafetivas, exigindo que pessoas LGBTQIAPN+ se adaptem a normas heterossexistas. Casais homossexuais enfrentam dificuldades por desafiarem convenções sociais, mas exercem um papel importante na expansão do conceito de família. As discussões sobre adoção homoparental contribuem para a inclusão social e o debate sobre diversidade familiar.

5.3.2 Expectativas tradicionais sobre os papéis de gênero na parentalidade

As expectativas tradicionais sobre os papéis de gênero na parentalidade podem exercer uma influência significativa na forma como a sociedade compreende e se relaciona com as famílias homoparentais.

A crença de que a família se estrutura com base em um pai e uma mãe, desempenhando funções específicas e complementares, é questionada quando a parentalidade é exercida por casais do mesmo sexo. No entanto, a homoparentalidade desafia essas expectativas tradicionais, revelando a diversidade de arranjos familiares e a possibilidade de uma parentalidade bem-sucedida independentemente do gênero dos pais.

[...] um exemplo, existe Dia dos Pais Dia das Mães, não é? prá sociedade e prá comunidade escolar, um casal como nós duas... (Mulher maravilha abre os braços no sentido de questionar, não pode?) aí eu uso mais roupa feminina e ela usa mais masculina, aí a pergunta é... pessoas pergunta isso: quem é o homem da relação? - Mulher-Gato interrompe com risos e Mulher-Maravilha continua: - Somos duas mulheres, nossos genes são de duas mulheres. Eu me sinto mulher e ela se sente mulher. Não é porque ela gosta de roupa masculina quer dizer que ela é um homem né (Mulher-Maravilha)

[...]Aí Dia dos Pais Dia das Mães aí nas mães por exemplo pode ir as duas mas no dia dos pais as mães não podem mais ir, mas se mãe faz o papel do Pai por que que ela não pode ir? só porque ela é fêmea? ela pode ir. Se eu crio o meu filho sozinha, eu sou pai e mãe, eu tenho que fazer os dois papeis, porque que eu não posso ir nas duas comemorações? Eu posso.(Mulher Maravilha)

Quando o Pedro tava no quinto ano uma professora disse na minha cara que sentia que faltava um toque feminino na criação do meu filho. Será que ela falou isso só porque ele não tem a presença de uma mãe e é criado por dois homens? Ah eu não gostei disso não, assim isso doeu muito né principalmente porque vem do que os nossos filhos estão passando na escola, então isso é desconfortável quando na escola você tem esse olhar discriminador isso é ruim né (Pantera Negra)

As falas de Mulher-Maravilha e Pantera Negra ilustram como as expectativas tradicionais de gênero na parentalidade podem gerar constrangimento e questionamentos para as famílias homoparentais.

Mulher-Maravilha questiona a necessidade de definir “quem é o homem da relação” em um casal de lésbicas. Ela demonstra que a parentalidade não se limita a papéis de

gênero tradicionais e que a estrutura familiar homoparental pode ser igualmente válida e amorosa. A fala dela desafia a heteronormatividade e a ideia de que a família precisa se encaixar em um modelo pré-definido.

A indagação de Mulher-Maravilha sobre a participação no Dia dos Pais e no Dia das Mães evidencia a rigidez das normas escolares e a exclusão de modelos familiares que não se encaixam no padrão heterossexual. Ela questiona a lógica de que apenas um dos pais possa participar do evento, mesmo que ambos exerçam as funções de pai e mãe.

Pantera Negra relata a experiência de ter a criação do seu filho questionada por uma professora, que sentia falta de um “toque feminino”. Essa fala revela o preconceito de gênero presente na escola e a desvalorização da paternidade homoafetiva. A professora, ao questionar a capacidade de dois homens criarem um filho, reforça estereótipos de gênero e desconsidera a diversidade de arranjos familiares.

As falas de Mulher-Maravilha e Pantera Negra demonstram que as expectativas tradicionais de gênero na parentalidade se manifestam de diferentes formas, questionando a capacidade de casais do mesmo sexo de serem bons pais e mães, e perpetuando a ideia de que a família precisa se encaixar em um modelo heteronormativo.

A experiência de Pantera Negra reforça a importância de desconstruir estereótipos e preconceitos sobre a homoparentalidade, promovendo o respeito à diversidade familiar e garantindo o direito de todos à igualdade e à não discriminação.

Soares (2021) sugere que o preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+ advém do medo de que a sociedade tem de que a igualdade de direitos para pessoas homossexuais desestabilize a instituição familiar tradicional. A reivindicação por direitos e a busca por inclusão por parte dos homossexuais são vistas como ameaças à estrutura familiar “natural e sagrada”, intensificando a crise já existente nas uniões heterossexuais.

Santos e Gomes (2021) argumentam que a heterossexualidade ainda é a norma dominante nas relações sociais e que existe grande resistência à aceitação da adoção por casais homossexuais. Eles afirmam que existe a crença equivocada de que a falta de referências de ambos os sexos pode prejudicar o desenvolvimento psicológico da criança, levando à confusão de identidade sexual e ao risco de a criança se tornar homossexual. Além disso, o medo do preconceito e da rejeição social também é um fator de preocupação, que pode levar a problemas de saúde mental e dificuldades de integração social.

Freires *et al.* (2021) argumenta que, apesar de uma maior aceitação social de gays e lésbicas ao longo dos anos, impulsionada pelos movimentos de direitos dos homossexuais, a questão da parentalidade homossexual ainda enfrenta resistência. Os autores sugerem a necessidade de leis que protejam os direitos de casais homossexuais na adoção, demonstrando a importância da legislação na promoção da inclusão social e na mudança de normas individuais em relação à adoção homoparental.

Soares (2021) defende a necessidade de romper com preconceitos sobre relações homoparentais, pois pesquisas indicam que não há impactos negativos para o desenvolvimento dos filhos. Santos (2023) defende que a escola precisa se tornar um espaço mais inclusivo e que promova a diversidade, reconhecendo e acolhendo as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais.

5.3.3 Medo e insegurança

O medo e a insegurança emergem como sentimentos presentes na vivência de muitos casais homoparentais, impactando suas relações com a escola e com a sociedade em geral. A possibilidade de sofrerem discriminação, preconceito e violência, a incerteza quanto à aceitação de sua família e a preocupação com o bem-estar de seus filhos geram um clima de apreensão e vulnerabilidade.

Nesta subcategoria, analisaremos as falas dos participantes sobre seus medos e inseguranças, buscando compreender como esses sentimentos se manifestam e afetam suas vidas.

É importante ressaltar que o tema do medo e da insegurança surgiu em diferentes momentos das entrevistas, demonstrando sua relevância na vivência da homoparentalidade. No entanto, ele se tornou especialmente presente quando os casais foram questionados sobre a importância de a escola considerar e respeitar a diversidade das famílias homoparentais, revelando a necessidade de um ambiente escolar que promova a segurança, o acolhimento e o bem-estar de todos os alunos e suas famílias.

[...] Não pode abraçar, não pode conversar muito. Eu, pelo menos, na sala de aula eu tenho muito receio de abraçar um adolescente, por exemplo um abraço, porque eu já tenho medo do que o outro... não é nem a criança, não é nem a ideia da criança é a ideia do adulto. (Mulher-Maravilha)

[...] Querendo ou não a gente tem medo né da violência que pode vir, veja que nos últimos anos como aumentou tanto a violência contra pessoas né homossexuais Agora imagina nós duas, duas mulheres que vivem juntas, a gente tem medo da agressividade verbal ou até mesmo física onde a gente mora ou até mesmo na escola ou na sociedade porque existem pessoas que são também intolerantes, e isso ficou muito notado né na última política no Brasil, pessoas vão para as redes sociais mostrar o seu ódio pelos homossexuais, então a gente, como duas mulheres, também tem medo de que não seja só o verbal né que vem de alguém, de um pai, de aluno por exemplo, mas que possa vir uma agressão física também porque pra gente mulher é mais difícil de se defender.(Mulher-Maravilha)

Cara, o meu medo sempre foi pelos meus filhos, o que eles podem escutar dos coleguinhas na escola, o bullying, ou eles não serem aceitos por ter um pai gay. Tu sabe como tá as coisas pra nós na internet ne? (risos) esses últimos anos foi dado voz pra um montão de gente vomitar o preconceito com gays de forma escancarada. E esses políticos que faz isso tem o apoio de quem ? dos pastores ne. Vai falar que tu não é a família tradicional brasileira que tu vai pra fogueira (risos) Ta difícil! (Pantera Negra)

As falas de Mulher-Maravilha e Pantera Negra revelam o medo e a insegurança que permeiam a vida de muitos casais homoparentais, especialmente em relação à possibilidade de sofrerem discriminação, preconceito e violência.

Mulher-Maravilha expressa o receio de demonstrar afeto em público, como abraçar um aluno, por medo do julgamento e da reação negativa de outras pessoas. Ela também manifesta o medo da violência física e verbal, que pode ser motivada pelo ódio e pela intolerância contra pessoas LGBTQIAPN+.

A fala de Pantera Negra sobre o medo pelo bem-estar dos filhos na escola ilustra a preocupação de muitos pais homoparentais com a segurança e a inclusão de seus filhos no ambiente escolar. Ele teme que seus filhos sofram *bullying*, exclusão e preconceito por terem pais gays.

A fala de Pantera Negra expõe a crescente onda de preconceito e intolerância contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, intensificada nos últimos anos, especialmente nas redes sociais e no discurso de alguns políticos. O participante destaca o papel de líderes religiosos no apoio a esses discursos de ódio, que propagam a ideia de que a “família tradicional brasileira” é a única aceitável, e que aqueles que não se encaixam nesse modelo merecem ser condenados e excluídos.

A expressão “vomitar o preconceito” ilustra a virulência e a agressividade dos discursos de ódio direcionados à comunidade LGBTQIAPN+, que se manifestam de forma aberta e escancarada, sem qualquer pudor ou respeito à dignidade humana.

A fala de Pantera Negra revela o clima de medo e insegurança que muitos LGBTQIAPN+ enfrentam no Brasil, especialmente aqueles que não se conformam com os padrões heteronormativos impostos pela sociedade. A ameaça de “ir para a fogueira” simboliza a violência e a exclusão que as pessoas LGBTQIAPN+ podem sofrer ao expressarem sua identidade e seus afetos.

Essa narrativa evidencia a importância da escola como espaço de resistência e de promoção do respeito à diversidade. A escola, como instituição social, tem o papel de educar para a cidadania, a tolerância e o respeito aos direitos humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

As falas de Mulher-Maravilha e Pantera Negra evidenciam que o medo e a insegurança são sentimentos comuns entre casais homoparentais, que podem ser intensificados pelo discurso de ódio e pela violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A escola, como espaço de socialização e formação cidadã, tem um papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na promoção de um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos e suas famílias.

As falas dos participantes corroboram as ideias de autores como Gomes (2020). A autora levanta preocupações sobre a possibilidade de a criança adotada por um casal homossexual sofrer rejeição e *bullying* na sociedade, reforçando a necessidade de uma mudança social para garantir a inclusão e o bem-estar das crianças em lares homoafetivos.

Reis e Cavalcante (2020) associam o aumento dos ataques contra pessoas negras LGBTQIAPN+ à intensificação de discursos de ódio e movimentos contrários às pautas identitárias. Os autores argumentam ainda que esses movimentos exploram vulnerabilidades legislativas e socioeconômicas para dificultar o progresso de ações afirmativas que visam o bem-estar dessa população, impactando negativamente suas vidas em diversos âmbitos, como o familiar, escolar e profissional.

Lopes e Castro (2022) argumentam que o ódio online é um reflexo do preconceito existente na sociedade, amplificado pela velocidade e alcance das redes sociais. Eles citam Recuero (2015) para explicar como a falta de *feedback* imediato e a ausência de contato visual nas interações online podem levar a um aumento da violência verbal e propagação

de mensagens preconceituosas. Afirmam também que o que seria uma piada entre amigos pode se tornar um discurso de ódio na internet, gerando uma reação em cadeia de comentários e posts que amplificam o preconceito.

Cazelatto; Junior e Cunha (2022) afirmam que a escola muitas vezes, se torna um ambiente hostil para estudantes advindos de famílias homoafetivas, devido aos altos índices de insegurança e agressões LGBTfóbicas. A prevalência do medo, da violência e do preconceito impede que a escola seja um espaço de educação inclusiva, tornando urgente a necessidade de repensar o desempenho e a didática da instituição para promover a diversidade e garantir o acesso, permanência e sucesso escolar de todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Apesar dos avanços legais, o preconceito e a discriminação ainda são obstáculos para a plena aceitação social das famílias homoafetivas, gerando medo e dificuldades para casais homossexuais assumirem seus papéis parentais, como afirma Oliveira (2020).

Considerações Finais

Após percorrer a trajetória da presente pesquisa, desde a introdução até a análise dos dados, é possível concluir que a relação entre as famílias homoparentais e a escola é marcada por contradições, desafios e perspectivas de mudança. As narrativas dos casais homoparentais e dos professores participantes revelam um cenário complexo, no qual a diversidade familiar ainda não é plenamente reconhecida e acolhida pela escola. A invisibilidade, a falta de representatividade e o preconceito ainda se mostram como obstáculos a serem superados no ambiente escolar.

Observou-se que as famílias homoparentais enfrentam desafios como a discriminação, o preconceito, a invisibilidade e a falta de apoio por parte da escola. A heteronormatividade e a influência religiosa são apontadas como fatores que contribuem para a exclusão e o constrangimento dessas famílias no ambiente escolar. Os casais entrevistados narram experiências diversas com a escola. A tensão parece estar sempre presente, vez que a escola opera com a reprodução da ideia da família nuclear e heteronormativa como o único modelo possível e desejável. Isto pode ser percebido pelos participantes em diversas situações no ambiente escolar.

As falas dos participantes evidenciaram a necessidade de ações e projetos que promovam a inclusão das famílias homoparentais, a desconstrução de estereótipos e preconceitos, e a construção de uma comunidade escolar mais acolhedora e respeitosa à diversidade familiar.

A pesquisa também evidenciou a importância da formação continuada de professores e gestores para lidar com as diferentes configurações familiares e com questões de gênero e sexualidade na educação. É fundamental que a escola se reconheça como um espaço de promoção da igualdade, do respeito à diversidade e da construção de uma sociedade mais justa para todos. A escola, no Brasil, continua sendo um espaço de reprodução de desigualdades, muito embora muitos esforços contemporâneos sugiram transformações considerando a diversidade cultural na instituição escolar.

A ausência de formação continuada dos professores é um dos fatores que colaboram na incapacidade deles para lidar e trabalhar com as diferenças, ocasionando, muitas vezes, a propagação negativa de uma perspectiva. Acrescente-se que, em se tratando de temas relacionados à sexualidade, a escola, em geral, tende a não tratar do

assunto. O cotidiano escolar é muito mais diverso e plural do que o currículo formal da escola.

Cabe ao corpo docente e de funcionários o protagonismo na construção de um acolhimento e reconhecimento da legitimidade dos modelos familiares. A isto se chama postura democrática. À família e aos estudantes cabe a colaboração para uma maior conscientização das diferentes experiências que atravessam os indivíduos e a construção do papel transformador da escola, na sua competência de acolher e promover princípios e atitudes consoantes a uma cultura da paz.

Espera-se que este estudo contribua para a reflexão sobre a importância da inclusão das famílias homoparentais na escola e para a construção de um ambiente educacional mais justo e acolhedor. Acredita-se que a pesquisa possa ser útil para a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a diversidade familiar e o respeito aos direitos humanos de todos os alunos e suas famílias.

É importante reconhecer que este estudo apresenta limitações. O tempo para a realização da pesquisa e a recusa de alguns casais homoparentais em participar das entrevistas, por medo da exposição ou de eventuais represálias, impactaram na coleta de mais informações que colaborassem para o aprofundamento de outras dimensões do tema. Essas limitações apontam para a necessidade de novas pesquisas que explorem a temática com maior profundidade e abrangência.

Acredita-se que esta pesquisa possa abrir portas para novos estudos e contribuir para o avanço científico no campo da educação e da diversidade familiar. Espera-se que os resultados deste estudo possam ser utilizados para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática, que valorize a pluralidade e garanta o direito de todos à educação de qualidade.

O conjunto dos dados analisados neste estudo leva-nos à compreensão da importância da realização de mais pesquisas sobre os dispositivos de verdade presentes na Educação, bem como sobre a dinâmica de projetos contemporâneos que acolham a diversidade e a pluralidade familiar na escola. Ao finalizar esta dissertação, é inegável o crescimento científico e pessoal que ela proporcionou. A imersão no tema da homoparentalidade, o contato com as famílias participantes e o diálogo com a literatura da área me permitiram ampliar meus conhecimentos e refletir sobre os desafios da construção de uma escola mais justa e acolhedora para todos.

Referências

A RAPOSA e as uvas. **Compositor e intérprete**: Reginaldo Rossi. Rio de Janeiro: EMI Music Brasil, 1982. Acesso em: 18 nov. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/>. Acesso em : 24 dez 2024.

ALVES, Jozimara Assunção Camilo; ROSSI, Célia Regina. **Políticas públicas de gênero e sexualidade na educação**: breve análise sobre a “ideologia de gênero”. Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro, SP/ v. 30, n.63/2020 Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13771>. Acesso em: 08 jan 2025.

ANDRADE, Nara Albernaz de.; ADORNO, Patrícia da Silva Fernandes. A família homoparental no contexto escolar. **Revista da graduação UNIGOIÁS**, ano 2, n. 2 jul./dez. 2021. Disponível em: <https://unigoias.com.br/wp-content/uploads/Artigo-8.pdf>. Acesso em: 4 maio. 2024.

ASSEF, Claudia. Madonna, a maior, faz no Rio a festa da família nada tradicional brasileira. **Splash**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2024/05/05/madonna-a-maior-faz-no-rio-a-festa-da-familia-nada-tradicional-brasileira.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 maio 2024.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação, 10., 2011. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-uma-tecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>. Acesso em: 27 set 2024

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BORGES, Deborah Bem. **FAMÍLIA E ESCOLA: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DE COMO ESSAS DUAS INSTITUIÇÕES SE RELACIONAM NA CONTEMPORANEIDADE**. (Dissertação) Programa de Pós- Graduação em Educação - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4364> Acesso em: 20 nov 2024.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015a. p. 43-72. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 10. Dez 2024.

BRASIL. **Ação direta de inconstitucionalidade – ADI/4.439**. Supremo Tribunal Federal (STF), Distrito Federal, 2017. Brasília, DF: STF, 2017. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15085915>. Acesso em: 10 jan 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 dez 2024.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Editora UNESP. (2021).

CADERNO. Brasília (DF): **Governo Federal**, 2004. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 4 maio. 2024.

CARDOSO, Maria Grazia Cribari; SALES, Andréa Maria; SILVA, Ernandes Luiz Tavares da. Políticas públicas de gênero na escola: debate e reflexão crítica *Gender public policies at school: debate and critical reflexion* **EntreAções**: diálogos em extensão, Juazeiro do Norte, v. 2, n. 2, p. 56-69, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes/search/search>. Acesso em: 04 dez 2024.

CARRERA, Gilca Oliveira. A família: instância promotora de proteção social da criança e do adolescente no contexto das políticas sociais. In: SANTOS, Ana Kátia Alves dos (org.). **Infâncias reais**: educação, direitos e família. Curitiba: CRV, 2021.

CASTRO, Priscila Rodrigues de. As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p459>. Acesso em: 20 set 2024.

CAVALCANTE, Rebeca. Congresso aprova emenda bolsonarista à LDO com ataques à reforma agrária, às mulheres e à população LGBTQIA+. **Brasil de fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/19/congresso-aprova-emenda-bolsonarista-a-ldo-com-ataques-a-reforma-agraria-as-mulheres-e-a-populacao-lgbtqia>. Acesso em 05 04 2024.

CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; JUNIOR Niltom Vieira; CUNHA, Leandro Reinaldo da. Direito à Educação Escolar De Qualidade: Da Inclusão Educacional Com Base Na Orientação Sexual E Identidade De Gênero. 2022 - **Cadernos Do Programa De Pós-Graduação Em Direito – PPGDir./UFRGS** 17 (2):114-44. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/127065>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CORRÊA, Alana de Souza. **Homoparentalidade masculina: experiências de pais homossexuais**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=52520&idi=1>. Acesso em 14 dez 2024

CORRÊA, S. Ideologia de gênero: assim surgiu o espantalho. **Revista Cult**, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/ideologia-de-genero-assim-surgiu-o-espantalho/>. Acesso em: 23 dez 2024.

CROCHÍK, José Leon et al. Hierarquias escolares: desempenho e popularidade. **Educ. Pesquisa.**, São Paulo, v. 44, e167836, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/qFSvpcTGrLLynDfMZkfCGXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul 2024.

DIAS, Anderson Dos Santos. **Entre Textos Autorais e Contextos Educacionais e Familiares: a Contribuição da Escrita de Si de Carolina Maria de Jesus Para a Construção das Subjetividades de Mulheres Negras de Escola Pública**. 2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2023. Disponível em:

DIAS, Maria Berenice. A família homoafetiva e seus direitos. **Maria Berenice Dias**, (s.l.), mar. 2007. Disponível em: <https://berenedias.com.br/a-familia-homoafetiva-e-seus-direitos/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. Salvador: Editora Jus Podium, 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Disponível em: <https://doi.org/10.36674/mythos.v21i1.846>. Acesso em: 04 jan 2025.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **G1 (online)**. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 04 abr, 2024.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologias**. Saraiva Educação SA, 2017.

FARIA FILHO, Fausto de Melo; OLIVEIRA, Rafael Alves; RODRIGUES, Luiz de Paulo. **LGBTQIAP+**: um guia educativo. 1. ed. Ceres, Goiás: IF Goiano, 2022. Disponível em: <https://informatica.ifgoiano.edu.br/ifemmovimento/wp-content/uploads/2022/06/LGBTQIAP-Um-guia-educativo-Final.pdf>. Acesso em: 06 jan 2025.

FARIAS, Mariana de Oliveira. Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp2, p. 1477-1488, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8332>. Acesso em: 4 maio. 2024.

FISCHMANN, Roseli. Da laicidade do Estado como fundamento da cidadania igualitária: uma luta histórica no campo da educação. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-59, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/174485/163247>. Acesso em: 09 jan 2025.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da . **Estado e população**: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993.

FONSECA, Cláudia. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 51-73, 1989. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/95>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e sociedade**, v. 14, p. 50-59, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23).

FREIRES, Leogildo Alves et all. Contrastando opiniões acerca da adoção de crianças por casais hetero e homossexuais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 41 (n.spe 3), 1-14 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003216273>. Acesso em: 11 jan 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

fundamentais-no-processo-de-socializacao-e-preparacao-para-a-vivencia-em-sociedade

GARCEZ, Ana Carolina Jaciuk. **O espaço escolar e as novas configurações familiares:** uma reflexão acerca da relação entre escola e famílias homoparentais (Monografia) Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. Gama, 2021. Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/1237>. Acesso em: 02 dez 2024.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017

GOMES, Edilair Alcantara Barreto. Educação para Diversidade Religiosa no Contexto da Escola Pública. **III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos:** Sociologias Necessárias 08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13867/2/EducacaoParaDiversidadeReligiosa.pdf>. Acesso em: 23 dez 2024.

GOMES, Gabriela Giaqueto. **Homoparentalidade Nas Relações Homoafetivas:** Adoção e reprodução assistida. (Dissertação) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b3f9d803-9155-4f07-8ee5-4e4eb900b810/content>. Acesso em: 23 nov 2024.

GOMES, Olcimar Ferreira. **A institucionalização das diferenças e desigualdades: um estudo sobre gênero e sexualidade na escola.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) Faculdade de Inhumas, Inhumas, 2022. Disponível em <http://65.108.49.104/bitstream/123456789/666/1/ficha.pdf> Acesso em: 03 jan 2025.

GONZALES, Neidimar Vieira Lopes. **Formação docente e os desafios da diversidade na prática pedagógica:** experiências com egressos do curso de pedagogia. Porto Alegre, RS: ed. Fi, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1#:~:text=Em%20maio%20de%202011%2C%20o,homoafetiva%20como%20um%20n%C3%BAcleo%20familiar>. Acesso em: 20 jan. 2024.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada:** implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Política Social) - Programa de Pós Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2560> Acesso em: 4 maio 2023.

JACQUET, Christine; DA COSTA, Livia Fialho. As práticas educativas nas famílias recompostas: notas preliminares. **Sociedade e Cultura**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2004, p. 179-189. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70370205.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.

JACQUET, Christine; DA COSTA, Livia Fialho. As práticas educativas nas famílias recompostas: notas preliminares. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/982>. Acesso em: 10 maio. 2024.

JUNIOR, José Carlos Guimarães et al. Os impactos causados pela homofobia no ambiente escolar e os desafios para acesso e permanência de estudantes lgbtqia+ na escola. **Revista f**, V. 27 ed mar 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/os-impactos-causados-pela-homofobia-no-ambiente-escolar-e-os-desafios-para-acesso-e-permanencia-de-estudantes-lgbtqia-na-escola/>. Acesso em: 04 jan 2025.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no BRASIL. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 59-77, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/D83jm8Qvy7tZfdYNpFJZqXr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2024.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1974). Introdução: a obra de Marcel Mauss. In: Marcel Mauss. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: E.P.U; EDUSP, 1974. v. 2.

LIMA, Bruno Ponte Belarmino; GOMES, Ágatha Aila Amábili de Meneses; SOUZA, Luana Elayne Cunha de. Atitudes de Religiosos Acerca do Casamento e da Adoção por LGBs. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Fortaleza, v. 38 p. 2 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/36879> Acesso em: 02 nov 2024.

LIMA, Cinthia Almeida. “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS” Considerações sobre o fundamentalismo cristão e o fascismo. **O Manguenzal**, revista de filosofia, janeiro-junho, v.1, n. 5, p. 109-125, 2020.

LINO, Vitor Ferreira; NOGUEIRA, Maria Alice. Famílias homoparentais e as relações com as escolas dos filhos: percursos para se compreender uma “nova” questão. **Ciências Humanas**, v. 28 – Ed. 137/AGO 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/familias-homoparentais-e-as-relacoes-com-as-escolas-dos-filhos-percursos-para-se-compreender-uma-nova-questao%C2%B9/>. Acesso em: 10 dez 2024.

LINO, Vitor Ferreira; NOGUEIRA, Maria Alice. FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E AS RELAÇÕES COM AS ESCOLAS DOS FILHOS: PERCURSOS PARA SE COMPREENDER UMA “NOVA” QUESTÃO. **Ciências Humanas**, v. 28 – Ed. 137/AGO 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/familias-homoparentais-e-as-relacoes-com-as-escolas-dos-filhos-percursos-para-se-compreender-uma-nova-questao%C2%B9/>. Acesso em: 10 dez 2024.

LOBO, Camila da Rocha; SUANNO, João Henrique. **Reformar o pensamento ao formar educadores** - Um desafio na educação. Dossiê. Vol. 06, N. 03 p.362 - 383 - Jul. - Set., 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/38410/24067>. Acesso em: 04 dez 2024

LOPES, Marluce de Moura; CASTRO, Roney Polato de. **Discurso de ódio homofóbico nas redes sociais: uma análise a partir das falas públicas da família Bolsonaro**. *Periodicus*, 2022. n. 17, v. 1jan.2022-jun.2022 p. 118-139 Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/37635>. Acesso em: 17 jan 2025.

MARCIANO, I. F; RICHARTZ, T. (2024). **Promovendo a Desconstrução de Estereótipos de Gênero nas Instituições Escolares**. *Mythos*, 21(1), 90-103.

MÊS DA MULHER: há 12 anos, STF reconheceu uniões estáveis homoafetivas. **Supremo Tribunal Federal**, [Brasília], 30 mar. 2022. Disponível em:

MORAES, Laura Xavier de; et al. Planejamento familiar: dilemas bioéticos encontrados na literatura. **Rev. Bioét.** vol.29 no.3 p. 578-587. Brasília Jul./Set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/wLFrH8jtkBhhttpX78BmWk8q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan 2024.

MOURA, Renan Gomes de; NASCIMENTO, Rejane Prevot. O Estigma da Feminilidade nas Organizações: Um Estudo a partir da Visão de Sujeitos Gays. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 19, n. 2, p. 203-226, 2020.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, (s. l.), ano 23, n. 78, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXy5y7mFRqRjX7m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2024.

OLIVEIRA, Marcio de; MOCHI, Luciene Celina Cristina (orgs.). **Gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para uma educação mais justa**. Curitiba: Bagai, 2020.

OLIVEIRA, Roberdan Ferreira de. **Famílias homoparentais com filhos em contexto escolar: conflitos, desafios e possibilidades da educação nesse cenário**. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10687>. Acesso em: 6 fev. 2024.

OLIVEIRA, Gabryelle da Silva. **Homossexualidade, Família E Religião: Uma Análise Psicossocial De Orações Para Bobby**. *Psicol. estud.*, v. 29, e54500, 2024 Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v29i1.54500> Acesso em : 12 dez 2024.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Uma Janela no Tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil**. *Revista Tomo*, v. 38, p. 339-371, 2021.

PETRINI, Giancarlo. Significado social da família. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**, v. 16, n. 18, p. 19, 2009. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjy>

8KPgISGAXUkq5UCHYqQAloQFnoECA8QAw&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.pucminas.br%2Findex.php%2FArquiteturaeurbanismo%2Farticle%2Fdownload%2F1204%2F1248%2F%23%3A~%3Atext%3DDDe%2520um%2520ponto%2520de%2520vista%2Cincondicional%2520caracterizam%2520as%2520rela%25C3%25A7%25C3%25B5es%2520familiares.&usg=AOvVaw11eDIFdZt-rS_WhXmhURge&opi=89978449. Acesso em: 10 maio 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. LACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 03 jun 2023.

QUINTELA, Antônio; FRÓES, Maira Monteiro; MARTINHON, Priscila Tamiasso. Famílias LGBTI+ na escola: da invisibilidade a negligência. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. e366-e366, 2023. Disponível em: <https://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/RevistaSH/article/view/366>. Acesso em: 2 maio 2024.

REIS, Adiel Pércles Conceição; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Juventudes negras LGBTQI+ no brasil: violências e (in)visibilidade estatística e social da letalidade e a urgência de abordagem interseccional**. LGBTQI+ black youth in brazil: violence and statistical and social (in)visibility of lethality and urgency of intersectional approach. 2020. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/481141ae-00b7-421c-b153-011b49b8a18d/content>. Acesso em: 17 jan 2025.

REIS, Catarina Inês Simões. **A Relação Escola-Família**. Relatório final (Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico) – Escola Superior de Educação Politécnico de Coimbra, Coimbra 2022. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/42079/1/CATARINA_REIS.pdf. Acesso em: 30 out 2024.

RIBEIRO, Leticia Jóia. **Preconceito e desumanização: experiência de maternagem de mulheres-mães lésbicas**. (Tese) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia da Escola de Ciências da Vida. - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2023. Disponível em: https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/17041/ccv_pgpsico_tese_ribeiro_lj.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 11 jan 2025.

ROSA, Jéssica Moraes. **Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos**. 2017. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51855/51855.PDF>. Acesso em: 4 mar. 2024.

SANTANA, Joelma Ramos; WAISSE, Silvia. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais?. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, 2016. v. 9, n. 2, p. 203-218, jul | dez 2016. Disponível em: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2794. Acesso em 02 jun 2023.

SANTOS, Andriela Bassani dos; BOSSI, Tatiele Jacques. **A Vivência da Parentalidade por Casais Homossexuais: Revisão Sistemática de Teses e Dissertações.**2022. Disponível em: <https://pensandofamilias.domusterapia.com.br/index.php/files/article/view/13>. Acesso em: 02 nov 2024.

SANTOS, Jonas da Fonseca. **VIVÊNCIAS DE CASAIS HOMOPARENTAIS: Percepções e desafios no processo educacional escolar. “Mas era tudo velado”.** (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27375>. Acesso em 10 nov 2024.

SANTOS, José Ronaldos dos. **Formação humana e práticas acolhedoras dos docentes que ensinam nos anos iniciais do ensino fundamental e o fortalecimento da resiliência dos discentes pertencentes às famílias homoparentais.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49489>. Acesso em: 06 nov 2024.

SANTOS, Michael Paula dos; GOMES, João Nilo Martins. **Os impactos causados no âmbito familiar em decorrência do preconceito da adoção homoafetiva,** 2023. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2023/08/os-impactos-causados-no-ambito-familiar-em-decorrencia-do-preconceito-da-adocao-homoafetiva.pdf>. Acesso em 14 jan 2025.

SARTI, Cynthia Andersen. Família patriarcal entre os pobres urbanos? **Caderno de pesquisa,** São Paulo, n. 82, p. 37-41, ago. 1992. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/981>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SARTI, Cynthia Andersen. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Eds.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** São Paulo: Loyola, 1995. p. 131-150.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. In: **Revista Retratos da Escola,** v.14, n. 28, jan-abr 2020 Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095/pdf> Acesso em:04 jan 2025.

SEPULVEDA Denize; COUTO Thalles Gustavo. A laicidade do Estado e da educação: a valorização das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas brasileiras in **Laicidade na Educação: políticas, conceitos e práticas.** Organizador: Observatório da Laicidade na Educação - OLÉ P. 60 – 70. 2022. Disponível em: http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2023/02/e_book_ole.pdf. Acesso em: 10 jan 2025

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** . São Paulo: Cortez. . Acesso em: 10 maio 2024. , 2016

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Aline Oliveira Gomes da; PESTANA, Grazielle de Jesus; ALMEIDA, Laine Maria da Silva. Organização “ escola sem partido” e as ameaças contra o nome social. In: OLIVEIRA, Marcio de; MOCHI, Luciene Celina Cristina (orgs.). **Gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para uma educação mais justa**. Curitiba: Bagai, 2020. p. 57-74.

SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação** v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019. E-ISSN: 1982-5587, Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051/8347> Acesso em: 15 dez 2024.

SILVA, Claudianderson Nogueira. **FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS: percepções sobre o reconhecimento e a integração em escolas do Agreste Pernambucano**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea - Universidade Federal de Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49980> Acesso em: 20 dez 2024.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias**, vol. 8, nº 16, jul./dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>. Acesso em: 21 dez 2024.

SILVA, José Carlos Pacheco da et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2643- 2652, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TcJ6mXyyK4pB94FDNhcjZZc/abstract/?lang=pt>.

SILVA, Lídia Andrade da. **As Configurações De Família Em Livros Didáticos De Ciências Do 1º Ano Do Ensino Fundamental**. 2021. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34053>. Acesso em: 05 nov 2024.

SILVA, M. M. da. et al. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

SILVA, Marcos Antônio. **Religião e escola: as condições de escolarização de estudantes evangélicos em uma escola pública de ensino médio**. (Tese) - Programa de PósGraduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/57120/3/ARQUIVO%20DA%20TESE%20COMPLETO%20-%20Marcos%20Ant%C3%B4nio%20Silva%20.pdf>. Acesso em: 10 jan 2025.

SILVEIRA, Gabriel Bloedow da et al. Parentalidade homoafetiva masculina e seus desafios: 1 uma revisão integrativa da literatura Male homoparenting and its challenges: an integrative literature review. **Ciência & Saúde Coletiva** Abr 2024 . v.29, n.4 p.6 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SGKzLgfrXSB6Qznpfnj9qvt/>. Acesso em: 20 dez 2024.

SIQUEIRA, Carolina Cordeiro; CALDAS Felipe Rodrigo. Refletir o currículo a fim de promover uma conscientização da diversidade de gêneros e das sexualidades na

educação básica. In **Genero e diversidade Sexual: trilhando caminhos para uma educação mais justa** [Org.]. Márcio de Oliveira, Luciene Celina Cristina Mochi. – 1.ed. – Curitiba: Bagai, 2020 p. 118 – 132. Disponível em: <https://editorabagai.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Editora-BAGAI-Genero-e-Diversidade-Sexual.pdf>. Acesso em: 24 nov 2024.

SOARES, Patrícia Damiana de Oliveira Pereira. **Preconceito contra filh@s adotad@s por famílias homoparentais**. 2021. Dissertação (Programa de Pós em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/207bfff5-cf9d-4433-b037-90950c5b80b2>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SOUZA, Liliane Pereira de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 7, 2012, p. 20-34. Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/2_A_violencia_simbolica_na_escola_-_Liliane_Pereira.pdf. Acesso em: 4 maio 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Alerta: ações contra racismo, machismo e homofobia vêm deixando de ser promovidas nas escolas**. [Relatório Anual] - São Paulo: Todos Pela Educação, 2023. Disponível em: <https://metricas.usp.br/wp-content/uploads/2024/06/todos-relatorio-anual-final-digital-2023.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

TORRADA, Lara; RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIZZA, Juliana Lapa. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. In: **Revista Contexto e Educação**, ano 35, N. 111, Maio-Ago 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/issue/view/233> Acesso em: 03 dez 2024.

TRINDADE, Raquel Elias da. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras Contraception use and family planning inequalities among Brazilian women. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(Supl. 2):3493-3504, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/ocpes/OneDrive/Documentos/MESTRADO/disserta%C3%A7oes%20novas%2024/Use%20de%20contracep%C3%A7%C3%A3o%20e%20desigualdades%20do%20planejamento.pdf>. Acesso em: 25 fev 2024.

UMA VIDA SÓ: pare de tomar a pílula. **Compositor e intérprete**: Odair José. (S. l.): Universal Music Ltda, 1973.

VILELLA, Alex Avelar da Silva Cardoso; NASCIMENTO, Eliza Quirino do; GONÇALVES, Lênia Márcia. **Os Desafios Sociais, Legais E Psicológicos De Casais Homoparentais na Contemporaneidade**. Artigo de revisão. Centro Universitário ICESP. 2024. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/viewFile/5059/2877>. Acesso em 18 dez 2024.

WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss; BAADE, Joel Haroldo. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a

vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 20, 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/19/familia-e-escola-como-instituicoessociais>- Acesso em 10 jul 2024.

YIN, Robert Kuo Zuir. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos** (5ª ed.). Bookman editora, 2015.

YIN, Robert Kuo Zuir. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

